



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, CULTURAS E ESPACIALIDADES

MÔNICA GOMES PAIVA

**REVISITANDO O ESTADO NOVO EM FORTALEZA: O TRABALHISMO NAS
PÁGINAS DO JORNAL *O NORDESTE* (1937-1945)**

FORTALEZA - CEARÁ

2023

MÔNICA GOMES PAIVA

REVISITANDO O ESTADO NOVO EM FORTALEZA: O TRABALHISMO NAS
PÁGINAS DO JORNAL *O NORDESTE* (1937-1945)

Dissertação apresentada ao Mestrado em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História, Culturas e Espacialidades.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Carvalheira de Maupeou

FORTALEZA - CEARÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Paiva, Mônica Gomes.

Revisitando o Estado Novo em Fortaleza: o trabalhismo nas páginas do jornal O Nordeste (1937-1945) [recurso eletrônico] / Mônica Gomes Paiva. - 2023.
131 f. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico Em História, Culturas E Espacialidades, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Samuel Carvalheira de Maupeou.
1. Trabalhismo. 2. Igreja. 3. Estado. I. Título.



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Ciência Tecnologia e Educação Superior
Universidade Estadual do Ceará
Centro de Humanidades



Programa de Pós-graduação em História Cultural e Especialidades – PPGHCE

PPGHCE

ATA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos trinta e um dias de agosto de dois mil e vinte e três, na SALA DE REUNIÃO BLOCO CCS/CCT, campus Itaperi, realizou-se a sessão pública de exame da Dissertação de MÔNICA GOMES PAIVA, aluno (a) regularmente matriculado (a) no curso MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, CULTURAS E ESPECIALIDADES – PPGHCE/UECE, Intitulada: REVISITANDO O ESTADO NOVO EM FORTALEZA: O TRABALHISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL O NORDESTE (1937 - 1945). A Banca Examinadora reuniu-se no horário de 9 h 00 min às 11 h 45 min, sendo constituída por: Prof. Dr. SAMUEL CARVALHEIRA DE MAUPEOU (Orientador e Presidente da Banca / Universidade Estadual do Ceará – PPGHCE-UECE), Prof. Dr. MARCOS JOSÉ DINIZ SILVA (Membro interno/PPGHCE-UECE), Prof. Dr. ERICK ASSIS DE ARAÚJO (Membro interno/UECE) e o Prof. Dr. GLEUDSON PASSOS CARDOSO (Membro Suplente/PPGHCE-UECE). Inicialmente o mestrando expôs seu trabalho e a seguir foi submetido à arguição pelos membros da Banca, dispondo cada membro de tempo para tal. Finalmente a Banca reuniu-se em separado e decidiu conceder a nota 9,0, e dessa forma, concluiu por considerar o (a) mestrando (a) APROVADA, por sua dissertação e seu exame. Eu, Prof. Dr. SAMUEL CARVALHEIRA DE MAUPEOU, orientador e presidente da banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim e os demais membros. Fortaleza, 31 de agosto de 2023.

Prof. Dr. SAMUEL CARVALHEIRA DE MAUPEOU
(Orientador/Presidente da Banca/PPGHCE-UECE)



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Ciência Tecnologia e Educação Superior
Universidade Estadual do Ceará
Centro de Humanidades



Programa de Pós-graduação em História Cultural e Especialidades – PPGHCE

PPGHCE

Prof. Dr. MARCOS JOSÉ DINIZ SILVA
(Membro interno/PPGHCE-UECE)

Prof. Dr. ERICK ASSIS DE ARAÚJO
(Membro interno/UECE)

Prof. Dr. GLEUDSON PASSOS CARDOSO
(Membro Suplente/PPGHCE-UECE)

DEDICATÓRIA

Ao meu amado filho, Fernando Paula Pessoa de Andrade Neto,

Desde os primeiros raios da manhã até o silenciar da noite, cada palavra escrita, cada página virada, cada obstáculo enfrentado nesta trajetória foi impulsionado pela esperança de construir um futuro melhor para você. És a minha inspiração contínua e a prova viva de que o amor pode transcender qualquer desafio. Que esta dissertação sirva não apenas como um testemunho do meu esforço e dedicação, mas como uma lembrança do quanto você é capaz de motivar aqueles ao seu redor.

Que ao crescer, possas entender a magnitude do amor e do lidar em cada passo da jornada. Que esta obra sirva de inspiração para você, lembrando-lhe sempre de que, com paixão, intuição e amor, somos capazes de conquistar os nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer e reconhecer o desafio da maternidade, especialmente quando equilibrado com a vida acadêmica e profissional, é profundamente significativo. A maternidade, de fato, não cabe em um currículo Lattes, mas as lições, a força e a resiliência adquiridas nessa jornada são inestimáveis.

Quero expressar minha profunda gratidão ao meu filho, Fernando, minha inspiração e minha força. Com sua inocência e alegria, ele me mostrou que a verdadeira essência de perseguir um sonho não reside apenas na inspiração ou na dedicação, mas também na capacidade de encher cada momento com amor.

Não posso deixar de expressar minha profunda gratidão à minha mãe, a rocha firme que sempre esteve ao meu lado em todas as fases da minha vida. Seu amor e apoio foram fundamentais para chegar até aqui.

Aos irmãos, Luis Antonio e Michel Paiva, agradeço pelo carinho, paciência e pelas vezes que me fizeram rir quando mais precisei. Agradeço também à prima, Mosa Gomes, pelo apoio com palavras ou com a maternidade.

Agradeço às amigas que me apoiaram durante esta jornada, em especial, a Angélica Ximenes, minha fortaleza, e Eliane Souza, pelos momentos que achei a caminhada árdua demais. Obrigada pelos momentos de alento, conselhos e risadas compartilhadas.

Às amigas que promovem risos e leveza e traduzem o lado doce da vida: Cristiana Ramos, Julieta Parente, Jória Anne Batista e Ruth Lima.

Aos meus colegas de mestrado: Jaciara Azevedo, Beatriz Fontenele, Paulo Albuquerque, Karina Ferreira, Marciene Andrade e a excêntrica Taynara dos Anjos, de energia contagiante, obrigada por compartilharem experiências, dúvidas e conquistas, tornando o caminho mais leve e enriquecedor.

Aos alunos da Escola Geracina Lobo, a qual eu leciono, pela compreensão, pelo carinho e por acreditar na minha luta. Agradecer ao núcleo gestor pela compreensão e por confiar na minha docência.

Àquele que esteve ao meu lado, apoiando, compreendendo e, por vezes, dividindo as angústias e alegrias deste percurso, meu companheiro, Ricardo Andrade: minha eterna gratidão.

Aos mestres que iluminaram meu caminho acadêmico, os professores Gleudson Cardoso, Marcos Diniz, Silvia Siqueira e Valéria, minha sincera gratidão pela dedicação, ensinamentos e incentivos.

Aos membros da banca, Erick Araújo, Gleudson Cardoso e Marcos Diniz, meu profundo agradecimento pelas valiosas contribuições, que foram fundamentais para o direcionamento e aperfeiçoamento do meu trabalho.

Por fim, deixo minha imensa gratidão ao meu orientador, Samuel Maupeou. A ele, devo cada passo e conquista que me levou à concretização deste sonho. Agradeço a maneira criteriosa e dedicada com que conduziu o desenvolvimento da pesquisa, pelas decisões acertadas e, acima de tudo, por acreditar na minha escrita.

Obrigada a todos que, direta ou efetivamente, contribuíram para que eu alcançasse este sonho possível.

RESUMO

Esta pesquisa examina a relação entre o Estado e a Igreja através das páginas do jornal *O Nordeste*, focando-se na temática do trabalhismo. O estudo analisa as páginas operárias do jornal para entender a interação política em torno do trabalhador e como eram construídas as relações com segmentos vinculados ao jornal, como o Estado e os operários cearenses. O período estudado, de 1937 a 1945, foi escolhido por ser marcado por políticas intensas pensadas para o trabalhador e por permitir entender as mudanças no jornal durante essa fase governamental. A análise também busca identificar os papéis político e social da Igreja em relação às atividades clericais da época. O presente estudo estabeleceu um profundo diálogo com as contribuições historiográficas de Ângela de Castro Gomes (2005) e Marylu Oliveira (2016) acerca do trabalhismo. As obras de Gomes e Oliveira fornecem um vasto campo de possibilidade prática de configuração da corrente defendida por ambas. A metodologia desta pesquisa baseia-se na utilização de jornais como fonte primária. O jornal *O Nordeste* acompanhou toda a pesquisa, ora como fonte, ora como objeto. Além disso, para obter uma visão mais abrangente e crítica, a pesquisa cruza informações de jornais do mesmo período, mas com linhas editoriais ideologicamente opostas. Entre os jornais usados como apoio, podemos citar *O Povo*, *O Unitário* e *A Cruz*. O trabalhismo oficial e cristão em Fortaleza pode ser evidenciado pelas práticas assistencialistas, todavia as atividades cristãs imprimiram sentimentos de identidade e de pertencimento de classe.

Palavras-chave: Trabalhismo; Igreja; Estado.

ABSTRACT

This research examines the relationship between the State and the Church through the pages of the newspaper *O Nordeste*, focusing on the theme of laborism. The study analyzes the pages destined to the working class in the referred newspaper to understand the political interaction around the work-people and how relationships were built with segments linked to the newspaper, such as the State and the work-people from Ceará. This study comprehends the period from the year of 1937 to the year of 1945, which was marked by intense policies designed for the worker, making it possible to understand the changes in the newspaper during this governmental phase. The analysis also seeks to identify the political and social roles of the Church in relation to the clerical activities of the time. The present study established a deep dialogue with the historiographical contributions of Ângela de Castro Gomes (2005) and Marylu Oliveira (2016) about laborism. The works of Gomes and Oliveira provide a vast field of practical possibilities for configuring the line of thinking followed by both authors. The methodology of this research is based on the use of newspapers as a primary source. The newspaper *O Nordeste* accompanied all the research, sometimes as a source, sometimes as an object. In addition, to obtain a more comprehensive and critical view, the research crosses information from newspapers from the same period, but with ideologically opposed editorial lines. Among the newspapers used as support, we can mention *O Povo*, *O Unitário*, and *A Cruz*. The official and christian work in Fortaleza can be evidenced by welfare practices; however, Christian activities imprinted feelings of identity and class belonging.

Keywords: Laborism; Church; State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página Trabalhista do <i>O Nordeste</i> em 1944 – Primeira versão da arte do cabeçalho	30
Figura 2 - Página Trabalhista do <i>O Nordeste</i> em 1944 – Segunda versão da arte do cabeçalho	30
Figura 3 - Representantes do clero e memória circulista, COSJ - homenageados das noites da Semana Operária de 1940.....	61
Figura 4 - Convite ao Operariado da Semana Operária.....	62
Figura 5 - Programação da Semana Operária em comemoração as Bodas de Prata	64
Figura 6 - Semana Operária tem pauta dedicada às operárias.....	65

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O JORNAL CATÓLICO NO ESTADO NOVO: OUTRAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE.....	22
2.1	Olhares do <i>O Nordeste</i> : das seções operárias às páginas trabalhistas.....	23
2.2	O sentido de uma homenagem: os trabalhadores católicos entre as reivindicações e o simbolismo político.....	33
3	OS TRABALHADORES E AS FORMAS DE ATUAÇÕES NO CAMPO DO TRABALHO E DA FÉ	45
3.1	Inspetoria regional do trabalho de Fortaleza: movimentações e tensões	45
3.2	As bodas de prata do Círculo de Operários e os trabalhadores católicos de São José em Fortaleza	57
3.3	A Semana Social de 1945	68
4	TRABALHISMO CRISTÃO: ENTRE A MATERIALIZAÇÃO E A SUBJETIVIDADE DA FÉ	79
4.1	“Apostasia das massas”: a doutrina social e o movimento católico como táticas de recrutamento da classe operária	79
4.2	“Todos aos sindicatos e ninguém fora dos círculos”: territórios e convergências entre o trabalhismo cristão e o oficial.....	91
4.3	(Des)continuidades política e religiosa ao fim do Estado Novo: o trabalhismo em questão.....	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS.....	122

1 INTRODUÇÃO

Com o advento do Estado Novo, as questões políticas tomaram caminhos traçados por Vargas. Assim, a atmosfera se articulava num plano que se mostrava bem complexo e denso. O período marca um capítulo intrigante na história política e social do país. O governo, com sua estrutura abrangente e multifacetada, estabeleceu licenças sólidas em áreas cruciais, como educação, cultura, esporte e trabalho. Em paralelo a esse cenário, a Igreja Católica se apresentava como uma entidade de relevante destaque. Embora houvesse interesse em estreitar laços com o Estado, a Igreja manteve certa autonomia, pautada pelo projeto da neocristandade. Nesse sentido, desempenhou um papel crucial na resistência ao comunismo.

Em vista das relações estabelecidas entre a Igreja e o Estado nesse período, a abordagem da presente pesquisa mostrou-se cheia de desafios, dada a teia de nuances, reflexo da complexidade do tema. Assim, propomos aqui apresentar ao leitor a temática, perpassando o cenário político nacional e o propósito recristianizador da Igreja, para que, então, possamos tecer o trabalhismo desenvolvido por essas instituições (Igreja e Estado). O enfoque dessa temática em torno do trabalhismo tem, como recorte espacial, a cidade de Fortaleza e, como fonte, o jornal *O Nordeste*.

O Estado Novo foi instaurado em novembro de 1937, por Getúlio Vargas, encerrando a fase da Constituição de 1934 e instaurando, no mesmo dia, uma nova Constituição. Este novo regime duraria até 1945, e Vargas manteve o poder concentrado nas mãos do governo federal. O novo governo suprimiu partidos políticos, censurou a imprensa e estabeleceu um forte aparato de repressão, principalmente por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No Plano político-econômico, estimulou um sentimento nacionalista e a valorização da cultura brasileira, além de incentivar a industrialização como forma de autoridade e soberania nacional, promovendo uma série de intervenções, com a criação de estatais, regulações e políticas de estímulo à indústria (Capelato, 2019).

O trabalhismo foi um dos pilares da política varguista e refere-se às políticas públicas aplicadas para a proteção dos direitos dos trabalhadores. Em 1932, Vargas promulgou as Leis do Trabalho, estabelecendo as bases do direito trabalhista no Brasil. A criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) centralizou e unificou a legislação. Nesse sentido, durante o governo Vargas, foram concedidos diversos direitos aos trabalhadores, como

salário-mínimo, férias remuneradas, licença-maternidade e regulamentação da jornada de trabalho.

Sobre o corporativismo, Ângela de Castro Gomes (2004) atenta para uma nova estrutura de participação política com a base, através das associações profissionais, que seriam a principal forma de representação. Para serem eficazes, essas associações deviam ser legalmente reconhecidas pelo Estado e outros atores relevantes, como os empregadores. Este conceito combina sindicalismo e corporativismo, propondo uma organização de profissões em sindicatos únicos para determinadas áreas territoriais. Vargas incentivou a formação de sindicatos, mas sob o controle do Estado. O objetivo era controlar a classe trabalhadora, evitando greves e movimentos oposicionistas, ao mesmo tempo em que garantia certos direitos para conquistar apoio popular.

O trabalhismo foi uma forte ferramenta de propaganda para Vargas, sendo comparado a diversas correntes. Ângela de Castro Gomes (2005) destaca que o trabalhismo é frequentemente ligado a fenômenos variados, como sindicalismo e getulismo. Essas associações, muitas vezes administradas por líderes políticos como Getúlio Vargas, geraram controvérsias sobre o tema. Dessa forma, durante sua gestão, Vargas promoveu diversas reformas trabalhistas e sociais que lhe renderam apelidos e alcunhas, refletindo sua relação com diferentes grupos da sociedade, entre eles, os trabalhadores. Os conceitos estão interligados, pois o trabalhismo foi uma estratégia essencial do Estado Novo para obter apoio popular e legitimar o regime.

Ao investigar a posição da Igreja Católica diante das mudanças políticas após a chegada da República, recorreremos a obras fundamentais sobre a história do catolicismo brasileiro moderno. Para Scott Mainwaring, a "Neocristandade", datada entre 1916-1955, fase liderada pelo cardeal Dom Sebastião Leme, visava a recatolização do Brasil. A Igreja, desde o início, mostrou-se preocupada com os desafios da modernidade, vistos como ameaças que precisavam ser enfrentadas, pois corroíam a fé e a tradição católica.

Ao longo da história, a Igreja enfrentou diversas ameaças e adversários que tentaram enfraquecê-la. No século XX, o comunismo surgiu como seu principal oponente, sendo visto como uma ameaça à existência do catolicismo. A preocupação da Igreja com a ascensão do comunismo era tão intensa que o considerava um inimigo a ser fortemente combatido. Durante os anos 1930, a Igreja buscava fortalecer sua presença no contexto político e social do Brasil. Segundo Rodrigo Motta (2000), esta luta anticomunista fazia parte de um esforço maior da Igreja para reafirmar sua influência, já que ela havia perdido espaço após a

instauração da República. Com a chegada do governo Vargas, a colaboração entre Igreja e Estado beneficiou ambos. Enquanto a Igreja restabelecia sua adoração, o governo ganhava um endosso religioso para suas ações. Em um país predominantemente católico, esse apoio da Igreja proporcionou ao Estado maior aceitação na implementação de seus projetos.

A Liga Eleitoral Católica (LEC), por exemplo, foi uma estratégia da Igreja para angariar apoio de candidatos às suas causas, independentemente de sua religião ou ideologia partidária. O objetivo principal foi influenciar na elaboração da Constituição de 1934. Mesmo sem a intenção de criar um partido católico, a Igreja optou por essa aliança política, que se provou eficaz e teve um impacto significativo na Constituição, superando as expectativas iniciais.

Esta pesquisa procura compreender a dinâmica de relações existentes entre o Estado e a Igreja em torno do trabalhismo, a partir das páginas do jornal *O Nordeste*. Propomos verificar a rede política em torno do trabalhador pelas colunas operárias do impresso, procurando perceber como eram estabelecidos os diálogos e os arranjos políticos com os segmentos ligados ao Jornal: a Igreja, a elite política local e nacional e os operários cearenses.

A escolha do recorte temporal, de 1937 a 1945, deu-se por remeter ao período de intensas políticas voltadas para o trabalhador. Dessa forma, também é importante observar as transformações do impresso ocorridas ao longo do governo. O recorte, além de permitir acompanhar as fases do governo pelas páginas do jornal, pode revelar a trajetória política e social da Igreja diante das atividades clericais. Por fim, procuramos verificar como o jornal situa o trabalhador e se a ele é dada voz ativa nas colunas direcionadas a essa classe. Essas percepções feitas ao longo do período ajudam a compreender o lugar de poder ocupado pelo *O Nordeste*.

Para compreender o papel do jornal *O Nordeste*, primeiro é preciso saber que, a partir de 1920, foram estabelecidos diferentes periódicos com a finalidade de difundir as ideias e princípios da hierarquia da igreja e motivar a população a adotar atitudes de apoio ao catolicismo, em colaboração com o clero. Dessa forma, o referido impresso atuou como importante mecanismo de ação na campanha ao combate de práticas políticas e religiosas consideradas anticristãs. As publicações contra o regime comunista e as novas práticas religiosas e espirituais eram frequentes nas páginas do jornal.

O jornal *O Nordeste*, fundado por D. Manoel, tinha como diretor o professor de direito, intelectual católico, Andrade Furtado. Em junho de 1922, o jornal começou sua circulação com publicações políticas e religiosas. O noticiário era marcado por uma postura

moralista e com poucas expressões de caráter revolucionário. Contudo, o jornal não pode ser visto como uma expressão fiel da Igreja ou do governo, visto a sua dinâmica e autonomia do impresso (Parga, 2012).

A expressividade da religião católica na região Nordeste disputava espaço com a ala evangélica (Miranda, 2016). Em Fortaleza, o contingente fortemente religioso era expresso por meio de dados censitários. A romanização do Ceará ganhou destaque com o acerbispado de D. Manoel da Silva Gomes, em 1912. De acordo com Rafaela Parga, o Ceará foi designado por Pinheiro como “área de romanização por excelência”, devido a intensa atuação do clero (Pinheiro, 1997, 200, Apud Parga, 2011, 03).

O acerbispado de D. Manoel foi marcado pela intrínseca relação estabelecida entre os católicos leigos e os membros do clero. Estudar essas relações torna-se essencial para compreender o engajamento político e social da Igreja durante os anos 20 no Ceará. Nesse contexto, a Igreja conseguiu reunir seus fiéis leigos e mobilizar a sociedade civil para participar dos debates políticos, utilizando a escrita como um meio privilegiado para disseminar sua mensagem e promover suas causas (Parga, 2012).

É a partir desse tripé social que analisamos os posicionamentos do *O Nordeste* em suas matérias operárias, observando como ele articula os discursos. A princípio, examinaremos de que forma se dá a colaboração do jornal com o discurso do trabalhismo e como a página operária pensa a legislação trabalhista enquanto instrumento de poder de governo. Em seguida, buscaremos entender como o jornal situa o patronato no incentivo e na valorização do trabalho. Propomos uma análise do trabalhismo praticado pelo governo, evidenciado pelas realizações nas áreas da educação, saúde, moradia e cultura. Nesse momento, acompanhamos a forte presença da Igreja nos mesmos setores, consolidando a política assistencialista para as massas e trabalhadores. Por fim, instiga-nos compreender como o trabalhador é caracterizado nas colunas impressas que lhe são destinadas.

A página operária do jornal *O Nordeste* atua como meio divulgador da classe em questão. Dessa forma, detalhamos as leituras e observamos os discursos que confluem com a imprensa nacional, procurando perceber quando as opiniões afloram em singulares contextos sociais. A relação trabalhista entre o plano nacional e a propaganda pela imprensa local, sob a ótica do operário, pode se mostrar como uma complexa teia política. Nessa medida, como o espaço operário do jornal pensa a evolução do trabalhismo de Getúlio, enquanto veículo difusor e contestatório de opinião? Indagando mais o caráter da página,

houve pontos de distanciamento nessa política colaborativa entre a Página Operária e o trabalhismo, enquanto imprensa direcionada às massas?

Com o advento do estadonovismo, o jornal manteve uma certa ânsia nas tomadas de decisão que seriam instituídas por Vargas, o que se deve, sobretudo, à busca pelo reconhecimento e pela consolidação de uma posição majestosa para o impresso católico e moralista. Para além da aludida conduta, o impresso revela a sua quase contradição na postura conservadora, quando passa a manifestar apoio à luta da classe trabalhadora (O Nordeste, 1937).

O poder da imprensa se fortalece com os departamentos estaduais, assegurando a Vargas uma propaganda política eficiente junto à classe trabalhadora. O discurso trabalhista era muito atraente para as massas, capaz de construir uma intrínseca relação entre o trabalhador e o Estado. Para Ângela de Castro Gomes (2000), existia uma relação em que ambas as partes identificavam interesses comuns.

Durante o governo de Vargas, o trabalhismo estruturava suas vigas numa arquitetura politicamente planejada, ecoando sua força com a radiodifusão de Norte a Sul do país. No plano ministerial, Marcondes Filho era responsável pela propagação das ideias trabalhistas, a exemplo do jornal oficial do Estado Novo, *A manhã*, com palestras proferidas numa linguagem popular, acessível ao trabalhador, com enfoque na legislação social, em especial a trabalhista. Manifestos da imprensa, que valorizavam o trabalhador e faziam homenagens em datas festivas, como o Dia do Trabalho e o aniversário do presidente, ganharam destaques em campanhas publicitárias, reforçando a propaganda doutrinária do getulismo. Ancorado nessa relação, desenvolveu-se “o trabalhismo como uma ideologia política centrada na figura de Vargas [...] sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942” (Gomes, 1987, p. 15-16).

Motivado pela crise de 1929, que acentuou a pobreza, o presidente direcionou a atenção para as massas que se aglutinavam nas filas do desemprego. No Ceará, a política trabalhista de Vargas se defrontou com problemas sociais e políticos, como o cenário da seca, dos retirantes e da desordenada urbanização da capital, agravando a situação da pobreza.

As propostas políticas da Aliança Liberal pareciam acolher alguns setores da sociedade cearense, incluindo os trabalhadores. O programa do partido do candidato Vargas atendia demandas sóciopolítica e regionais que iam de encontro com as necessidades do Ceará semi-árido. Contudo, a “Revolução de 30”, que instituiu o governo provisório, dissolve o formato e democracia formal e nomeia interventores. Nesse sentido, o trabalhador não é

entra nas pautas de luta de classe, visto que a “Revolução” estava preocupada em descentralizar as oligarquias tradicionais por uma dissidente (Souza, 2007).

No Ceará, com a interventoria de Fernandes Távora (1930-1931), os trabalhadores são desmobilizados em atos, reprimindo de forma violenta qualquer movimento que denotasse organização e luta da classe. A interferência dos grupos políticos locais e pressões dos tenentes causaram a substituição de Távora (PSD) pelo militar Carneiro Mendonça. No governo de Mendonça as disputas políticas foram acirradas pelos embates entre o Partido Social Democrático (PSD) e a Liga Eleitoral Católica (LEC).

Em 1933, nas eleições para a Constituinte Federal, a LEC sai vitoriosa e com a colaboração dos Círculos Operários Católicos o trabalhador é incluído no projeto pedagógico e político da Igreja. Nesse contexto, o interventor Carneiro Mendonça evitava manifestações políticas frente ao processo eleitoral. A oposição aproveitou a postura do interventor do ponto de

vista político, que em certos momentos de forma neutra (Souza, 2007), porém a inclinação ao antigo grupo oligarca cearense, ligados à Liga (Lima, 2019). Dessa forma, o político de Juarez Távora lança campanha para a destituição de Mendonça, motivado pelo resultado da Constituinte que elegeu maioria para LEC. Assim, os diversos atos, verificados pelos telegramas trocados entre Vargas, Mendonça e políticos da situação e oposição, contribuíram para a instalação de uma complexa situação política na qual envolvia a decisão de Carneiro Mendonça de deixar o cargo.

Em 1934, Felipe Moreira Lima assume a interventoria antes da eleição. O novo interventor passou a ser alvo dos lecionistas, que o acusava de fazer parte da política partidária. As investidas contra o atual governo passaram a ocupar o universo do socialismo. Essa acusação se dava pela abertura dada aos trabalhadores, gerando um grau de insatisfação entre a classe dominante e a ala católica o que culminou na saída de interventor (Lima, 2019).

As interventorias do estado centralizou a política e preparou o terreno para o assistencialismo, favorecendo o paternalismo de Vargas, sendo codirigido pelo interventor estadual, Menezes Pimentel, que, à medida que propagava o enaltecimento da imagem do presidente, ganhava a afeição do trabalhador na luta pelos interesses do povo cearense (Souza, 2007).

O alinhamento político que o Estado Novo mantinha com os interventores estaduais estreitava ainda mais os laços de cooperação, afirmando o controle nos diversos setores da esfera estadual. No caso particular do estado do Ceará, Menezes Pimentel atuou como

interventor durante todo o período ditatorial de Vargas, de 1937 a 1945. O integrante da ala conservadora e católica atendia bem aos princípios ditatoriais de Vargas, demonstrando confiabilidade no cargo ocupado (Souza, 2007).

Partindo desse contexto e considerando o apoio político de setores católicos, a pesquisa proposta analisa o Estado Novo no Ceará, sob a ótica dos trabalhadores, a partir das publicações do jornal *O Nordeste*. Defensor dos ideais nacionalistas e autoritários de Vargas, o periódico adota um tom político-religioso e assume o papel de guardião da ordem, atuando na luta anticomunista e na propagação do Estado forte. Observaremos, em especial, a *Página Operária* divulgada pelo jornal, já que a política voltada aos trabalhadores será o foco do estudo. O recorte temporal definido recairá sobre o período de 1937 a 1945, a fim de acompanhar o curso da política trabalhista do governo no periódico. Por meio das matérias, discutiremos os posicionamentos do jornal e sua abrangência no âmbito estadual.

O Estado Novo e a política de controle social sobre a imprensa implantada por Vargas remontam a um período histórico recorrente nas pesquisas historiográficas. Destaco a obra intitulada *Nos Labirintos da Cidade: Estado Novo e o Cotidiano das Classes Populares em Fortaleza* (2007), de Erick Assis de Araújo. Na tese, o autor traz uma abordagem do Estado Novo com ênfase no aparato institucional e repressivo e em toda a eficiência da propaganda política. A obra encontra-se dividida em duas partes: *Controle Social e Estratégias de Sobrevivência*, porém o autor evidencia que *o Estado e as classes populares não agiram separadamente*. O pesquisador utilizou vários tipos de fontes em seu trabalho, e o *tripé imprensa, polícia e judiciário* deu sustentação ao estudo das classes populares de Fortaleza. Outra pesquisa substancial sobre a temática é a dissertação de José Aloísio Martins Pinto (2012), que analisa o Jornal *O Nordeste* no período de 1930 a 1945, enfatizando seu perfil anticomunista, identificado por meio das matérias divulgadas, como sugerido pelo próprio título do estudo: *Brasil soviético nunca mais?!: anticomunismo e estado autoritário no jornal católico O Nordeste*. Aqui, o jornal foi analisado sob uma ótica ampliada, com ênfase para o apoio do periódico ao governo Vargas, sua construção da imagem do comunismo, as orientações do órgão a favor do voto feminino e as funções de partido político exercidas pelo jornal nas eleições de 1933 a 1936.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, apresentado na seção 2, propõe um estudo mais aprofundado das características do jornal, abordando tanto a dimensão material quanto a política. Por se tratar de um recorte específico, que se debruça sobre as colunas e páginas trabalhistas, e plural, por envolver aspectos que vão da

materialidade até as questões políticas, sociais e do imaginário, é que acreditamos caber essa descrição da pesquisa nesse primeiro momento.

No primeiro tópico, aprofundamos o estudo das questões materiais da fonte, enquanto jornal. É fundamental ter a percepção do potencial histórico ocupado pela imprensa, uma vez que atua nas funções sociais e econômicas, como instrumento de luta dos contextos vividos. Por isso, é preciso ter cuidado com o uso *ingênuo* das fontes, sendo necessário ponderar as influências e intenções presentes na fonte de pesquisa (Luca, 2005). Acompanhamos as transformações do editorial operário, propondo o cruzamento dos campos histórico e jornalístico, a fim de compreender os significados políticos e as transformações tecnológicas que interferiram na chamada imprensa empresarial (Sodré, 1999).

No segundo tópico, sugerimos um panorama, a partir de novas fontes, das políticas que se desenrolam no novo cenário do Estado Novo. A grande expectativa das classes, representada pelo jornal, é demonstrada pela mistura de sentimentos inculcados no trabalhador. A atmosfera de reivindicações é motivada, principalmente, pela figura política do novo Ministro do Trabalho. O contexto também vai revelando como o jornal se encaminha para o apadrinhamento do novo governo.

O capítulo dois, apresentado na seção 3, intitulado *Os trabalhadores e as formas de atuação no campo do trabalho e da fé*, tenta perceber, no trabalhador, o sujeito que busca, coletiva ou individualmente, a conquista dos direitos e da autonomia nos diferentes espaços políticos, trabalhistas e religiosos, fazendo reconhecer o seu processo de luta por uma construção de espaço e de identidade. Abordamos, nesse capítulo, uma das dimensões do trabalhismo, explicitada a partir das ações do trabalhador, inserido na lógica de reconhecer seu pertencimento a uma classe e assimilar o trabalhismo no campo dos direitos.

No primeiro tópico desse capítulo, trazemos a contribuição de Samuel Souza (2007) para debater o campo de tensão travado pelos trabalhadores num período marcado por estratégias políticas de aparelhagem trabalhista no plano nacional e pelos canais regionais. Propomos o debate local a partir dos estudos de Maria Sângela Silva (2012), ao passo que, em Fortaleza, os dissídios individuais e coletivos só aumentavam, muito embora as leis terminassem em acordos parciais ou até mesmo perdas.

No segundo e terceiro tópicos do segundo capítulo, procuramos demonstrar algumas práticas dos trabalhadores em eventos religiosos, focando nas representações dos Círculos Operários Católicos. As celebrações e as festividades integradas ou lideradas por

trabalhadores refletem representações coletivas e revelam a importância de se perceber como essas identidades construídas podem potencializar os trabalhadores em suas lutas e vitórias.

O terceiro capítulo, apresentado na seção 4, debruça-se sobre as práticas de trabalhismo da Igreja e do Governo. Para abordar o trabalhismo cristão, dialogamos com o estudo de Marylu Oliveira (2016), pois, ao relatar as práticas assistenciais cristãs no Piauí, podemos fazer um paralelo com as atividades pastorais realizadas em Fortaleza, por meio de um resgate das fontes eclesiais, como atas e inventários.

No primeiro tópico desse capítulo, trouxemos um resgate da Doutrina Social, que esteve relacionada com a Questão Social e a causa do operário. As contribuições de Ildefonso Camacho (1995) mostraram-se relevantes para o estudo da Doutrina e para compreender as matérias do *O Nordeste* que abordavam a temática, além de propor uma análise sobre o contexto global no qual estava inserida a promulgação das Encíclicas Papais. O objetivo do resgate é observar a vasta fonte voltada para a Questão Social e revelar a crise da religião católica. A preocupação da Igreja diante do seu declínio foi estudada sob o conceito de *Secularização* e dos seus substratos, como a modernidade e a racionalização. Para essas abordagens historiográficas, utilizamos as contribuições de Scott Mainwaring (2004) e Antonio Flávio Pierucci (1998). O mais curioso resultado dessa etapa da análise foi perceber a consolidação de estratégias da Igreja no plano social e político, com a finalidade de colocar o plano da neocrisandade em prática. Nesse sentido, as ações da Igreja desembocam nas questões trabalhistas.

Os dois últimos tópicos dividem espaço entre as dimensões política e religiosa presentes no discurso do periódico. Nele, torna-se evidente que, em determinados momentos, os trabalhistas oficial e cristão pareciam fundir-se. Percebendo a importância do sindicato e dos Círculos Operários para as respectivas instituições, Estado e Igreja, com maior destaque, dialogamos com Alexandre Fortes (2002) e sua abordagem sobre o governo varguista, e com Jovelina Santos (2007) e Marylu Oliveira (2016) e suas abordagens da dimensão religiosa. As atuações das duas entidades, sindicato e circulismo, contribuíam para a efetivação do trabalhismo.

A política trabalhista de Vargas atuou na esfera das leis, implantando direitos. Junto à legislação, procurou oferecer ao trabalhador assistência na área da saúde e moradia, ampliando as vertentes para novas possibilidades educacionais. Contudo, com essa política, as reivindicações trabalhistas, durante o estado Novo, não cessaram. Corroborando com esse pensamento, Jorge Ferreira (2000) aponta que, por mais dominante que tenha sido o Estado

Novo, ele não eliminou, sobretudo, as ideias de luta por avanços e para tornar concreta a nova legislação.

Chegamos ao último tópico, que trata de um momento em que o caráter político e partidário ganha força e autonomia. De início, a ideia era perceber a posição da Igreja durante a redemocratização e a volta do pluripartidarismo. Todavia, os questionamentos foram aumentando. Queríamos ver a posição da Igreja durante o ano de 1945 ou ao final das eleições. Nesse sentido, esperamos que parte desses questionamentos sejam respondidos ao longo da pesquisa

2 O JORNAL CATÓLICO NO ESTADO NOVO: OUTRAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

A década de 1930 representou um campo fértil de mudanças históricas, culminando na construção política de um modelo nacionalista corporificado durante o Estado Novo, em 1937, na figura de Getúlio Vargas. Este governo se operacionalizou, principalmente, nas áreas da educação, cultura e trabalho, com delimitadas políticas de controle, no intuito de combater o comunismo e reforçar a imagem carismática do presidente (Capelato, 2019).

No golpe de 1937, Getúlio Vargas, com sua ação de polícia política, foi criando dispositivos em nome da segurança nacional, cerceando liberdades e a democracia. Novas entidades de controle, que atuaram nos meios de comunicação, foram ditando comportamentos, difundindo a homogeneização da nova ordem nacional, exercendo o que Mônica Pimenta Velloso chamou de *saneamento social*, nas esferas públicas e privadas. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, vigorou como forma de centralização dos meios de comunicação direcionados a propagar as manifestações cívicas e enaltecer os atos do governo (Velloso, 2019).

Considerando a vasta historiografia acerca do Estado Novo, ainda é preciso ter cautela ao destacar a complexidade do regime. Para Erick Araújo (2007), caracterizar o período como autoritário, de forma homogênea, é um risco, já que o regime conseguiu mostrar diversos formatos durante as fases do governo. A clarividência de Vargas possibilitou a singularidade de ações, envolvendo as categorias sociais, em especial a classe dos trabalhadores. Embora tenha cerceado em parte a liberdade dos trabalhadores, concedeu direitos trabalhistas e benefícios materiais (Araújo, 2007).

Articulamos essas forças locais a partir da imprensa de maior assinatura do estado no período pesquisado, por considerar a relevância que o jornal em questão deu à política trabalhista. Isto se dá porque, no jornal *O Nordeste*, havia uma coluna direcionada à classe trabalhadora, que passou por várias transformações editoriais durante o Estado Novo. Dessa forma, verificamos o referido jornal, especialmente as *Colunas Operárias*, a fim de entender as diversas relações existentes que envolvia esse jornal, os trabalhadores e o Estado. Diante do exposto, de início, buscamos o debate sobre essa imprensa. Procuramos compreender como ela se revela em aspectos da materialidade e como ela propõe situar seu lugar social.

2.1 Olhares do *O Nordeste*: das seções operárias às páginas trabalhistas

O jornal *O Nordeste*, que já serviu fartamente como fonte de estudo e foi submetido a diferentes análises, é utilizado agora com novas abordagens. Ajustamos o foco e verificamos que há muito ainda para explorar por meio das colunas operárias que, mostraram alterações ao longo dos anos entre 1937 e 1945. O ajuste permite, segundo Lucien Febvre, o surgimento de “novos objetos” sobre novos temas, pois assim o autor conceitua o alargamento das noções de fontes, como novas possibilidade de “inventar e combinar para suprir o silêncio dos textos, os estragos do esquecimento” (Febvre, 1985, p. 24).

Entrecruzamos os campos do conhecimento e recorremos ao âmbito jornalístico como apoio do estudo das fontes impressas. Partindo da premissa dos pesquisadores Jean Charron e Jean de Bonville, de que os paradigmas jornalísticos dizem mais sobre a forma do discurso do que sobre o conteúdo extradiscursivo, podemos compreender que, mais que a publicação em si, é preciso captar a intenção da comunicação expressa pelo jornal, bem como as mutações paradigmáticas que se adaptaram às circunstâncias (Charron; Bonville, 2023).

Conforme Adaíza Gomes, o jornal *O Nordeste*, fundado em 1922, embora tivesse a função de defender o catolicismo cearense, não se declarava como órgão oficial da Igreja, sendo noticiado por D. Manoel como uma folha autônoma. A ideia era disseminar a religião para o público mais amplo, como declarou em discurso o arcebispo, fundador dessa imprensa católica. Assim, no intuito de combater as ideias contrárias à religião, o catolicismo leigo ganhou espaço, representado pelas diversas associações, as quais ocupavam as seções e páginas do jornal (Gomes, 2015).

As associações ganhavam relevância na referida imprensa pelo seu papel religioso e social. Entidades¹, como Congregações Mariana, União dos Moços Católicos, Juventude Feminina Católica e Círculos Operários Católicos² se destacavam nas matérias do jornal durante o período de 1937 a 1942. Outras associações da Ação Católica ganharam maior destaque em meados do século XX, como foi o caso da Juventude Operária Católica e da Juventude Estudantil, de 1937 até a década de 1950. Todas as associações leigas tinham objetivos comuns em torno da propagação do catolicismo. Porém, o Círculo Operário agia

¹ As entidades Juventude Feminina Católica e Congregações Marianas, que compõem as associações segmentadas e estratificadas, organizadas pela Ação Católica, serão tratadas em outros momentos desta pesquisa.

² Os Círculos Operários serão estudados em momentos específicos, em tópico próprio, em representação coletiva de eventos comemorativos do movimento operário católico. Em outros momentos, o circulismo encontra-se diluído em assuntos nas subseções da quarta seção.

entre setores bastante específicos: na classe trabalhadora. Analisando como o impresso iniciou suas secções que aliavam o movimento religioso ao trabalho, percebemos como as notícias passaram de *Secções Operárias* à *Página Trabalhista*.

Nesse sentido, em 1937, as notícias ligadas ao trabalho não fixavam uma página ou uma data. Matérias que misturavam anseios trabalhistas ou fixação de novas regras do trabalho apareciam muitas vezes na primeira página, de início. Mantinham uma vinculação ao movimento do Círculo Operário, porém este não era responsável pela *Secção*. A *Secção Operária* iniciou sua publicação em março de 1939, aos sábados. Destinava-se aos líderes das classes dos sindicatos para discutir assuntos trabalhistas e de caráter reivindicatório. (O Nordeste, mar. 1939). A *Secção* finalizou a primeira fase da sua edição em dezembro de 1939, ressurgindo em sua segunda fase em 1940, por ocasião das comemorações das *bodas de prata* da Federação dos Círculos Operários do Ceará. A página do periódico atuou como órgão oficial dessa Federação. A entidade seguia os preceitos da moral-cristã e dizia se preocupar com a formação sociocultural e econômica do operário cearense.

As matérias associadas ao operariado estavam distribuídas na *Secção* e, às vezes, se estendiam por uma página inteira. Em outros dias da semana, também era possível encontrar uma coluna fixa, intitulada Reivindicações Operárias, onde podemos encontrar matérias que elencavam os direitos trabalhistas conquistados. Para ilustrar, recorreremos à publicação do colunista que assinava pelas iniciais M.S, destacando as férias, aposentadoria e salário-mínimo como reivindicações operárias asseguradas na legislação vigente do período. Outra matéria, assinada por um operário anônimo e intitulada *Crimes contra a economia popular*, trazia, em forma de apelo, o descontamento da população diante da carestia (O Nordeste, 1 abr. 1939).

Outras notícias sobre o movimento ligado ao Círculo Operário já se alastravam pelo interior do estado. Entrevistas com trabalhadores associados a entidades católicas ocupavam uma coluna inteira, uma espécie de condecoração ao exemplo de trabalhador católico. Como exemplo disso, o jornal ilustra, com foto, o trabalhador Irineu Xavier Barbosa, pontuando a importância da dedicação ao trabalho, à família e às associações, tais como o Círculo Operário. O trabalhador relata a importância de tratar as causas operárias de forma mais organizada, afirmando que “falta[va] uma coordenação de atividade, no sentido de elevar o nível moral e intelectual do operário” (O Nordeste, 9 dez. 1939).

As atividades desenvolvidas pela Igreja na formação operária aparecem na imprensa e a definem como porta-voz do campo social. Conforme Heloiza de Faria Cruz (2008):

O papel central desta imprensa na condução de debate público nas diversas situações, seus alinhamentos e pactos políticos a cada situação, sua capacidade de generalizar e propor como universais interesses e posições particulares, sua força na articulação de projetos e na mobilização para a ação são dimensões históricas relegadas ao esquecimento (Cruz, 2008, p. 22).

A imprensa, uma vez inserida no contexto no qual se constitui, passa a atuar nos espaços de luta. O lugar social ocupado pelo *O Nordeste* se transmutava no campo político, buscando acompanhar as causas trabalhistas ao mesmo tempo que atendia os privilégios da burguesia, seu principal assinante. Assim, também exercia domínio no campo religioso, alinhando-se às configurações do Estado Novo.

No decorrer da pesquisa, ao folhear as páginas do impresso, percebemos a ausência de edições por um certo período. Dessa forma, passamos, brevemente, a acompanhar as transformações gráficas e de instalações do jornal, no intuito de verificar se essas mudanças geraram impactos no editorial operário nos aspectos materiais e políticos. Com as novas instalações em andamento, em dezembro de 1938, o jornal noticia sua paralização pelo prazo de um mês (*O Nordeste*, 29 dez. 1938). Contudo, a suspensão da folha ultrapassou o prazo previsto, retornando em 25 de março de 1939. Segundo o impresso, o silêncio por mais de dois meses foi sentido pelos leitores por marcar acontecimentos de ordem mundial e outros: “problemas neste espaço de tempo em que permaneceu muda a voz, que tanto precisava clamar, indicando as diretrizes do pensamento ao bom povo conterrâneo”. O “agitar das ideias”, trazido pela matéria, demonstra o poder que o jornal tem em direcionar o leitor sobre os acontecimentos (*O Nordeste*, 25 mar. 1939).

As novas instalações do *O Nordeste* incluía a rotoplana “Duplex”, nova impressora suíça que seria inaugurada na nova sede. Nas novas instalações, o jornal passou a funcionar com dois linotipos³. As máquinas traziam técnicas avançadas de impressão, como a rotoplana, e de composição, como a linotipo, fazendo parte da imprensa industrial. Para o jornal, essa fase significava um momento de relevância gráfica, resultando no “proveito de todos, com o maior incremento das atividades do jornal”. A impressora rotoplana veio em período de crescimento populacional e urbanidade da capital cearense. O novo prédio, que se instalou na Praça da Luz, recebeu inúmeros visitantes nos primeiros meses da inauguração. De acordo

³ Linotipo é uma máquina que funde em bloco cada linha de caracteres tipográficos, composta de um teclado, como o da máquina de escrever. As matrizes que compõem a linha-bloco descem do magazine onde ficam armazenadas e, por ação do distribuidor, a ele voltam, depois de usadas, para aguardar nova utilização (Nunes, 2010).

com o jornal, os “elementos católicos” queriam ver de perto o funcionamento da nova impressora, “única no Ceará” até 1939 (O Nordeste, 12 abr. 1939).

A mudança de prédio fazia parte dos avanços tipográficos, em virtude do espaço e da estratégica localização de distribuição dos impressos. Os jornais do século XX precisaram se adequar à modernização tipográfica para não sucumbir diante da chamada Grande Imprensa (Sodré, 1999). Dessa forma, Adaíza Gomes atenta para a visão empresarial do *O Nordeste*, que, em busca de novas tecnologias, visava despontar na modernização da imprensa (Gomes, 2015).

Retomamos as transformações do editorial operário após a breve apreciação da modernização do impresso estudado. Como já citado, a *Secção Operária*, fundada em dezembro de 1939, deu lugar à *Página Operária*, inaugurando a segunda fase, em abril de 1940. Analisando os aspectos materiais da página do impresso, verificamos mudanças na aparência entre os dois editoriais operários. Sobre a materialidade do impresso, Carla Pinsky chama a atenção para a variedade na aparência, que “imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico, resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos” (Pinsky, 2008, p. 132). Atentamos para as múltiplas apresentações na diagramação adotada pelo jornal em curto espaço de tempo, visto que nossa proposta é analisar os formatos da editoria operária.

O projeto gráfico tem como objetivo chamar a atenção para sentidos específicos, demonstrando o interesse do *O Nordeste* em dominar a temática da causa operária no âmbito cearense. O arranjo gráfico atua como discurso, encadeado por uma rede de significação (Silva, 1947). É preciso frisar o papel desempenhado por esse impresso. Embora conservador e dentro de um regime político de controle da imprensa, mantinha editoria que supostamente atuava como defensora da classe trabalhista, dando espaço para posicionamentos operários de teor reivindicatório.

Retomando a análise material da folha, no que se refere à periodicidade, a *Página Operária* reaparece em 19 de abril de 1940, constando, à direita, no cabeçalho da página, a numeração do primeiro exemplar, cuja publicação se daria às sextas-feiras. Logo abaixo, encontra-se a frase “Os círculos Operários envolvem e coordenam os interesses do Operariado e da Nação Brasileira”, indicando que a *Página* ficaria sob comando da Federação dos Círculos Operários do Ceará a partir daquela edição (O Nordeste, 19 abr. 1940, p. 3).

Podemos observar uma concentração de matérias circulistas distribuídas no corpo da *Página* e uma matéria com tratamento específico sobre direitos trabalhistas. A matéria em

questão remete a uma portaria que regula o descanso dominical aos trabalhadores, despachada pelo Ministro do Trabalho em exercício, Valdemar Falcão. Na publicação, a *Página* expressa seu apoio à conquista trabalhista (O Nordeste, 19 abr. 1940, p. 3).

Pontuamos a publicação como forma de expor a complexidade de compreender os interesses desse impresso. O domínio demonstrado por essa *Página* expressa uma teia de relações não previsíveis. A multifacetada posição do jornal na causa trabalhista pode revelar ambiguidades políticas e sociais que privilegiam, de forma não concomitante, o Estado, o trabalhador ou o patronato. Visto que, mesmo sendo um jornal católico, moralista e conservador, em determinados momentos um dos grupos citados pode coincidir ou não com o perfil da folha.

Essa imprensa se mostra paradoxal nas suas políticas relacionais e atua a depender de seus objetivos editoriais e ideais políticos. A opinião que ela difunde pode depender da situação histórica, dos agentes políticos com quem está relacionada, ajustando o discurso de acordo com o público a quem se destina, sendo um instrumento que atua como vigilante da política em defesa da sociedade (Motta, 2002).

Continuamos nossa análise, acompanhando a evolução da *Página Operária*. Em 12 de fevereiro de 1943, ela encerrou a segunda fase com a 129ª edição. Passando por outra reconfiguração, dessa vez ela aparece como *Coluna Operária*. Os aspectos gráficos visuais voltam aos moldes da *Seção Operária* de 1939, e a nova coluna semanal volta a ser publicada às quintas feiras, a partir de 26 de agosto de 1943, com o seguinte discurso de inauguração:

Após algum tempo de trégua, mas que não dependeu do seu querer, a Federação dos Círculos Operários do Ceará volta, pela pena dos seus dirigentes, a escrever semanalmente em O Nordeste [...], este cantinho que chamamos de “Coluna Operária”. É intento ventilar aqui, embora de relance, todos os assuntos que digam respeito aos interesses da classe operária, propugnando pela sua legítima defesa, como também prestando informações do movimento circulista no Ceará e no Brasil (O Nordeste, 26 ago. 1943, p. 3).

Como descreve a matéria no retorno da coluna, as publicações abordavam em grande parte assuntos ligados ao Círculo Operário. Era um espaço que o órgão tinha para anunciar as reuniões e ações do órgão pelo interior do estado. A página também trazia decisões e opiniões de seus membros e presidentes sobre política global e a questão social da Igreja. Nesse sentido, percebemos o papel político do Círculo Operário para atrair o maior número de associados. Assim, a *Coluna Operária* atuava também como um canal propagador dos ideais circulistas.

Ainda sobre a trégua dada pelo jornal, conforme aponta a citação, procuramos entender os motivos que levaram à ausência da *Coluna Operária*. Logo, constatamos que o jornal passou seis meses sem editoria operária. As notícias ligadas à referida classe, porém, apareciam soltas. O pronunciamento da folha a respeito da ausência da *Página Operária*, afirmando que “não dependeu do seu querer”, instigou questionamentos e hipóteses. Nesse sentido, ao nos depararmos com a redução das páginas em suas edições diárias, seguimos a hipótese da crise do papel da imprensa.

Após dar atenção minuciosa às edições do jornal, verificamos que, nos anos que antecedem a pesquisa e o período de recorte, o jornal funcionou com 8 páginas diárias, salvo edições comemorativas, que poderiam circular com até 22 páginas. Em vista disso, a redução das edições diárias para quatro páginas chamou a atenção. Essa situação perdurou do último quadrimestre de 1942 até o ano de 1943 e resultou em que algumas colunas diárias aumentassem o intervalo de publicação, passando à frequência semanal, enquanto outras foram suprimidas, a exemplo da *Coluna Operária*.

Os cadernos semanais que deixaram de funcionar foram a página de *Esportes*, a *Coluna Fiscal*, a *Página Eucarística* e a *Seção da Educação Sanitária*. Outras colunas sofreram redução na periodicidade, como a *Juventude Feminina Católica*, a *Carta Pastoral*, entre outras. Logo, encontramos, na matéria da edição de junho de 1942, a justificativa para a redução do número de páginas. De acordo com *O Nordeste*:

Não se pode fugir ás realidades ásperas da guerra. Os nossos fornecedores de papel nos preveniram de que não atendem mais a nenhum pedido sem prévia consulta, estando seus estoques praticamente esgotados. E não há esperança de que a situação mude, nestes três próximos meses.

A única solução é, assim, reduzirmos temporariamente para quatro páginas as nossas edições, o que vamos fazer, a partir de hoje.

[...]

A culpa não é nossa. É a guerra, que nunca teve entranhas. (O Nordeste, 16 jun. 1942)

Aprofundamos a análise para constatar a causa da crise que provocou a supressão da *Coluna Operária*. Dessa forma, evitamos tirar conclusões extra editoriais, sem os cuidados metodológicos. Tampouco tomamos a justificativa apresentada pelo jornal como única verdade. Sobre intenções e expectativas do impresso, Tânia Regina de Luca atenta para a “análise da materialidade e do conteúdo”, à qual “é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos” (Luca, 2008, p. 140).

Contudo, era um fato que a crise do papel de imprensa se alastrara em nível mundial. Nelson Werneck Sodré aborda a crise de imprensa no Brasil. O autor aponta que a maior parte do nosso papel de imprensa era importado. Com a Guerra em curso, o preço do papel aumentou em 3294%, situação que se acentuou ainda mais nas décadas seguintes. Era início da grande crise da imprensa, sentida principalmente no final da década de 1950 e início da década de 1960. O quilo do papel de imprensa importado sofreu progressivo aumento, chegando a custar 2,35 cruzeiros em 1943 (Sodré, 1999).

A *Coluna Operária* marcou sua última edição no encerramento do ano de 1943. No ano seguinte, a edição do impresso volta a circular com oito páginas, e nela ressurge a editoria operária em formato de página. Renomeada como *Página Trabalhista*, o lugar da folha destinado ao operariado ganha novo *layout* e conotação social.

Se a competição deve ser estimulada como forma de aperfeiçoamento dos nossos jornais, deve-se visar, em primeiro lugar, ao aprimoramento da imprensa como um todo, enquanto atividade. [...] Se leitor não se conquista com prêmios, não existe tradição em imprensa que não precise se renovar e se adequar a novos tempos. (Carvalho, 1984, p. 80)

Conforme Gilmar de Carvalho, é importante considerar a competição entre os impressos, motivada pela revolução gráfica, sem perder de vista o acirrado campo de poder que exercem nos leitores. As legislações trabalhistas e os temas ligados à classe faziam parte da agenda de outros jornais do mesmo período.

O jornal *O Unitário* anunciava um encarte dedicado ao trabalhador na data do 1º de maio (*O Unitário*, 28 abr. 1938). Houve, por parte do jornal, uma redução das tiragens diárias para atender à edição especial. Na edição, havia um cabeçalho intitulado *O Trabalho*. Logo abaixo do nome do encarte, havia uma homenagem ao trabalhador, sem assinatura. No centro do jornal, havia uma manchete que tratava do decreto presidencial sobre a “obrigatoriedade do salário mínimo para operário”. Outras matérias, em formato de notas-convites, faziam referência ao evento e à programação do Dia do Trabalho. As páginas seguintes abordavam assuntos diversos, não somente relacionados ao trabalhador, mas havia uma pequena matéria assinada pelo trabalhador do Sindicato dos Operários Panificadores e Classes Anexas de Fortaleza, que, em rápidas palavras, trouxe a memória da luta dessa classe (*O Unitário*, 1 mai. 1938).

O trabalhador parecia ser tratado com destaque pelas agendas jornalísticas. Podia-se perceber a competição existente entre os jornais *O Nordeste* e *O Povo* em algumas matérias

da folha católica. A matéria *Reestabelecendo a verdade histórica*, publicada por nossa fonte impressa, revela “que a agenda jornalística não é algo estanque ou definido apenas por um bloco coeso e monolítico” (Mantovani, 2014, p. 124). Isso porque a publicação era uma crítica ao jornal *O Povo*, pela inauguração da coluna que este impresso direcionava às legislações trabalhistas (*O Nordeste*, 22 abr. 1944, p. 4). Dessa forma, arriscamos considerar que a mudança nos aspectos gráficos da *Página Trabalhista* teve relação com as disputas editoriais pelo campo de poder, reveladas nas temáticas da legislação trabalhista.

Para mostrar a transformação, trouxemos imagens de partes específicas da *Página*, como forma de analisar as artes do *layout* em dois momentos distintos (figuras 1 e 2):

Figura 1 - Página Trabalhista do *O Nordeste* em 1944 – Primeira versão da arte do cabeçalho



Fonte: (*O Nordeste*, 11 fev. 1944, p. 4).

Figura 2 - Página Trabalhista do *O Nordeste* em 1944 – Segunda versão da arte do cabeçalho



Fonte: (*O Nordeste*, 22 abr. 1944, p. 4).

Na primeira versão, mostrada na figura 1, a página aparece serifada, em tamanho médio. Abaixo do título, aparece uma imagem em formato de duas lanças postas em sentidos opostos. Sugerimos que a intenção era de compor uma dupla função: sublinhar a palavra, colocando-a em destaque, e evocar a ideia de luta. O desenho, categorizado no campo jornalístico, faz parte do *design* gráfico que integra os elementos configurativos (Adorno, 2011).

Segundo Luciano Adorno, esses elementos gráficos têm a função de especificar a forma em seus aspectos visuais que apresentam uma figura definida ou sem definição. Nesse caso, a figura 1, que apresenta elementos no formato de lanças opostas, pode convencionar o significado mais abstrato. Sobre esse formato, é preciso despertar para a sensibilidade que denota do seu significado, uma vez que “se considera a possibilidade de encontrar sutis referências figurativas nas formas ou figuras abstratas, assim como se encontram analogias figurativas no formato das nuvens” (Adorno, 2011, p. 38). Portanto, a analogia trazida pelo autor revela que a sutileza da figura não se define no formato, mas no conjunto que integra os aspectos gráficos e, sobretudo, nos aspectos temáticos de interesse ao público leitor da *Página*.

Outro ponto que diferencia a primeira imagem da segunda é o uso da epígrafe no layout. Observamos que tanto o lado esquerdo como o direito estão diagramados com frases católicas, destacadas por quadrados. Já um aspecto comum em ambas é a ausência de linha que separe as colunas, indicando parte da segunda revolução gráfica ocorrida na década de 1940, responsável pelo jornalismo mais moderno do ponto de vista gráfico (Gruszynski, 2010).

Após quatro meses da edição da *Página Trabalhista*, observamos uma mudança gráfica na arte. Observando a figura 2, verificamos sua arte com maior intencionalidade do emissor ao transmitir a mensagem. O título se apresenta com fonte em negrito e letras em tamanho grande. As características do título remetem à ideia de força e, possivelmente, a proposta do editorial era dar à *Página* um aspecto visual que demonstrasse a vitalidade do trabalhador e para o trabalhador.

Inicialmente, analisamos a figura que se localiza acima do título a partir de uma perspectiva gráfica mais teórica. Nessa concepção, a arte pode ser caracterizada por elementos

configurativos⁴, categorizados, na *Página*, como figurativos, compostos por objetos culturais e produzidos pelo homem. Além disso, é possível categorizar os elementos da publicação como conceituais, pois suas formas são reconhecidas em figuras planas e simbólicas, dando ideia de movimento, espaço e perspectiva (Adorno, 2011).

Relacionamos a teoria dos elementos configurativos ao que conseguimos captar pela imagem. Na arte da figura 2, temos como figura central o símbolo dos Círculos Operários, formado por uma cruz revestida por uma engrenagem. Nela, os elementos (forma e cor) são carregados de simbologia. Embora a imagem do jornal não use escala de cores, podemos acompanhar a representação do distintivo do Círculo Operário. Ele representa o movimento operário cristão do mundo. A engrenagem representa a força do trabalho, e a cruz evoca a força do catolicismo na luta anticomunista (Santos, 2010).

Nesse aspecto, o símbolo do Círculo Operário integrava o elo entre a Igreja e as fábricas. As indústrias estavam representadas na forma de figuras geométricas. Observamos também a existência de linhas em perspectivas que partem da cruz até as fábricas, sugerindo uma ingerência do movimento sobre os trabalhadores. Seria a representação do operário de Fortaleza como elemento multiplicador das ações aplicadas pela Igreja e disseminador das legislações trabalhistas, contribuindo para as relações harmônicas.

A nova proposta estava atrelada ao trabalhismo, sob um discurso voltado à legislação. Na *Página Trabalhista*, existia a coluna para atendimento ao trabalhador, que respondia a dúvidas e levava orientação à classe. Havia a coluna fixa de esclarecimento das leis do trabalho, intitulada “*Você Sabe?...*”. As costumeiras matérias sobre a *Questão Social da Igreja*⁵ tinham lugar garantido. Foram mantidas notícias relacionadas ao movimento dos Círculos Operários, e a pauta do anticomunismo foi tomando espaço e constância na *Página*, principalmente na chegada de 1945. Isso porque, em meio às articulações políticas, durante o processo de redemocratização, o comunismo sai da ilegalidade e inicia a formação do partido político (O Nordeste, 1945).

Caracterizamos as composições editoriais reservadas ao trabalhador percorrendo aspectos materiais, políticos e sociais. Tentamos, inclusive, averiguar as posições do impresso por uma análise extraeditorial, sabendo que analisar a imprensa conservadora em

⁴ De acordo com Adorno, os “elementos configurativos aqueles cuja função é especificar a qualidade da forma em relação aos seus aspectos visuais quando representam, na linguagem verbal, as formas denomináveis ou as formas sem denominação definida. Assim, esses elementos são categorizados como: (1) linguísticos, (2) figurativos e (3) abstratos” (Adorno, 2011, p. 37).

posicionamentos de causa trabalhista é desafiador. Contudo, Jovelina Santos encoraja o pesquisador da *história operária* a análises de fontes diversas, pois expressões operárias são aquelas que não ocorrem somente em matizes revolucionárias, mas também em conservadoras (Santos, 2007).

2.2 O sentido de uma homenagem: os trabalhadores católicos entre as reivindicações e o simbolismo político

Na primeira metade do século XX, a história do Ceará articulou-se a uma série de acontecimentos sociais e políticos. Os estudos locais que englobam esses acontecimentos, sobretudo a seca, são vastos. Sobre esse fenômeno, destacamos as considerações de Frederico Castro Neves (2001) no estudo sobre a seca no governo Vargas. A trajetória social das massas é marcada por períodos de estiagens, especialmente nos anos de 1932 e 1942. Nesse sentido, ambos os períodos ocorreram em distintos arranjos locais e contextos políticos nacionais e internacionais (Neves, 2001).

A abordagem inicial sobre a seca se explica pelos arranjos que a ela se articulam. Desse modo, temos a Igreja, que pautada na premissa da *questão social* se lança em causas sociais, como a campanha lançada pelo *O Nordeste*, intitulada o *Flagelo da Seca*. Por quase um ano, de abril de 1942 a janeiro de 1943, o impresso acompanhou a ação política local e nacional, como também a ação social da Igreja em práticas que materializam a função espiritual do catolicismo (O Nordeste, 13 jan. 1943, p.1).

A campanha solidária de ação conjunta – Igreja e Estado – rendeu 6 milhões de cruzeiros, destinados às famílias vítimas da seca. Contudo, a Igreja se lançava como porta voz da campanha, chamando os católicos “cearesemente, ao sacrifício”. A publicação listava a possibilidade das ofertas na forma de alimentos, vestuário e remédios, endereçando o prédio do *O Nordeste* como ponto de coleta das doações (O Nordeste, 21 de janeiro de 1943). O jornal registrou ainda que em seis dias foram identificados óbitos de 26 crianças e 13 adultos na capital (O Nordeste, 12 jan. 1943, p.1).

Esse cenário descreve o aspecto social do estado em camadas desfavorecidas. A capital já demonstrava marcas do flagelo nos contornos urbanos desde a seca anterior, 1932. Segundo Eduardo Parente: “boa parte do acréscimo no número de habitantes da capital deve ser creditado aos fluxos migratórios, especialmente nos períodos de seca” (Parente, 2018, p. 263). Nessa década, despontou na capital, o crescimento de bairros desfavorecidos e moradias

em margens de estradas ou faixas de praias, ocupadas pela população pobre. Além dessas moradias, a construção de bairros operários contribuía para segregar socialmente os bairros (Bruno; Farias, 2011, p. 118).

Enquanto os aspectos urbanos da população de Fortaleza apareciam de forma rara nas publicações do *O Nordeste*⁶, outros jornais, como *O Unitário*, por razões editoriais distintas, traziam publicações de caráter denunciativo sobre a situação dessas áreas da cidade. A exemplo disso, a coluna *Onde a cidade está errada*, embora fosse acompanhada de um ar moralista, atentava para o descaso do órgão municipal para a efetivação da segurança e em favor dos trabalhadores da cidade (O Unitário, 29 de janeiro de 1938). Conforme *O Unitário*, o propósito da coluna era “mostrar as falhas da cidade, as suas deficiências, [...] com o desejo de sana -[las], concorrendo para que a cidade possa realmente corresponder as exigências da sua população” (O Unitário, 31 de janeiro de 1938).

Na outra ponta, temos a explorada fonte impressa do *O Nordeste*. Conhecida pela postura moralista, o jornal já abriu um vasto leque de estudos, sobretudo referentes às questões religiosas e à orientação dos *bons costumes* da população. Contudo, as temáticas sobre o trabalhador ajudam na compreensão política adotada pelo jornal. Direcionamos nosso olhar atento às páginas do jornal que apesar de ser conservador, publicava matérias de caráter social.

Outras vezes, *O Nordeste* atuava como apoiador e articulador do regime que estava chegando. Assim:

[...] devemos lembrar que na imprensa a apresentação de notícias não é mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação. Todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro”. (Barata Zicman, 2012, p. 90)

Há momentos em que o jornal demonstra surpresa diante de algumas determinações presidenciais, mas na maior parte transparecia afeição às medidas. Assim, no novo regime, a posição do *O Nordeste* se delineava nas áreas políticas e sociais, de acordo com os decretos

⁶ Entre as raras matérias que denotavam cobrança aos órgãos públicos por melhorias na cidade, destacamos a publicação *Ao sr. Prefeito de Fortaleza*, de 5 de abril de 1937, antes de instituído o regime. A matéria, escrita por José Facó, enumera pontos da cidade que precisam de reparos e atenção do governo local, sobretudo do prefeito Raimundo Araripe. Os reparos incluíam consertos de calçadas, meio-fios “nas ruas principais de Fortaleza”. José Facó, nessa publicação, cita uma coluna escrita por Silveira Marinho intitulada *Commentando no Estado*, que abordava situações de descaso com as vias e calçadas que provocavam “encontradelas”, ocasionadas por buracos. Diante da denúncia o jornal cobrava ações de reparos, que se atendido fosse, publicaria as ações do órgão municipal, agradecendo ao senhor prefeito (O Nordeste, 5 abr. 1937, p. 6).

outorgados. Isso porque “até 1945/50 a Imprensa Brasileira caracteriza-se por pequenas empresas com capitais [...], primando por suas posições políticas: o que se costuma chamar de *Imprensa de Opinião*” (Barata Zicman, 2012, p. 90).

Assim, o jornal deixava escapar a entusiasmada inclinação política adotada, embora *O Nordeste* anunciasse uma política de neutralidade. Quando o presidente Vargas declarou apoio aos Aliados durante a Segunda Guerra, o jornal se viu desamparado pelo Estado no enfrentamento ao comunismo. Isso porque, o presidente sai da sua linha de neutralidade, precisando mostrar sua posição contrária à política nazista, tornando a frente de combate ao comunismo aberta. Nesse momento os posicionamentos tornavam-se mais incisivos. Era preciso aglutinar sentimentos em torno de um inimigo comum e para isso a propaganda de massa foi usada estrategicamente para mergulhar na nação.

Os cidadãos tinham que odiar o inimigo, amar sua pátria, e devotar-se ao máximo ao esforço de guerra. Não se podia depender de que o fizessem por conta própria. Os veículos de comunicação de massa disponíveis então tornaram-se as principais ferramentas para persuadi-los a agir assim. (Defleur; Ball-Rokeach, 1993, p. 180)

Durante a guerra, era necessário que os cidadãos tivessem sentimentos fortes em relação ao inimigo e à sua pátria. Para garantir isso, os meios de comunicação de massa foram usados como ferramentas primárias de persuasão. A citação refere-se à relação entre os meios de comunicação de massa e a construção e manutenção de sentimentos nacionais, especialmente em tempos de guerra. Esta citação contextualiza a maneira como os governos, especialmente durante períodos de conflito, usando a mídia como uma ferramenta para moldar a opinião pública.

O embate travado pelo catolicismo brasileiro tem relação com o antagonismo ideológico polarizado entre o comunismo e o nazismo durante a Segunda Guerra. Durante o Estado Novo, o jornal acompanhava as notícias, operando com agências de notícias nacionais e internacionais que estampavam sua capa com notícias. Esse aspecto se encadeia com a compreensão da utilização das agências de notícias pelos impressos:

É fácil avaliar a terrível força da engrenagem que se compõe de agências de notícias, agências de publicidade e cadeias de Jornais e revistas, sua influência política, sua capacidade de modificar a opinião, de criar e manter mitos ou de destruir esperanças e combater aspirações. Quando se verifica que essa gigantesca engrenagem é simples parafuso de engrenagem maior, a que pertence, do capitalismo monopolista, ainda mais fácil é estimar o seu alcance e poder. (Sodré, 1999, p. 6)

Conforme Nelson Werneck Sodré, as agências nacionais mantinham estreitas ligações com as posições políticas de governo. As tensões geopolíticas globais desembocam nas liberdades de imprensa, regulando informações. Tomamos como exemplo a progressiva substituição da agência de notícia muito utilizada pelo *O Nordeste*, a Havan, pela Agência Nacional de criação do presidente Vargas a partir de 1939⁷. Além da regulação das Agências de Notícias, o DIP também distribuía publicações acerca dos atentados aos navios da costa brasileira na matéria *Causa em Desespero*, publicada em 19 de agosto de 1942 (*O Nordeste*, 18 de agosto de 1942, p.1).

O clima de tensão provocado pela Guerra acentuou problemas das mais diversas ordens verificadas nessa capital. Como já mencionada, a seca trouxe impactos sociais na modelação urbana. A situação desordenada causou crise de abastecimento alimentar, além da crise de papel imprensa tratada no tópico anterior. Nesse sentido, a compreensão do global/local precisa apresentar relação e estar interligada, já que os eventos locais não acontecem isoladamente (Felício; Luz, 2018).

Todavia, o ambiente de crise não se concentrou no período bélico, ele é descrito no Ceará por jornais já na década de 1930, como aponta Eduardo Parente:

No cenário de crise do início dos anos 1930, os pobres eram os mais afetados. Os problemas salariais dificultavam o acesso a práticas costumeiras, como frequentar o barbeiro, ou provocam dificuldades outras, como pagar o aluguel, aumentando o risco de despejo. Tais problemas sociais eram objeto de denúncia recorrendo ao verso e à fábula (Parente, 2018, p. 272).

Por meio do *O Nordeste*, tomamos nota da situação vivida pelos trabalhadores. Observamos os primeiros anos do regime estadonovista, os quais se concentravam nas reivindicações e anseios dessa classe. Nas *Colunas Operárias* e fora delas, é possível encontrar demonstrações de denúncias populares. O jornal, considerado um “pendulo social”, parecia buscar por justiça social, representando a sociedade contra os abusos dos preços.

Diversas matérias ocupavam o noticiário em demonstração da constância da luta não só trabalhista, mas do povo. Nesse sentido, a entrada do regime estadonovista suscitou no impresso anseios de melhorias. Esse clima de expectativas era notado nas matérias.

⁷ O uso [da Agência Nacional de notícias] se intensificou a partir de julho e agosto de 1939, às vésperas da invasão da Polônia pelos nazistas. A posição estratégica do Brasil ampliou o alcance do noticiário da Agência Nacional, então reproduzido, via outras agências, na imprensa internacional (como no caso de uma nota da AN sobre o afundamento do navio mercante britânico Clement por um cruzador alemão, traduzida para o inglês pela *Associated Press* e publicada no jornal *St. Petersburg Times*, da Flórida, em 3 de outubro).

Procuramos listar algumas matérias em formato de reivindicação publicadas pelo *O Nordeste* durante todo o regime, a fim de ilustrar essa percepção:

Quadro 1 - Matérias de reivindicação publicadas pelo O Nordeste

Reivindicações Operárias (O Nordeste, 1 abr. 1939)

E os aluguéis das casas? (O Nordeste, 8 abr. 1939)

A legislação trabalhista ainda não ampara o proletário rural (O Nordeste, 29 mai. 1942)

Manifestações das classes populares ao interventor (O Nordeste, 2 dez. 1937)

Trabalhadores ao Ministro do Trabalho (O Nordeste, 1 dez. 1937)

Crimes contra a economia popular (O Nordeste, 1 abr. 1939)

O problema alimentar do operário (O Nordeste, 14 jul. 1944)

Reajustamento do salário (O Nordeste, 2 set. 1943)

Salário miserável do campo (O Nordeste, 29 set. 1943)

Casa para operários (O Nordeste, 18 ago. 1944)

Fonte: Elaborado pela autora.

Os títulos acima dividem espaço com outras publicações que demonstram euforia sobre o novo regime, como no caso da matéria intitulada *O apoio do povo*. Nela há elocuições de apoio, mas também de ânsia. Verificamos isso na passagem do impresso ao referir-se ao Estado como propulsor do “bem comum” e garantidor “da ordem e do trabalho”. Cita a “classe trabalhadora” como categoria que deseja a “tranquilidade e o bem-estar no serviço da causa social” (O Nordeste, 2 de dez. 1937).

A forma como *O Nordeste* concebe a informação e como passa ao leitor é uma estratégia de aproximar o regime do trabalhador. Essa intenção não era individual dessa folha, visto que Ângela de Castro Gomes sugeriu essa aproximação na obra *A Invenção do Trabalhismo*. A autora explica que “de uma forma sintética pode-se dizer que o principal objetivo visado era o estreitamento dos laços entre Estado e o movimento operário, via representação sindical” (Gomes, p. 187). Nessa lógica, afastava o pensamento anticomunista das massas. Para isso, foi pensado no culto a um personagem que traria paz e prosperidade e

que colocasse o futuro em ordem. Esse personagem é Getúlio Vargas e sua imagem passa a ser enaltecida pela imprensa conservadora.

A boa relação do impresso com o governo possibilitava a ascensão do jornal. Podemos perceber a abertura que *O Nordeste* tinha com o núcleo do governo por meio das próprias publicações. Em primeira página, é publicado o telegrama que o diretor do jornal recebeu do Sr. Lourival Fontes, Diretor do Departamento Nacional de Propaganda. A mensagem trazia o seguinte texto: “Tenho prazer de comunicar-vos a remessa, por via aérea, duma série de artigos sobre a nova constituição, com exclusividade para esse jornal [...]” (O Nordeste, 25 nov. 1937).

O telegrama possibilita fazer algumas leituras subjetivas das publicações que sucederam a esse telegrama. Em primeiro lugar, explica a existência da coluna referente à nova constituição. Com temáticas semanais variadas, a coluna trazia diversos estudos para embasar a interpretação da Nova Carta. Sob o argumento das “visões sociológicas”, o jornal tentava esclarecer as possibilidades de aplicação nesse campo, além de tratamentos puramente políticos e educacionais. O que muito era debatido sobre esses últimos dizia respeito à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas. Outras formas de debate eram referentes à espacialidade, com colunas que tratavam sobre a Carta nas unidades municipais e na zona agrícola (O Nordeste, 1937).

Ainda sobre a possibilidade de interpretação com base no telegrama, em segundo lugar, temos elementos que acentuam nosso entendimento sobre as intenções dessa imprensa com a causa trabalhista nesse início de governo, mais especificamente entre 1937 e 1939. Explicando melhor, percebemos que somente a partir da instauração do Estado Novo é que começam timidamente a aparecer notícias sobre as causas trabalhistas e expectativas do trabalhador. Verificado o ano de 1937, entre janeiro e novembro, foi raro encontrarmos matérias de manifestação ou defesa dessa classe. Dessa forma, acreditamos que o primeiro momento do governo foi importante para que *O Nordeste* ganhasse uma colocação de destaque no quadro da imprensa e na classe trabalhista (O Nordeste, 1937).

Em momento posterior, o jornal desenvolve políticas próprias de destaque ao trabalhador. Com ações combinadas, *O Nordeste* consegue destacar as benesses do Estado e da Igreja. Nesse processo, a delicada posição assumida pelo impresso no início do governo foi ganhando segurança no desenrolar da política de Vargas. Assim, o jornal “[parece] pretende[r] também criar e desenvolver estas necessidades e conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área” (Gramsci, 2001, p. 197).

O público desse jornal era alimentado pela corrente do trabalhismo. Essa corrente será analisada em outro momento. Todavia, ao tratarmos do trabalhismo de governo em concomitância com o trabalhismo da Igreja, destacamos esse último para fins de análise subjetiva do *O Nordeste*. Dessa forma, podemos entender que os contextos da política de Vargas foram ao encontro da proposta católica local.

Os contextos tratados se referem ao que Ângela de Castro Gomes analisa como o “bem-executado projeto político do Estado brasileiro do pós-1942” (Gomes, 2015, p. 14). A autora, ao estudar a formação dessa corrente, verifica que para o seu desenvolvimento foi preciso o apoio das políticas públicas dos ministérios de Vargas. Nelas, o discurso do presidente, juntamente com lideranças trabalhistas, reforçava a construção da imagem de “autoridade benevolente” e “paternal”.

Essa construção simbólica dos mitos estava relacionada com a “ideologia da outorga” que se concretizava à medida que os anseios dos trabalhadores eram atendidos. Sendo uma construção moderna, a figura do mito político, ela se torna possível quando o agente político ganha uma posição central. E quem possibilita essa posição simbólica são as massas (Gomes, 2020).

Para Ana Heloísa Molina, a posição mítica é moldada e movida pelo discurso político, onde o trabalho age como “unidade básica de similitude, ao mesmo o objeto/sujeito deste discurso” (Molina, 1997, p. 107). Os discursos que agem entre o passado e o presente, ao passo que remetem ao conservadorismo também exercem seu poder de transformação. Ao estabelecer fronteiras com o terreno político e o religioso, emite elementos específicos, alcançando o trabalhador por meio da autoidentificação das palavras.

Nesse ponto deixamos de lado o discurso mítico do Presidente e passamos a analisar a dimensão simbólica atribuída ao Ministro do Trabalho no primeiro momento do Estado Novo, Valdemar Falcão. Não se trata de equiparar as figuras políticas, nem de supervalorizar a atuação deste último. Procuramos compreender como se deu a construção do novo Ministro, enquanto herói local⁸, a partir dos discursos trabalhistas pronunciados por Falcão e pelos trabalhadores, que tinham o jornal como suposto representante na luta por direitos.

⁸ Waldemar Cromwell do Rego Falcão nasceu no município de Baturité – Ceará, em 25 de janeiro de 1895. Comumente chamado de Waldemar Falcão, teve sua participação política na História do Ceará, participando da Constituinte de 1933. Em 1937 assumiu o cargo no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio durante o governo Vargas. Atuou como deputado Federal da constituinte, eleito pela LEC - Liga Eleitoral Católica como representante do Ceará apoiado pela Legião. Abraçou a causa trabalhista como advogado e integrante do Tribunal Legionário de Conciliação da Legião Cearense do Trabalho. (Albuquerque, 2005). Disponível em: <https://revistas.trt7.jus.br/REVTRT7/article/view/111/106>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Analisar a construção mítica do Valdemar Falcão revela o enfoque fronteiriço, que divide a “história oficial” das contranarrativas dos trabalhadores pelo olhar do *O Nordeste*. O discurso dominante, arraigado na sociedade, está sedimentado na memória histórica. Apresenta-se de forma generalizada e com visões unas. Nesse sentido:

É necessário, também, ao trabalho de desconstrução da memória, desvendar não só o modo como o vencedor produziu a representação de sua vitória, mas sobretudo, mostrar com o a própria prática dos vencidos participou dessa construção, deixando-a erguer[...] (Chauí, 1981, p. 17)

Como tece Marilena Chauí, sobre a participação dos vencidos na construção do mito político, acompanhamos as publicações referentes aos trabalhadores. Quanto a erguer a figura mítica de que trata a autora, partimos do pressuposto de que a ânsia por direitos possibilitou que o operariado idealizasse o herói que correspondesse a tais expectativas.

As homenagens às figuras públicas, seja do seio católico ou do político, eram comuns nas páginas da imprensa. *O Nordeste* assumia essa postura de engrandecer feitos e fatos colocando-os em patamares de reverência. A política pendular do jornal, que ora procura representar os trabalhadores, ora tende a se fixar no eixo das velhas políticas de culto às classes economicamente mais fortes. Nessa análise, “embora a história contada tenha sido imposta e emanada da voz dos “vencedores”, tem-se a esperança de que nela mesma sejam encontrados elementos para reflexões construtivas no presente” (Campana, 2008, p. 47).

Nessa ótica, verificamos as expectativas demonstradas pelo impresso por meio das matérias que marcam a ocupação do cargo de Ministro do Trabalho por Waldemar Falcão. As notícias iniciaram antes da chegada de Falcão ao poder. Entre as publicações, verificamos o convite para a Missa em Ação de Graças pela nomeação do Ministro ao cargo. Nele, havia uma convocação ao povo cearense para “comparecer a justa homenagem prestada ao digno conterrâneo”⁹ (*O Nordeste*, 9 de dez. 1937, p. 1). Noticiada também a missa realizada, o jornal citou os participantes do evento, que incluíam os “representantes de operários” (*O Nordeste*, 13 de dez. 1937, p. 1).

A notícia que anuncia o nome do Waldemar Falcão ao cargo ganhou grande destaque na primeira página do jornal, assumindo o cabeçalho da capa com o seguinte título: “O Dr. Waldemar Falcão foi convidado para Ministro do Trabalho”. Na mesma página, encontra-se a

⁹ Notícia intitulada Ministro Waldemar Falcão, Missa em Ação de Graça pela nomeação de S. Excia. para Ministro do Trabalho.

foto do Ministro em coluna que tratava do “honroso convite” ao cargo (O Nordeste, 25 nov. 1937, p. 1).

Os destaques do jornal a Waldemar falcão são seguidos de notícias que já colocam o trabalho do Ministro em posição de poder nas decisões trabalhistas. Como é referenciado nessa imprensa, a indicação ao cargo de Ministro foi tomada como “demonstração de Poder Central”. Para o jornal, a nomeação de Falcão serviu como “uma prova a mais de consideração do presidente” em demonstração de segurança nacional “para os filhos da Terra da Luz”.

O jornal tenta evidenciar a importância da representação do cargo para os cearenses. Visto a trajetória de aproximação de Falcão com a classe trabalhista enquanto integrante da Legião Cearense do Trabalho. O convite de Vargas repercutiu na imprensa por apresentar um importante significado político e simbólico para essa região.

As demonstrações de gratidão do povo e do trabalhador diante da “solicitude pelos interesses regionais” são descritas na matéria “O sentido de uma homenagem”:

Devemos, pois, agradecer a Deus o ter disposto, favoravelmente, nesta delicada etapa de transformação do regime, pelo robustecimento dos seus órgãos administrativos, a consolidação do situacionismo local, marcando assim um período de continuidade na grande obra de renovamento [...]. Não se trata de uma manifestação convencional de mera exterioridade protocolar. Tem, incontestavelmente, uma significação muito mais elevada e expressiva. Em vez de caráter particularista, apresenta o cunho de uma universalidade de sentimentos, que abrange a comunhão dos habitantes do nosso berço beneficiado. É, sem dúvida, um dever espontâneo honrar a gleba heroica e sofredora na pessoa do eminente homenageado, cujo valor authenticico representa um dos mais expoentes da inteirtza e tenacidade da raça. (O Nordeste, 10 dez. 1937, p. 1)

O objetivo da matéria é exposto no seu título. *O sentido de uma homenagem* revela um aspecto simbólico construído no imaginário popular. O jornal evidencia a condição do Ministro por ser um representante compatriótico da região e, portanto, conhecer as conjunturas do Ceará. De acordo com *O Nordeste*, esse aspecto patriótico local anunciava o beneficiamento da “gleba heroica”.

Outro ponto a ser considerado, diz respeito à expressão “sofredora”, que remete ao povo cearense castigado pela seca e aos problemas assistenciais de políticas emergenciais, colocadas em segundo plano pelo governo em períodos anteriores. O Estado Novo representava, junto com o novo ministro, a possibilidade de atenuar os problemas originados pela seca, mas que se tornavam uma crise nos campos políticos, econômicos e sociais. Recorremos outra vez a Frederico Neves, por apresentar questões mais profundas sobre o

formato dessa crise, sendo “resultado de uma dada forma de relações sociais que perpetua as desigualdades e baseia-se na produção de conflitos generalizados de interesses” (Neves, 2001, p. 124). De acordo com Frederico Neves, a crise é descrita como resultado produto de um sistema social. O sistema em questão perpetua desigualdades. Em outras palavras, ele mantém ou até mesmo agrava disparidades sociais, econômicas ou outras.

Para José Murilo de Carvalho, a disposição em legitimar esses símbolos dos mitos políticos pode revelar raízes mais profundas, pré-existentes na imaginação popular. O jornal manipula a figura do Ministro como forma de provocar valores e sentimentos na população. O primeiro valor apresentado na fonte revela a questão do sentimento de pertencimento à mesma localidade, porém outros aspectos podem agir sobre o imaginário de acordo com a aceitação popular e a trajetória política a ser desempenhada por Waldemar Falcão. Porém, não é intenção dessa abordagem avaliar o desempenho político desse Ministro (Carvalho, 1990).

Além das questões acima, que levam à exaltação da figura ministerial, destacamos outra publicação que pode nos levar a uma associação simbólica mítica. A matéria se refere à entrevista que o Ministro concedeu à rádio Vera Cruz. A publicação traz de início as palavras do radialista Plácido de Mello, trazendo à tona o outro sentido de homenagem: “Um ministro Cathólico na Pasta do Trabalho, nesta hora, é um presente do Céu!” (O Nordeste, 23 nov. 1937).

Percebemos na citação que o jornal destaca a fé e a afiliação religiosa do ministro em questão, indicando que ele é católico. A especificidade de mencionar sua religião sugere que essa informação é importante no contexto político do período. Em particular, nesse contexto histórico de crise passado pela Igreja, a religião da figura pública pode ser vista como indicativa de seus valores, princípios e possivelmente de suas políticas. A nomeação é vista não apenas como uma boa notícia, mas quase como uma bênção divina.

Na publicação, o jornal revela a referência feita ao Ministro pelo senhor Agamenon Magalhães, chamando-o de *Ministro da Revolução*. No ato da entrevista, Waldemar Falcão falou de “uma transformação social que evoca os áureos tempos que se davam as mãos, a sombra maternal da Igreja, pelas Corporações, as classes do trabalho e os demais factores econômicos da produção”.

As palavras de Falcão revelam a visão idealizada onde Estado, Igreja, setor produtivo e os trabalhadores estavam em harmonia e colaboração para o bem-estar e progresso da sociedade. Esta conciliação mostra a consonância com a política de Vargas, atributos ideais para manter a classe operária “ordeira” e sem embates com o patrão.

A dimensão religiosa compõe o outro aspecto de elevação da figura heroica do Ministro. Para o jornal, ele representaria o somatório das forças entre a Igreja e o Estado na edificação justa do cargo. Representaria a coalizão necessária para o maior apoio popular. Estava anunciada a política católica e essa era apoiada por Vargas, que por sua vez apoiava os operários como forma de bem recebê-los no mundo capitalista. Esse fortalecimento fazia parte do projeto assistencialista da Igreja (Farias, 1998).

Sobre a Junta Estadual da LEC do Ceará, no ano de 1933, segundo seu estatuto, tinha por finalidade: “a arregimentação eleitoral de todos aqueles que aceitarem o seu programa no que se refere ao exercício do direito do voto, pugnando pelos ideais católicos na vida pública brasileira” (OS ESTATUTOS, 1933: 4).

Janilson Rodrigues Lima fala sobre a passagem política de Waldemar Falcão na LEC. De acordo com o autor, a Liga Eleitoral Católica era uma rede de sociabilidades, onde os integrantes agiam em benefício do partido visando objetivos individuais e coletivos. Estavam dispostos a tudo para alcançar isso, até mesmo “assegurar valores católicos diante da Constituição” elaborada nesse período (Lima, 2017). Falcão também atuou na Legião Cearense do Trabalho, em especial no Tribunal Legionário de Conciliação e Arbitragem (Parente, 2020).

O jornal *O Nordeste* desde a sua fundação foi defensor de projetos políticos católicos. Visava irradiar a projeção das publicações por meio do apoio dado às organizações de formação político-partidária e à formação de entidades religiosas com poder de adesão das massas. Sobre a atuação partidária, promoveu fortemente a campanha da LEC. As intensas redes sociais da Liga favoreciam os candidatos, a exemplo de Waldemar Falcão, que mantinha estreitas ligações com os Ministros da Fazenda e do Trabalho (Lima, 2017, p. 2).

De acordo com João Alfredo Montenegro, na década de 1930, os pressupostos religiosos no Ceará estavam voltados para um processo de restauração católica. Como veremos no capítulo 3, a Igreja se utilizou de vários mecanismos doutrinários para reestabelecer a ordem cristã. Nesse sentido, o jornal *O Nordeste* contribuiu fortemente para a recristianização¹⁰ da sociedade cearense, publicando artigos do colunista que assinava pelo pseudônimo de Agathon, cujo nome era Severino Sombra¹¹.

¹⁰ O termo será discutido na seção 4.

¹¹ Em 1931, foi promovido a tenente, retornando ao Ceará, quando entrou em contato de forma mais intensa com organizações católicas e associações operárias locais, iniciando a constituição da Legião Cearense do Trabalho (Parente, 2020).

Outro movimento católico que teve envolvimento e parceria do jornal *O Nordeste* foi a LCT. Eduardo Parente também narra sobre a intensa articulação do jornal com a Legião. Conforme o autor, esse jornal fazia a cobertura das visitas¹² feitas pelo legionário Severino Sombra às associações católicas. Dessa forma, garantia a propaganda das ações e da organização da Legião Cearense do Trabalho. Para a Igreja, a LCT era mais uma instituição que mantinha coerência nos seus princípios, recebendo apoio eclesiástico (Parente, 2020).

A Igreja, portanto, contribuiu, por meio das variadas categorias católicas, para a disseminação de devotos. Antes do Estado Novo, ela contava com o apoio de grupos que a ajudavam nessa adesão. O jornal em estudo foi propulsor dessa intensa política de ampliação do catolicismo local. O que se deixou perceber é que algumas características de persuasão e entronização do mito político são uma marca do impresso para construir no leitor sentimentos de identificação com as causas lançadas pela Igreja. Para entender a postura do jornal foi preciso analisar as bases de uma profusa teia de relações que fizeram parte do catolicismo local e, no decorrer da escrita, muitos organismos da base eclesiástica foram elucidados.

¹² Essas visitas faziam parte da investida inicial de Sombra na arregimentação de organizações de trabalhadores para a formação da Legião Cearense do Trabalho (LCT). Sensibilizar a classe trabalhadora já organizada era condição primordial para a constituição da LCT (Parente, 2020).

3 OS TRABALHADORES E AS FORMAS DE ATUAÇÕES NO CAMPO DO TRABALHO E DA FÉ

Durante o Estado Novo, as instituições Estado e Igreja combinam-se, no plano trabalhista, em formas de poder com estratégias bem definidas. A aproximação com as massas proporcionou uma relação de tutela nos campos político e religioso, mas que, em contrapartida, promoveu, aos trabalhadores de Fortaleza, possibilidades de articulações e de atuações políticas manifestadas por meio dos atos reivindicatórios junto aos órgãos trabalhistas. Somada a isso, a Igreja atua no imaginário operário pelo controle de poder. Observamos as representações coletivas em celebrações protagonizadas pelos trabalhadores e tentamos compreender como as construções identitárias podem fortalecer os sujeitos em movimentos que subjetivam lutas e conquistas. Ainda com o foco no trabalhador, inclusive na dimensão religiosa, o universo dos eventos pode denunciar múltiplas possibilidades relacionais e sociais reveladas pelo campo das práticas de letramentos. Como elo aglutinador da relação Estado/Igreja, procuramos tratar o trabalhador enquanto sujeito das questões políticas e das ações do catolicismo. Apesar das práticas de controle destinadas a afastar o comunismo, protagonizadas pela Igreja, buscamos, nas brechas religiosas, a liberdade de pensamento como elemento da construção da identidade, das interações sociais e da consciência de classe.

3.1 Inspetoria regional do trabalho de Fortaleza: movimentações e tensões

Os estudos sobre os trabalhadores são abordados pela historiografia em diferentes conjunturas políticas. Da primeira metade do século XIX até o seu segundo triênio, as abordagens da temática eram de caráter generalizante. A partir disso, é possível perceber que a “compreensão de que só existira movimento operário numa sociedade fortemente industrializada acabou desconsiderando a diversificada e experiência associativa e os modos de vida” dessa classe (Bittencourt, 2011, p. 23). Nesse contexto, movimentos operários de determinadas regiões ou importantes centros urbanos têm assumido um caráter nacional na historiografia, organizando-se, em sua maioria, em sindicatos.

Adentrando a história do Brasil, é recorrente encontrarmos consenso em abordagens que apontam o recuo da luta ou resistência operária diante de marcos políticos como o golpe de 1937 e a ditadura de 1964. Ao abordar a retomada da produção acadêmica em processos de

abertura política, tais como as ondas de greves e a reestruturação dos sindicatos, Fortes e Negro (2002) apontam:

No final da década de 70 e início de 80, a crítica às visões da “passividade” e “acomodação” do operariado brasileiro ganhou impulso a partir de greves desencadeadas no ABC e São Paulo e que rapidamente se estenderam a diferentes categorias rurais e urbanas (Fortes; Negro, 2002, p. 27).

No presente trabalho, optou-se por conhecer a atuação dessa classe de trabalhadores para traçar um perfil dos atores que assumiram a historiografia operária a partir da década de 80, conforme analisam Antonio Luigi Negros e Alexandre Fortes (2002), sobretudo em períodos autoritários. Autores como Cláudio Batalha (1998), Silvia Petersen (1997) e Maria Célia Paoli (1987) criticam a corrente historiográfica tradicional, que minimiza a trajetória operária na qual são privilegiadas as estruturas organizativas e as greves, solidificando contornos de uma classe produtiva. Nesse sentido, de acordo com a historiografia tradicional, esses sujeitos eram analisados “como instância de dominação – burguesia e Estado – e eixo de resistência operária – as greves” (Petersen, 1997, p. 62). Somados a isso, devemos considerar a antes referida historiografia e o regime político instalado por Vargas, por se tratar de um período marcado pela construção de um modelo nacionalista consolidado durante o Estado Novo. Com esse modelo, nasce a figura do trabalhador, cuja importante função é atender aos anseios de um sistema estatal baseado na industrialização.

No campo histórico, a discussão acerca do paternalismo do chefe de estado e de sua tutela sobre o trabalhador ainda se faz presente, apesar da características peculiares que a tessitura de estratégias e planejamentos políticos confere ao governo varguista. O que queremos é mostrar como os trabalhadores da capital cearense se articularam junto aos canais trabalhistas locais, legitimando sua participação enquanto sujeitos políticos das vivências fabris. Corroborando com a ideia que opõe o trabalhador a essa posição de passividade, Erick Assis Araújo (2007) tece críticas ao modelo unilateral de Estado protetor das massas e sugere um debate a partir do contexto vivido pelas classes populares:

Sobre estas questões, a historiografia recente está a se perguntar até que ponto a política social do período conseguiu interferir na vida das classes trabalhadoras. Indaga-se quais outras possibilidades para se analisar a ação destas classes fora destes canais de controle. Sugere a possibilidade de se estabelecer uma dialética entre controle social e formas autônomas de vida. Nesta perspectiva, a análise poderia dar conta da complexidade da questão social deste período se se levar em consideração que a imposição de uma política de controle sempre se depara com formas diversas de enfrentamento (ARAÚJO, 2007, p. 19).

Por meio dessa percepção de Araújo (2007), percorreremos fontes de impressos para analisar os meios utilizados pelos trabalhadores como forma de denúncia e luta da classe. Para isso, recorreremos a uma análise histórica dos canais voltados aos trabalhadores nas dimensões federais e locais. É importante ressaltar que as observações feitas às matérias dos impressos, aqui apresentadas, têm por objeto o caráter político, sem a pretensão de apresentar uma pesquisa quantitativa, embora os dados levantados colaborem para a compreensão dos processos trabalhistas.

Algumas manifestações individuais ou coletivas, em forma sindical, deram-se através de impressos, dirigidas ao Ministro do Trabalho em exercício de sua função. Como é o caso da matéria trazida pelo jornal *O Unitário*, de fevereiro de 1938, intitulada *Carta-aberta a um gráfico*. Nela, é possível verificar um apelo dos “gráficos que moirejam nas oficinas da *Gazeta de Notícia*”. Em nota publicada em fevereiro de 1938, o senhor José de Freitas Sobrinho solicita ao sr. Valdemar Falcão sua interferência junto ao órgão da Inspeção Regional do Trabalho, com o intuito de dar celeridade ao processo que assegurasse os direitos desses trabalhadores (*O Unitário*, 26 fev. 1938).

Para estabelecer um contraponto com a corrente historiográfica que propõe um certo controle operário pelo sindicalismo oficial, recorreremos a José Sérgio Leite Lopes (1988), que apresenta sólidos resultados provenientes da articulação e luta desses operários. A pesquisa do autor mostra que, embora os processos judiciais da cidade de Paulista tenham se intensificado em 1960, já havia sinalizações deles na década de 1940; e os canais de justiça eram *recurso massivo*, mediado pelo sindicato local, contra a “modernização” fabril.

Segundo Lopes (1988), os órgãos laborais, como a Justiça do Trabalho, utilizados para legitimar a luta trabalhista, constituíam um poderoso recurso para a melhoria das condições de vida, por representarem reivindicações que denunciavam a exploração do tempo de serviço, demissão ou afastamento sem justa causa, indeferimento de pedido de licenças e outros direitos negados. As múltiplas determinações e ações promovidas por esse recurso são resultantes de uma luta cujos elementos-chaves são a “organização dos operários, as iniciativas de autoridades governamentais e estaduais para aplicação local das leis sociais, para a afirmação local da autoridade pública, ou para a intermediação do conflito intraburguês dos empresários” (Lopes, 1988, p. 588). Luta esta que tem a fábrica como cenário dos conflitos e tensões.

Para Alexandre Fortes (1999), durante o Estado Novo, a luta sindical ainda se dava de forma clandestina, o que explicaria o esvaziamento das formas organizadas de luta junto ao sindicato do governo. Para o autor, ao atuar como *interlocutor entre Estado e o patrão*, o dispositivo do governo era fortalecido pelas *relações capital e trabalho*. Dessa forma, cabia aos sindicatos oferecer uma estrutura organizativa para melhor atuar, junto ao sindicato institucional, no combate à resistência do empregador.

No órgão oficial do Ceará, era possível observar uma fiscalização do inspetor regional do trabalho nas relações empregado/empregador. Diante das denúncias feitas pelos funcionários ao órgão, o responsável pelo departamento baixava portaria para que as leis trabalhistas fossem cumpridas pelos comerciários, bancários e industriários. As publicações nos impressos locais eram apresentadas aos leitores na forma de lei em notas de avisos. A portaria nº 11, de maio de 1937, publicada pelo jornal *O Nordeste*, denunciava o descumprimento das leis trabalhistas por parte dos seus empregadores.

Portaria Nº11. O Inspetor Regional do Ministério do Trabalho no estado do Ceará tendo em vista as constantes denúncias trazidas ao seu conhecimento, segundo as quaes diversos estabelecimentos commerciaes e industriaes desta capital não obedecem ao horário desta capital regulamentar do trabalho, obrigando, assim, os empregados a permanecerem nos estabelecimentos mais tempo do que o constante no quadro do horário,

RESOLVE: recommendar aos senhores escripturários Raimundo Cleto Soares Bulcão e dr. Ubirajara Índio do Ceará, bem como ao guarda-fiscal José Pinto do Carmo Sobrinho, encarregados das fiscalizações das leis trabalhistas, que exerçam severa fiscalização não só quanto ao horário do trabalho no commercio e nas industrias, senão também quanto á concessão e ao pagamento de férias aos comerciários, bancários e industriários. CUMPRA-SE (a) Arthur Deodato (O Nordeste, 31 mai. 1937).

O órgão da Inspetoria Regional do Ceará estava vinculado à Justiça do Trabalho, onde funcionava a Junta de Conciliação e de Julgamento, instalada em 1932 (Oliveira, 1986). Todos esses canais locais, criados a partir do Conselho Nacional do Trabalho, provocavam o efeito de funcionamento dos aparelhos do Estado e acentuavam a ideia de amparo ao trabalhador (Souza, 2011). A recorrência de portarias expedidas com esse teor poderia ser um indicativo de resistência dos patrões em cumprir com as novas demandas legais, bem como do consequente acirramento entre as classes.

Não é possível precisar a motivação para a resistência à lei por parte dos empregadores. Contudo, considerando o período da postagem, podemos dimensionar fatores econômicos envolvendo a carestia ou, a depender do ramo do comércio ou da indústria, crises de ordem financeira que também seriam fatores desencadeadores da suspensão dos direitos

das leis de trabalho. Sob foco institucional, por outro lado, ao analisarmos as intervenções do governo por meio dos órgãos trabalhistas, conforme discutido por Ângela de Castro Gomes (1979), compreendemos os propósitos do projeto social de Vargas, que “o intervencionismo no mercado de trabalho impunha independentemente dos princípios de justiça social propriamente ditos; tratava-se de uma questão bem objetiva, isto é, prevenir ou impedir perturbações de ordem pública” (Gomes, 1979, p. 161). Conforme a autora, a legislação trabalhista foi delineada na política de Vargas em razão da harmonia social. A estratégia, que se articulava em torno do empregador, do trabalhador e do sindicato único, tinha como propósito atenuar as tensões e desmontar a luta de classe e as manifestações em forma de greve, por representarem uma ameaça à coletividade. A política social estava presente nos discursos do governo e nas notas oficiais dos órgãos nacionais e regionais do trabalho, publicadas em impressos.

Embora, durante o governo provisório de Vargas, houvesse uma preparação da política trabalhista focada nas leis e na tutela, ainda não estava consolidado o projeto de harmonia social, que só ocorreu, de fato, durante o estado Novo, especificamente a partir de 1942, quando autores, tais como Maria Helena Capelato (2000), costumam dividir o governo em dois períodos. O primeiro (1937 – 1942), de legitimação do novo regime, dedicado ao planejamento das bases políticas, com a preparação de campos de intervenção, como a cultura e a educação. O segundo período, a partir de 1942, caracteriza-se pela consolidação das leis trabalhistas e a concomitante “invenção do trabalhismo”, quando o governo fortaleceu os laços com os trabalhadores, buscando apoio desses pelos diversos canais de propaganda e dispositivos de poder.

Na prática, a delimitação desses períodos não era limiar, visto que discursos trabalhistas direcionados a essa categoria, sob a ótica da harmonização das classes, já eram tecidos em 1938. Nesse ano, a declaração de uma suposta representação operária estava na coluna de um jornal, ratificando a necessidade do novo regime. Não é intenção deste trabalho questionar se a publicação realmente foi uma iniciativa da categoria operária. Antes, pretende-se compreender, de forma geral, qual era a expectativa perante o novo sistema e quais as necessidades tornavam urgentes as reformas das leis e a incorporação ao sindicato. Além disso, intenta-se conhecer a trajetória pela qual os órgãos trabalhavam em razão dessa harmonização. Na referida publicação, no jornal *O Nordeste*, intitulada *Reajustamento necessário*, destaca-se o trecho que dispõe sobre a necessidade de arranjos políticos entre governo e trabalhador:

Essa revisão, que já vinha sendo reclamada, mais, entretanto, como obra de acabamento do que de estrutura, tornou-se necessária e urgente após a transformação do regime operada em 10 de novembro. A começar pela associação profissional, que passou do sistema sindicalista ou de resistência, para o plano de harmonização das classes, através das corporações, - vários princípios novos foram incorporados á nossa legislação do trabalho, bem como alteradas algumas normas fundamentaes até então em vigor. (O Nordeste, 21 fev. 1938).

O corporativismo brasileiro operou como modelo de representação política, o que, segundo Viana, só foi possível devido à submissão de uma classe operária organizada aos dispositivos corporativistas, com o intuito de elevar a acumulação de capital por meio das indústrias (Viana, 1976). Este sendo um dos novos princípios que rege o trabalho em substituição à resistência, percebemos como as representações da luta operária sofreram, a partir da década de 1930 e ao longo do governo de Vargas, alterações em seus significados. Desse modo, é possível dizer que a identidade desses trabalhadores era relacional, uma vez que as suas realidades dependiam do espaço, do tempo, da conjuntura e dos arranjos políticos em que se situavam. Essa relatividade da própria realidade é defendida por Albuquerque Júnior (2007) e torna a identidade operária suscetível à fragmentação de sua estrutura organizacional.

Dizer que o trabalhador no Estado Novo teve sua estrutura fragmentada não significa dizer que não houve luta, mesmo diante das dificuldades e de resultados, muitas vezes, pouco expressivos (Gomes, 2002). Não devemos subestimar as lutas desses sujeitos em requerer seus direitos e sua identidade de classe. Vargas, contudo, tratava de construir essa identidade por meio dos discursos e das leis voltadas a esses trabalhadores, como forma de atrair e amparar, garantindo a cooperação desses como força orgânica do novo regime (Vargas, 1938).

O funcionamento das leis voltadas aos trabalhadores, durante o governo de Vargas, dava-se através de unidades regionais, divididas por zonas. Tratava-se do Conselho Regional do Trabalho (CRF), que atuava nos dissídios coletivos, na homologação desses acordos e na revisão das decisões tomadas. No que concerne aos “dissídios individuais”, o CRT atuava, “em segunda e última instância”, quando se pretendia reconhecer a estabilidade do trabalhador ou, ainda, quando se tratava daqueles “cujos valores excedessem o fixado no art. 201, do Decreto n. 6.596/1940¹³” (Meireles Júnior, 2021, p. 74). Como vimos na publicação

¹³ Art. 201. Cabem embargos das decisões definitivas das Juntas e Juízos, nos dissídios individuais concernentes a salários, férias e indenizações por despedida injusta, em que o valor da condenação haja sido igual ou inferior:

oficial, o Ceará pertenceu à 5ª regional até 1939, quando, por meio de decreto, passa a ocupar a 7ª zona, com sede em Fortaleza. Nela, funcionavam os órgãos da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) e das Comissões Mistas de Conciliação (CMC)¹⁴ (Oliveira, 1986).

As CMC's e a JCJ estavam vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e seus presidentes eram nomeados pelo Ministro do Trabalho. As CMC's tratavam dos dissídios coletivos, envolvendo, de um lado, a categoria dos trabalhadores e os sindicatos dos empregados e, de outro, o sindicato dos empregadores ou do empregador. A JCJ, por sua vez, tinha como competência acolher as reclamações individuais de trabalhadores sindicalizados, em busca de resolver os conflitos ou rever direitos de modo que não prejudicasse a coletividade (Meireles Junior, 2021).

No início do Estado Novo, essa regionalização pertencia ao Conselho Nacional do Trabalho – CNT, como órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – MTIC (Gomes, 1999). O CNT funcionou como o primeiro órgão que tratou das causas trabalhistas de forma conciliadora, em razão de seu caráter consultivo e a atribuição de cuidar de assuntos concernentes à rotina de trabalho nas indústrias, à remuneração desses trabalhadores, aos contratos coletivos, aos sistemas de arbitragem e de conciliação, entre outros (BRASIL, 1934).

Por último, ainda para a compreensão das leis trabalhistas, foi criada, em 1941, a Justiça do Trabalho (JT), que, ainda vinculada ao executivo, com representação paritária, tinha o poder normativo como principal característica. A discussão acerca desse poder da JT divide opiniões entre autores de diversos campos. Entre aqueles que tecem críticas tanto ao caráter normativo do JT quanto à criação dos órgãos trabalhistas por Vargas, o pensamento de Paoli (1989) revela, no caráter conciliatório dos conflitos entre capital e trabalho, a intensão de provocar o esvaziamento sindical e a imobilização da luta de classes sob o discurso da paz social.

a) a 300\$0 (trezentos mil réis), nas capitais do Território do Acre e dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Goiás e Mato Grosso, ou a 150\$0 (cento e cinquenta mil réis) nos municípios do interior do Território e dos Estados referidos; *b*) a 600\$0 (seiscentos mil réis), nas capitais dos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais; ou a 300\$0 (trezentos mil réis); nos municípios do interior desses Estados; *c*) a 1:000\$0 (um conto de réis), no Distrito Federal e nas capitais dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ou a 500\$0 (quinhentos mil réis), nos municípios do interior desses Estados.

§ 1.º Cabem também embargos das decisões definitivas dos Conselhos Regionais proferidas em inqueritos administrativos quando por unanimidade de votos.

§ 2.º Os embargos serão opostos no prazo de cinco dias e julgados pelo próprio juiz ou tribunal prolator da decisão embargada.

¹⁴ A primeira Comissão no Ceará foi instituída em 1935. Por meio do Decreto-Lei nº 1.237.

Analisamos a matéria publicada na *página trabalhista* do jornal *O Nordeste*, sobre o papel da fiscalização do trabalho pelo Ministério da Justiça e seu canal local, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT). O teor da publicação é a obrigatoriedade do cumprimento da norma legal no ambiente de trabalho, no desempenho satisfatório da função, evitando “desequilíbrios” e “lutas que são sempre prejudiciais”. Podemos verificar a intenção do Estado em moldar o trabalhador em razão das “benesses” das leis trabalhistas, conferindo, ao Ministério da Justiça, função pedagógica e educacional (O Nordeste, 23 fev. 1944).

Nossa intenção não parte de uma análise detalhada ou quantitativa dos dissídios que figuram entre os órgãos da justiça das diversas instâncias trabalhistas. Apresentaremos um esboço dessas reclamações, em pequena amostra, capaz de elucidar as ações individuais dos trabalhadores de Fortaleza, permitindo mensurar a atuação desses trabalhadores a partir de recortes de intervalos temporais que representam três importantes momentos do regime para a compreensão da atuação operária. Os resultados apresentados podem responder o motivo da limitada produção historiográfica dos dissídios, visto que os estudos desse campo estão concentrados no período a partir de 1946, com a volta dos sindicatos (Silva; Negro, 2010).

O primeiro recorte parte da coleta das publicações impressas, percurso durante o qual encontrou-se, no jornal *O Nordeste*, um pequeno demonstrativo das reclamações feitas, em maior parte pelos trabalhadores, às vésperas do Estado Novo. A matéria elucida um quadro situacional do mês de abril de 1937, com o movimento da *5ª Inspectoria Regional do Trabalho no estado do Ceará*, publicado pelo jornal. Entre os processos de dissídios, encontramos: 2 reclamações de férias processadas, 9 por demissões injustas, 5 despachos de requerimentos pedindo licença para a prorrogação do horário de trabalho e 8 convenções de trabalho homologado. Com isso, computa-se um total de 9 processos com entrada nessa Inspectoria e 6 remetidos ao DNT¹⁵ (O Nordeste, 31 fev. 1937). Outro dado mostra que foram recebidas, pela Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, 514 reclamações apenas entre os meses de janeiro a agosto de 1944 (Meireles Júnior, 2021).

Mostramos o balanço de reclamações e processos registrados por essa Inspectoria local com intuito de observarmos as atuações operárias e as suas principais reivindicações ao longo do período estudado. Em segundo plano, a análise dos requerimentos patronais, em

¹⁵ O Departamento Nacional do Trabalho foi criado pelo Decreto n. 3.55074, de 16 de outubro de 1918, atuava nas resoluções de assuntos ligados aos trabalhadores e operários, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

contraposição às leis e aos decretos que assistem os trabalhadores, ajudará a compreender as relações estabelecidas entre governo e indústria.

Em dimensão mais ampla, apresentamos o segundo recorte, que engloba a movimentação das reclamações e conciliações processadas pela JCJ e das convenções de trabalho entre 1938 e 1939, segundo o repasse da 5ª Inspectoria Regional do Trabalho do Ceará. Os dados, a partir da JCJ, mostram o número de reclamações feitas nos referidos anos: respectivamente, 78 e 75. Desse total, foram julgadas procedentes 44 (1938) e 63 (1939) reclamações, com percentual de 44% e 22,5% de conciliações realizadas no mesmo período. As convenções de trabalho¹⁶, por sua vez, dividiam-se entre os grupos de empregados abrangidos. Para o ano de 1938, quatro categorias foram estabelecidas, de acordo, respectivamente, com o grupo e o número de convenções, conforme listado a seguir: grupos 1 a 5, 178; grupos 6 a 10, 5; grupos 11 a 50, 4; grupos 51 a 100, 0. Os dados totalizam 187 convenções concluídas. No ano de 1939, 50 convenções foram concluídas, e 197 foram expiradas. O número reduzido de convenções deve-se ao curto intervalo da coleta, de janeiro a fevereiro de 1939 (AEB, 1938; 1939).

Diante das reclamações, é preciso considerar os diversos meios patronais de submissão operária em suas funções laborais, ocorridos principalmente ao longo da década de 1930, por resistência ao novo modelo trabalhista que surgia, mas estendendo-se às décadas seguintes (Fortes; Negro, 2002). Consolidando a desobediência da lei, a autora Maria Sângela Silva (2012) confirma os atos exploratórios no cotidiano das fábricas:

Pude perceber que no cotidiano de trabalho nas fábricas, indústrias e comércio a legislação trabalhista era desrespeitada escancaradamente pela classe patronal, a ponto de o descaso ser denunciado na imprensa, nas reuniões sindicais, nas reclamações na DRT e no elevado número de processos trabalhistas suscitados na Justiça do Trabalho. (Silva, 2012, p. 110)

O terceiro e último recorte foi feito a partir da obra de Maria Sângela de Sousa Santos Silva (2012), resultado de sua tese intitulada *A justiça do trabalho e os trabalhadores em Fortaleza (1946/1964)*, onde a autora apresenta um gráfico com o número de processos da junta de conciliação e julgamento de Fortaleza, Ceará entre os anos de 1944 e 1964. No gráfico, analisamos os anos de 1944 a 1945, que correspondem ao final do Estado Novo. Silva

¹⁶ Nesse período a Convenção Coletiva do Trabalho - CCT era regida pelo decreto Nº 21.761/32. Trazendo a definição no Art. 1º: Entende-se por convenção coletiva de trabalho e ajuste relativo às condições do trabalho, concluído entre um ou vários empregadores e seus empregados, ou entre sindicatos ou qualquer outro agrupamento de empregadores e sindicatos, ou qualquer outro agrupamento de empregados.

(2012) faz um levantamento das reclamações recebidas e solucionadas nesse intervalo. A partir dele, podemos estabelecer alguns questionamentos através de confrontos e similitudes (Silva, 2012, p. 111).

Observando o terceiro recorte, em primeiro momento, é pertinente a análise do quantitativo das reclamações nesse intervalo. O Ceará teve 500 reclamações recebidas, das quais mais de 90% foram solucionadas. As reclamações aumentaram gradativamente, porém, em razão da carência do órgão responsável, o número de processos solucionados não deu conta dos dissídios recebidos. Em 1945, o número dos dissídios quase dobra em relação ao ano anterior. Uma das possíveis causas é o desemprego, cujas causas podem estar relacionadas com o fim da Grande Guerra.

Outra análise quantitativa refere-se às reclamações dos anos pós ditadura do Estado Novo. Nesse sentido, é possível verificar que, mesmo após a reabertura política e sindical, os dissídios mantiveram-se abaixo de 1.500 reclamações até o ano de 1962, o que permite retomar o caráter de não passividade dos trabalhadores durante a tutela de Vargas. Com isso, procuramos compreender como um período repressivo, de dominação e controle da classe trabalhadora, durante o qual o direito à greve e à autonomia sindical foi tolhido, apresenta quantitativos capazes de representar a luta e as diversas formas de resistência no chão da fábrica e no entorno laboral.

Adaptamos o conceito de resistência de James Scott, transpondo-o da espacialidade dos trabalhadores rurais para a cidade, a fim de compreender o poder enraizado que havia nessas resistências operárias. Segundo Scott, através da insubordinação ostensiva, mais comum em regimes democráticos, pode-se obter uma contrarresposta de poder impetuosa, em esfera pública ou privada. Uma insubordinação silenciosa, por outro lado, apesar de poder ser penetrante, não envolve contestações de poder. Esses tipos de insubordinação têm em comum a negação e a mitigação das imposições e demandas pelas classes patronais e pelo Estado e a persistência da luta.

Na verdade, mesmo uma revolta fracassada pode conquistar alguma coisa: algumas concessões por parte do Estado ou dos latifundiários, uma breve suspensão de novas e penosas relações de produção e, não menos importante, uma lembrança de resistência e coragem que pode ficar guardada para o futuro. Tais ganhos, entretanto, são incertos, ao passo que o massacre, a repressão e a desmoralização da derrota são bastante certas e reais (Scott, 2011, p. 218).

Em intrínseca analogia com Scott, quando o autor afirma que há conquistas em revoltas fracassadas, tomamos a dimensão reivindicatória do trabalhador nos dissídios individuais ou coletivos. Observamos, nos diversos processos trazidos por meio dos recortes, ações arquivadas, expiradas, em processo, indenizações parciais, negações do processo e outros tratamentos dados, a depender dos critérios dos casos. É possível tratar a morosidade da justiça diante desses casos não atendidos como revoltas fracassadas. No entanto, não se pode dizer que não houve qualquer tipo de conquista e que a resistência silenciosa da maioria ganhou subsídios para o seu fortalecimento numa retomada política.

De alguma forma, os canais de reclamações facilitaram o processo de luta dos trabalhadores. Nesse sentido, a acessibilidade, a duração e a forma de condução dos processos ajudaram a fortalecer as lutas:

Não havia, portanto, a obrigatoriedade de fundamentos jurídicos na exordial e tampouco determinação de que o pedido deveria ser certo e determinado. Essas, dentre outras singularidades do procedimento se deram em razão da informalidade e simplicidade das formas no sistema processual trabalhista, que deveria ser menos burocrático e mais acessível.

Uma vez protocolada a reclamação, verbal ou escrita, a JCJ enviava de ofício e no prazo de 48 horas a notificação inicial para o reclamado. A notificação era feita em registrado postal, com franquia, mas se o réu criasse embaraços ao seu recebimento, ou não fosse encontrado, era realizada a notificação por edital. Era composta pela segunda via da petição ou do termo e da comunicação a respeito da audiência, que já era denominada como audiência de julgamento (Meireles Júnior, 2021, p. 76).

A construção do ideário de *trabalho para todos* ocorreu num período de efervescência das leis e do discurso trabalhista ao povo, dando uma sensação de estabilidade. José Lopes justifica que “essa imagem nostálgica e idealizada do pleno emprego é transmitida através da corporificação nos menos aptos ao trabalho” (Lopes, 1988, p. 65). Assim como o *tempo de abundância do trabalho* para àqueles operários mais experientes que saíam e eram readmitidos, mostrando, após o retorno de uma transgressão, muitas vezes leve, sua resistência passivamente necessária à continuidade do trabalho fabril, numa obediência diante das condições mais severas.

Conforme mostram as reclamações mais recorrentes na década de 1940, a demissão ou dispensa injusta (49%) aparecia em primeiro lugar, seguida da renúncia por estabilidade (44%) (Silva, 2012). Embora verifiquemos, nos dados do Anuário Estatístico Brasileiro (AEB), o aumento das demissões, o número de operários vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) aumentava durante o período em estudo, e

diversas nuances colocavam o desemprego e a demissão em pauta. O quantitativo estatístico revela o aumento dos trabalhadores industriais, onde 4.705 operavam em 1939 na capital cearense; em 1942, foram 8.787; em 1943, 9.687; e em 1944, 9.864 trabalhadores. (AEB, 1945)

Com base no *Inventário de reclamações trabalhistas: fundo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região 1938 – 1994*, destacaremos o processo de número 465, ocorrido em 1942, com origem no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A reclamação foi feita em segunda instância pelo Conselho Regional do Trabalho, que teve como causa a demissão em massa e estabilidade do funcionário, o autor reclamante, de iniciais L.H.R.C, junto com o reclamante secundário, de iniciais J. A. P, e outros.

O processo tinha a Companhia de Cigarros Souza Cruz como empresa reclamada, e sua tramitação teve início em 17 de janeiro de 1942, com posterior decisão pelo arquivamento do processo, de acordo com o parecer do procurador regional. Em notas gerais, foi comunicado ao Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, no intuito de fazer entender, do ponto de vista dos empregados, que a Companhia de Cigarros Souza Cruz estava usando de má fé para demitir em massa os funcionários com maior tempo de serviço. Segundo a reclamação, houve troca no quadro de funcionários, demitindo os mais experientes e ficando ou admitindo os que tinham menos tempo na empresa, pois a mão de obra seria mais “barata” para o empregador. Esta reclamação foi transferida para a Justiça do Trabalho e, em 17 de março de 1942, houve o arquivamento do processo (TRT, 7ª REGIÃO).

Segundo Lopes (1988), houve, nesse período, a partir das resistências dos trabalhadores, motivados pela não obediência das leis laborais, medidas punitivas e de controle patronal. As diversas punições apresentavam-se em forma de diminuição do descanso, suspensão das atividades, a permanência de vigias durante as atividades, a retirada do repouso remunerado e até demissão. Os conflitos gerados entre a resistência operária na luta pelos *direitos ao lado da manutenção de ritmos e hábitos do trabalho que lhe são favoráveis e adequados a sua “cultura fabril”* e o patronato que, sob discurso de “baixa eficiência”, em busca da aceleração da produção, intensificava cada vez mais a exploração desses trabalhadores (Lopes, 1988, p. 341). Essa acelerada rotatividade da mão-de-obra em busca do lucro acentuava ainda mais o caráter de luta por meio das reclamações.

O caso elucidado aqui exemplifica o campo de tensão travado pelos trabalhadores em um período marcado por estratégias políticas de aparelhagem trabalhista, no plano nacional e nos canais regionais. Ao passo que, em Fortaleza, os dissídios individuais e coletivos só

aumentavam, muito embora as leis de parecer favorável ao trabalhador terminassem em acordos parciais ou perdas. O fato é que houve a efetivação da lei e, de acordo com Samuel Souza, essa seria uma possível causa da sua longevidade (Souza, 2007). Cada caso representa um importante documento de luta e de pesquisa, assim como dos próprios órgãos locais ligados ao Ministério do Trabalho, como o Memorial e arquivo do TRT da 7ª Região em Fortaleza. A sua preservação é uma forma de conhecer as diversas configurações de uma sociedade, garantindo o direito à memória de sofrimento e luta desses trabalhadores (Chalhoub, 2005).

3.2 As bodas de prata do Círculo de Operários e os trabalhadores católicos de São José em Fortaleza

O Círculo Operário de Fortaleza foi fundado em 1915, durante o arcebispado de D. Manuel da Silva Gomes, com princípios bem definidos, recebendo inspirações do movimento católico italiano, com a fórmula de Toniolo,¹⁷ que trazia, entre seus temas, “o trabalho cada vez mais dominante” como tratamento para as questões sociais (Santos, 2007).

Junto à fórmula do italiano, que encabeça os princípios do circulismo, houve o direcionamento da política de Vargas ao trabalhador, conferindo apoio ao movimento religioso em questão. A política trabalhista, que envolvia a criação do Ministério do Trabalho, o sindicalismo e a propaganda, fortaleceu ainda mais o papel da Igreja no combate ao comunismo. Dessa forma, o catolicismo e o governo de Vargas convergiam para um viés autoritário, em busca de um Estado forte, condenando as práticas do liberalismo, acentuando uma crise de uma sociedade que precisava ser tutelada pelo Estado e pela Igreja. Essas questões foram apresentadas na encíclica *Rerum novarum*, de 1891 (Rengel, 2009).

A imprensa católica teve um papel importante na propagação da doutrina cristã, dirigida, especialmente, aos trabalhadores, na tentativa de desvincular o capital e o trabalho e de eliminar o discurso classista. Nessa época, os periódicos classificados como “boa imprensa”, que atuaram na defesa da ordem e da moral cristã, tiveram os movimentos

¹⁷ A figura de Giuseppe Toniolo, cuja fórmula “O trabalho cada vez mais dominante; A natureza cada vez mais dominada foi instituída como um dos seis princípios da organização circulista no Brasil. Ainda sobre o movimento, Jessie Jane V. Sousa (2002) afirma que “que cresceu durante o pontificado de Leão XIII e que há pouco foi redescoberto pelos historiadores, não se impôs por causa da influência dos principais dirigentes da opera, opositores da idéia de que a democracia política fosse fundamental para que as reformas sociais se efetivassem” (Sousa, 2002, p. 77). Sobre a obra de SOUSA ver referência bibliográfica em SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

religiosos como porta-voz dessas práticas disseminadoras de uma educação para os operários (Santos, 2007). A exemplo dessas práticas formadoras é que situo o Círculo Operário do Ceará, observando a atuação dessa entidade a partir da imprensa escrita em circulação da época, especificamente o jornal *O Nordeste*, localizado em Fortaleza.

Assim como na cidade de Fortaleza, o jornal *O Nordeste*¹⁸ cobria os eventos dos Círculos Operários do Ceará, em especial o Círculo Operário de São José. Já nas décadas de 1930 e 1940, outros periódicos acompanhavam as representações dos movimentos circulistas nas cidades do interior do Ceará, como é verificado no “jornal *Correio da Semana*¹⁹, (...) um jornal católico a serviço da „boa imprensa“. O Círculo São José de Sobral chega a ter espaço cativo nele” (Santos, 2021, p. 123).

Procuramos captar a memória social impressa pelo Círculo Operário do Ceará no imaginário dos trabalhadores durante o Estado Novo a partir do periódico *O Nordeste*. Nesse sentido, utilizamos as contribuições do conceito de *representação*, de Roger Chartier (2002), para compreender como as matérias publicadas pelos Círculos Operários Católicos dos Trabalhadores de São José (COCTSJ) em Fortaleza se projetavam na construção social dos operários nesse período. É nessa relação de apadrinhamento que os COCTSJ constroem identidades entre os operários, numa relação intrínseca que combinava, em suas práticas representativas, poder, fé e moral.

Aqui, o campo das representações evoca as memórias coletivas do movimento circulista, que, ao tratar de pautas sociais, trabalhistas e religiosas, emite discursos de identidades e lutas de um grupo social por ele representado. Para dialogar com a memória e o seu papel na História, abordamos Jacques Le Goff (1990), aportando a memória coletiva usada por Maurice Halbwachs (1990) e os conceitos de Identidade e Memória de Joel Candau (2011).

Halbwachs trata a memória coletiva como um quadro de analogias onde “é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo”. Assim, a memória produzida pelos trabalhadores do Círculo Operário de São José (COJS) parte de similitudes que caracterizam as mesmas práticas vividas por essa associação. Os elementos que dão identidades a esses sujeitos “se particularizam e refletem em certa medida as personalidades de seus membros”. Mesmo que outros trabalhadores sejam substituídos, permanece o elemento estável do grupo, simbolizado por uma corrente de ideias,

¹⁸ Jornal Católico fundado em 1922, Fortaleza-CE.

¹⁹ Jornal Católico fundado em 1919, Sobral-CE.

conservando as condições de existência do COSJ. Sendo assim, o movimento religioso em questão desenrola um quadro de si “tomando consciência da identidade através do tempo” (Halbwachs, 1990, p. 88).

Utilizamos Le Goff para uma análise que transpassa a leitura documento/monumento, destinada a ampliar as fontes para que se “venha a modificar a imagem do passado, dando a palavra aos esquecidos da história, tem inteiramente razão e sublinha um dos grandes progressos da produção histórica contemporânea” (Le Goff, 1990, p. 52). O autor leva-nos a compreender os atores sociais em seus níveis cotidianos. Nesse lugar social, inserimos os trabalhadores do Círculo Operário de São José. Procuramos, com isso, resgatar como se revela a memória e a história a partir dos documentos que revelam como viveram esses sujeitos num dado momento específico de suas tradições.

Outra característica semelhante entre os jornais católicos é a coluna destinada ao operário e aos eventos festivos que envolvem a classe. Antes de elucidar as transformações ocorridas durante o Estado Novo, na coluna dedicada ao trabalhador do jornal *O Nordeste*, é importante destacar a página destinada ao trabalhador do jornal *Correio da Semana*, de Sobral:

O jornal destinava espaço para uma coluna denominada *Pelo Círculo São José. Chronica*, noticiando as sessões da associação, os eventos religiosos em que o círculo participava e o cotidiano da entidade, algumas vezes com uma linguagem leve, irônica e hilária (Santos, 2021, p. 123).

A *Página Operária*, do jornal *O Nordeste*, destacara-se como principal veículo divulgador do COCTSJ. A página foi ganhando forma e representação, finalizando a primeira fase da sua edição em dezembro de 1939 e ressurgindo, em sua segunda fase, no ano de 1940, por ocasião das comemorações das *bodas de prata* dos Círculos Operários do Ceará. A página do periódico atuou como órgão oficial dessa associação, que seguia os preceitos da moral-cristã e dizia preocupar-se com a formação sociocultural e econômica do operário cearense (O Nordeste, 1939).

No ano de 1938, o Círculo Operário de São José não tinha uma página representativa no *O Nordeste*. Ele se mostra em 1939, com a *Páscoa dos Operários* e o reconhecimento de sua ausência em movimentos celebrativos e na imprensa católica. O mesmo aconteceu com o calendário comemorativo de Vargas, onde associações religiosas, como *Marianas*, ganharam destaques representativos nas celebrações periódicas em lugar das festividades dos trabalhadores (O Nordeste, 30 mar. 1939).

Para compreender as ausências comemorativas circulistas e dos trabalhadores no calendário festivo do início do Estado Novo, recorremos a Joel Candau (2011), no intuito de “refletir sobre a significação de acontecimentos não comemorados” (Candau, 2011, p. 150). Essas datas ganharam simbologias a partir de 1939, quando as celebrações direcionadas às massas trabalhadoras passaram a fazer parte da estratégia política de Vargas. Citando Kocher, Lindercy de Souza Lins (2006) confirma a premissa da instauração das celebrações e comemorações do calendário a partir de 1939:

Ressurge publicamente em grande estilo, totalmente modificado no seu conteúdo, no ano de 1939. Plenamente amadurecida a política estatal para a classe operária, o 1º de maio passa a ser utilizado como símbolo desta. A tônica da colaboração de classe passa a ser a ideologia dominante expressada na data (Lins, 2006, p. 111-112).

Diante dos preceitos religiosos pregados pelo Estatuto do Círculo²⁰, impregnados na rotina laboral e no convívio cristão, reconhecemos, nos espaços celebrativos, uma ambiência que expressa as relações de cooperação como o elemento fortalecedor das interações sociais, ao passo que pode significar segregações espaciais e sociais pela polarização das classes envolvidas. Sendo assim, as comemorações e celebrações são capazes de conectar grupos e classes por semelhança, onde o movimento coletivo festivo, por meio da associação do Círculo Operário, pode representar um importante elo de resistência e afirmação da oposição à cultura dominante (Godinho, 2000).

As representações do movimento dos círculos operários, através das atividades culturais e sociais, criam, no imaginário do trabalhador, a construção coletiva da identidade. Para a compreensão dessa interface de ligação entre o movimento circulista e o trabalhador, enquanto paládio dessa classe, recorremos a Roger Chartier (2002), com o intuito de desvendar os discursos intencionáveis e as práticas sociais imbuídas de autoridade velada nos ritos, festividades e associativismo.

As normas que regem os trabalhadores do COCSJ, com uma disciplina moral e uma formação pautada em ensinamentos cristãos, fazem parte de seus princípios norteadores, evitando que as famílias dessa classe possam seguir outras doutrinas religiosas. De acordo com Lima (2009), aliados a esses princípios de caráter religioso e político, a Igreja e o Círculo

²⁰ O modelo dos estatutos dos círculos operários teve por base os estatutos do Círculo Operário Pelotense. Seu objetivo é coordenar a atividade de seus sócios a fim de alcançar uma real elevação econômica, cultural e social das classes trabalhadoras. Constituem-se assim como uma organização de caráter econômico-social, e de direito civil, não sendo, portanto, associação de direito eclesiástico, como a Juventude Operária Católica (JOC). FONTES: BRANDÃO, B. **Movimento**; CÍRCULO OPERÁRIO. **Anual**; WIARDA, H. **Movimento**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/circulos-operarios>. Acesso em: 11 jul 2022.

Operário atuaram também nos aspectos sociais e culturais, numa provável tentativa de afastar esse trabalhador de atividades de lazer que o desviassem do seio católico. Para Santos (2007):

Nas datas festivas, o circulismo cearense era sempre enaltecido com especial relevo para o fato de ter sido essa experiência, pioneira no Brasil. Assim, é que nas comemorações do aniversário do Círculo Operário de Fortaleza, em 14 de fevereiro, o orador oficial faz o histórico da agremiação, sem esquecer os agradecimentos a D. Manoel e o padre Guilherme Waessen, primeiro Assistente Eclesiástico deste Círculo e, na opinião de alguns, “o fundador do Círculo Operário mais antigo do Brasil” (Santos, 2007, p. 64).

Figura 3 - Representantes do clero e memória circulista, COSJ - homenageados das noites da Semana Operária de 1940



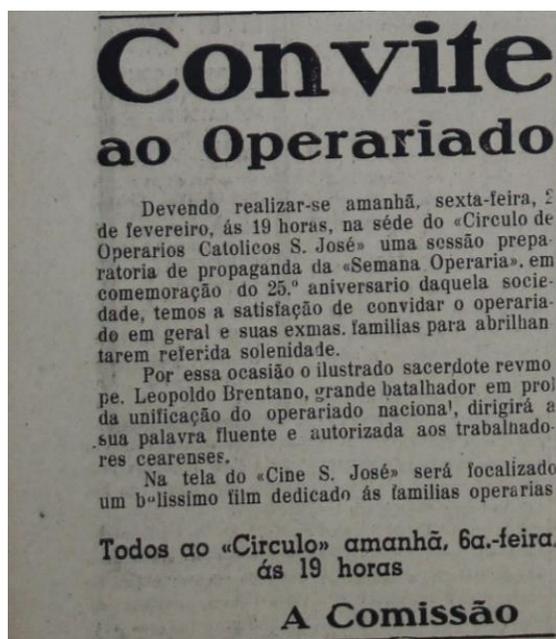
Legenda: Foto 1 – D. Manuel; Foto 2 - Pe. Guilherme; Foto 3 – Sr. José Agostinho.
Fonte: (O Nordeste, 14 fev. 1940).

As comemorações contaram com representações operárias das diversas categorias e sindicatos. Seus nomes provocaram efervescência nas noites com as temáticas e as reivindicações de luta. Cada grupo ou ala manifestava seus agradecimentos aos dirigentes do governo ou da Igreja. Contudo, os anseios contidos nos discursos desses operários durante a Semana revelavam a essência comemorativa por essa classe. No jornal, ilustraram as páginas nomes da classe clerical, representada na primeira imagem por D. Manuel, arcebispo metropolitano e fundador do Círculo Operário de São José e, na segunda, pelo padre Guilherme Waessen, primeiro assistente eclesiástico do Círculo Operário de São José.

Entretanto, aparece uma terceira foto que estampa a saudosa memória da classe operária, representada pelo Sr. José Agostinho da Silva, exercendo o cargo de presidente do Círculo de São José e responsável pelo seu crescimento (O Nordeste, 15 fev. 1940, p. 1).

Os ritos festivos consagravam a importância do movimento circulista para a classe trabalhadora. A semana que antecedeu o 14 de fevereiro, data de fundação do Círculo Operário de São José, foi repleta de ações, com a participação de entidades católicas ligadas ao movimento, categorias representativas e organizadas e delegações das principais cidades do interior. O evento contava com ampla divulgação nos principais jornais do estado.

Figura 4 - Convite ao Operariado da Semana Operária



Fonte: (O Nordeste, 1 fev. 1940).

O convite do evento trazia a posição de destaque do cinema na construção social desse trabalhador. Na programação do cinema da Semana Operária, destacaram-se filmes direcionados às famílias operárias no cine São José. O cinema preenchia as intenções da Igreja em Fortaleza ao proporcionar lazer ao trabalhador, assim como reafirmar os preceitos morais cristãos por meio da cinematografia. É preciso lembrar da consonância com o ideário de censura que havia nos filmes durante o Estado Novo. Nesse sentido, os filmes passavam por uma apreciação prévia de assistentes eclesiásticos do circulismo, de forma a garantir a

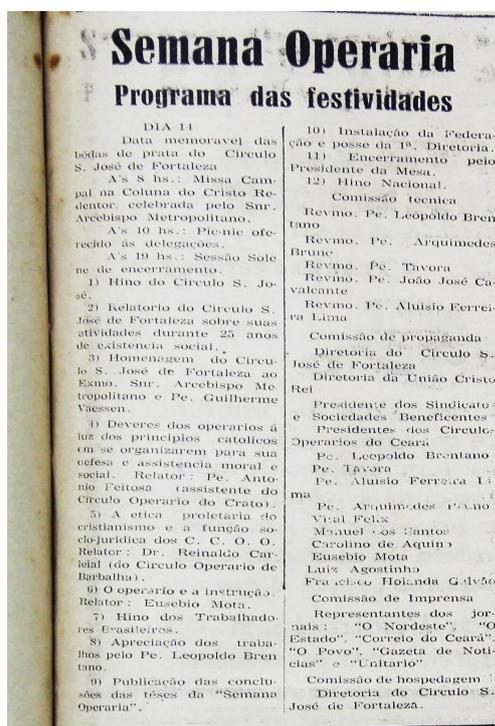
instrução das boas práticas católicas nessa semana tão importante para o operário (O Nordeste, 2 fev. 1940, p. 1).

Pensar o circulismo é pensar sua multifacetada formação social, de gênero, de espaço, entre outras tantas interfaces políticas e culturais. É assim que parecia atuar a agenda do Círculo Operário de São José ao homenagear as diversas categorias filiadas ao movimento. Para consolidar as análises das matérias do jornal, Chartier (2002) convida a

decifrar diferentemente as sociedades, penetrando o dédalo das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular [...] e considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações [...] (Chartier, 2002, p. 66).

As celebrações ocorreram no edifício do “Círculo”, na praça Cristo Redentor, apresentando, de acordo com a descrição do impresso, uma pomposa ornamentação. Estavam presentes representantes do Estado, do clero e das classes trabalhistas, além de sindicatos, da capital e do interior, filiados ao Círculo. Após o canto do Hino do Círculo Operário de São José, a celebração começa com pronunciamentos do padre responsável pelo evento, o Pe. Aluizio Ferreira, e, em seguida, os padres de Pernambuco e da Paraíba homenagearam o evento. Por último, tiveram a palavra os representantes dos operários, o Sr. Vital Felix e o Pe. Leopoldo Bretano, presidente da Confederação Nacional dos Operários Católicos. Em seguida, o arcebispo, D. Manuel da Silva Gomes, encerra a sessão abençoando os trabalhos. Após as manifestações dos representantes da mesa a orquestra do maestro Silva Novo e duas bandas de música - a do Círculo e a banda Mignone de Jardim - animaram a festividade (O Nordeste, 15 fev. 1940, p. 1).

Figura 5 - Programação da Semana Operária em comemoração as Bodas de Prata



Fonte: (O Nordeste, 12 fev. 1940).

As leituras das atas e dos relatórios eram feitas durante as celebrações, destacando o papel do Círculo. No último dia comemorativo, 14 de fevereiro, foi lida a ata do dia da fundação do Círculo até aquele dia. A leitura mostra que a associação socorreu 6.230 sócios, despendendo a quantia de 35:810\$000. Demonstra-se aqui o aspecto assistencialista da associação na aplicação de recursos, conforme está descrito no Estatuto (O Nordeste, 15 fev. 1940, p. 1).

A fundação da Federação dos CCOO marcou o encerramento da Semana comemorativa, cuja diretoria foi constituída pelos operários Carolino Aquino, na função de presidente, que há 26 anos associava-se ao COSJ; Francisco Chagas, secretário geral; e Vital Felix, que assumiu o cargo de diretor do Departamento de Sindicalismo (O Nordeste, 15 fev. 1940, p. 3).

A programação da semana operária tivera pautas que atendiam à diversidade não somente de acordo com organizações sociais prévias, mas identificadas a partir de códigos

compartilhados, como é o caso da figura da mulher trabalhadora, que atravessa uma sociedade, dando sentido ao seu mundo (Chartier, 2002).

Figura 6 - Semana Operária tem pauta dedicada às operárias



Fonte: (O Nordeste. 12 fev. 1940, p. 4).

Nesse aspecto, as homenagens às operárias marcaram o dia 11 de fevereiro de 1940, com a entrada dos representantes das diversas delegações operárias femininas. Após o cântico do Hino do “Círculo” e da leitura da ata e de telegramas, o sr. “Luiz Agostinho, 1º secretário da „Semana“, pronunciou em seguida sobre a significação do importante congresso, referindo-se por fim, a homenagem prestada naquela noite às mulheres operárias” (O Nordeste, 11 fev. 1940).

Nos discursos da solenidade, os palestrantes homenagearam as operárias nos diversos campos simbólicos nos quais a mulher transita. Já que a Igreja, o Estado e a sociedade civil elaboram preceitos morais modernos, mas inculcados política e culturalmente, abordaremos, em primeiro lugar, a condição da mulher na luta pelos direitos políticos e trabalhistas evidenciados no governo de Vargas, iniciando pelo direito ao voto no novo código eleitoral de 1932. A partir de então, a mulher começou a marcar presença na imprensa, abrindo passagem para uma reformulação dos direitos trabalhistas, como a conquista da licença maternidade, o direito ao descanso, a concessão do direito à licença-maternidade, a proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto, a proibição do trabalho feminino em subterrâneos e outras atividades perigosas e insalubres e a igualdade salarial para ambos os sexos, desde que no desempenho das mesmas funções (BRASIL, 1932)²¹.

Em segundo lugar, temos a Igreja, que, enquanto defensora dos direitos dos trabalhadores, parecia ter ficado presa ao modelo eclesiástico, onde os modos de vida masculino e feminino deveriam obedecer a uma hierarquia para não confundir os papéis ou

²¹ Decreto nº 21.417-A (Brasil, 1932).

permitir que o comunismo entrasse no cotidiano familiar e nas classes trabalhadoras. No entanto, o círculo operário atuou na fiscalização de direitos dessas classes. É preciso evidenciar que o poder da Igreja por meio do COCJS não está sendo minimizado ou romantizado, contudo, as práticas circulistas atuaram, segundo Lima (2009), a favor das discussões em torno de alguns direitos trabalhistas, como equidade de ganhos salariais e descanso semanal.

A fala de Ana Cristina Pereira Lima (2009) é condizente com a do padre Jonas Barros, que, ao elencar a valorização da figura operária em sua palestra para a “Ala feminina no círculo operário”, aborda a importância dessa categoria em constituir um núcleo feminino representativo naquele Círculo Operário, impondo a filiação da mulher operária ao círculo para a valorização e fortalecimento do movimento. A Ala compunha um movimento próprio que, mais à frente, tornou-se de natureza sindicalizada, mudando a nomenclatura para Sindicalização Operária Feminina Católica (Santos, 2007). Essa luta por adesões operárias ao movimento é percebida na matéria publicada pelo jornal, por meio da fala da operária representante:

Ouviu-se, após, a palavra entusiástica da operária Josefa Araújo, que teve expressões de homenagem àqueles que, pelo seu esforço e abnegação, tem concorrido para a manutenção da S. O. C. F. Aproveitou a oportunidade para apelar para o Governo no sentido de que lhes sejam concedidos auxílios, sugestão que foi calorosamente aplaudida[...] (O Nordeste, 11 fev. 1940).

A fala da operária Josefa Araújo pode revelar o ponto ápice das representações, da simbologia e da memória coletiva aportadas no campo da Micro História. Mesmo não tendo acesso à narrativa produzida pela operária, é possível captar os anseios e a luta por meio dos escritos revelados no jornal. Seu pronunciamento é imbuído de trajetórias e de reivindicações documentadas, recuperando a memória coletiva do monumento.

Desse modo, problematizar os documentos ajuda a aglutinar múltiplos olhares, num *alargamento* que permite a entrada de minorias de trabalhadores, pois já não se sedimenta a história dos grandes homens (Le Goff, 1990). É o caso da participação do operário Eusébio Mota na “Semana”, que trouxe como tema *O operário e a instrução*, condensando as principais aspirações do trabalhador cearense no setor educacional, onde é possível verificar a cobrança de uma política pública, direcionada ao ministro da educação, a favor dos filhos dos operários (O Nordeste, 15 fev. 1940).

Para finalizar as diversidades categóricas de representações, transitamos pela agenda da “Semana Operária” e analisamos como foi pensada a programação que conecta o trabalhador, a trabalhadora e a família em signos culturais e sociais para fortalecer as matrizes cristãs. Cada elemento, como hinos, cinemas, teatros, palestras, homenagens e ritos imprimem as representações que os sujeitos elaboram de si mesmos para outros numa construção do real, na medida que define as identidades. Jovelina Silva Santos consegue trazer uma ampla dimensão da doutrina e dos costumes do Círculo Operário:

Ainda que os princípios doutrinários que integravam o projeto político pedagógico dos Círculos Operários fossem veiculados no material de propaganda e divulgação do ideário circulista, era através da vivência nas diversas atividades que eles assumiam os valores que davam substrato à prática circulista. Eram, portanto, as festas, as celebrações, as campanhas e os ritos que consolidavam os valores morais que preconizavam o projeto de recristianização dos trabalhadores. E por meio destas, o circulista construía seu referencial em relação a qualquer outra forma associativista (Santos, 2007, p. 151).

As diversas representações feitas dentro de um mesmo grupo atuam como verdadeiros códigos compartilhados e se inter cruzam nos campos simbólicos, entendidos aqui como o trabalhador e o círculo operário. A transcendência de identidades é construída no universo das sociabilidades, estabelecidas nas festas e nas (re)memorações na culminância do evento que o COCSJ programou para o trabalhador, como uma espécie de autocondecoração.

Por mais que saibamos os interesses da Igreja em atrair fiéis trabalhadores, utilizando-se dos diversos artifícios que perpassam os perigos comunistas e cruzam a linha do apadrinhamento das leis trabalhistas, é bem verdade os círculos mantiveram suas propostas e diretrizes na defesa da classe trabalhista e na luta pelos seus direitos. Com seus esforços, o circulismo, embora tenha se esvaziado em décadas posteriores, cumpriu fielmente sua missão junto ao trabalhador, mesmo quando as alianças com o governo pareciam estar solidificadas.

Contudo, essa luta não partia apenas da tutela do movimento operário, mas sim das diversas categorias que se filiavam e se abasteciam de uma autonomia política, ganhando fala e atos diante das representações. Dentro desse universo, as identidades vão se estruturando e coletivizando uma realidade social. Assim, as reivindicações trabalhistas partiam tanto dos próprios operários como daquele movimento que fortalecia sua luta e historicizava suas memórias.

O delineamento da memória coletiva, a partir de relatos de trabalhadores, constitui os *lugares simbólicos como as comemorações* (Le Goff, 1990, p. 248). Essas (co)memorações e

(re)memorações por ocasião do 25º aniversário do Círculo Operário de São José evocam simbologias não apenas de caráter político, mas das sociabilidades. As atividades festivas oportunizavam as práticas de lazer, promovendo o contato entre trabalhadores de diversos espaços, atuando nas políticas de identidades carregadas pelas práticas e costumes que, mesmo sendo a Igreja a porta-voz dos trabalhadores, permitiram que estes conquistassem autonomia nas representações dos eventos circulistas (Lima, 2009).

Por fim, a promoção do calendário festivo do COCSJ “repousa numa comunidade de crenças que tem como objetivo seres imateriais”, permitindo que se estabeleçam, entre os membros de associações que “se interessam sobretudo pelo homem interior”, “laços invisíveis” (Halbwachs, 1990, p. 139). Diante disso, é necessário que haja uma luta de preservação dessa memória, já que não está condicionada ao lugar, mas às construções sociais decorrentes dessa Semana Operária. Hoje, só nos resta reconstruir os escritos dissipados desses trabalhadores.

3.3 A Semana Social de 1945

A moralidade e a ordem estiveram presentes nos discursos da Igreja durante o Estado Novo. Era comum encontrar matérias com o intuito de garantir que os preceitos cristãos fossem incorporados e disseminados entre os fiéis. Os impressos católicos condenavam veemente atos que ameaçassem a ordem pública. Sendo assim, os diversos espaços usados pelos impressos, por meio das associações religiosas ou por notas da própria Igreja, tratavam de assuntos que remetiam à família, à pátria, à moral e aos bons costumes.

Não é possível admitir a desventura de costumes que solapa a sociedade contemporânea. Somos gente educada segundo os ditames da fé que bebemos do leite materno. Os abusos e desânimos dos meios corrompidos merecem instintivas repulsa da família que tem por apanágio a honra cristã. Nada representa mais precioso patrimônio que as virtudes hauridas no lar. Pois é precisamente o decoro de que se ufana a coletividade patricia o ponto de ataque dos inimigos da integridade do sentimento nacional. Em literatura, os romances obscenos procuram macular a inocência da juventude incauta. Nas telas de cinema existem-se fitas ofensivas da dignidade da pessoa humana; no sentido de se deprimir a essência racional da criatura, feita à imagem e semelhança de Deus (O Nordeste, 1945, p. 3)

É possível ver, na matéria acima, como a Igreja estava preocupada com os costumes modernos da sociedade. Para essa Instituição, os novos costumes afetavam os valores consolidados pelo catolicismo, de modo que condenava os espaços de lazer por oferecerem

“exemplos degradantes” de uma civilização que se “decompõe”. Toda essa cultura que se disseminava em sociedade provocava uma reação da Igreja.

O período da matéria remete à conjuntura global instalada ao final da Segunda Guerra. Diante do desfecho político do conflito, o comunismo tornava-se uma ameaça ainda maior. Isso fez com que o jornal se preocupasse mais com o avanço vermelho e propagasse, nas suas páginas, denúncias fundadas na ameaça à moralidade, aos valores e à constituição da família, propondo posturas civis nos ambientes públicos e a reafirmação de postulados católicos. Algumas matérias abordavam o nazismo e o comunismo, equiparando-os em ambivalência do mal (Pinto, 2012).

O grande inimigo, o comunismo, é refletido no texto como ameaça que invade os diversos espaços sociais, citando a literatura, os romances, os cinemas e clubes. A Igreja via, nos espaços culturais e de lazer, o convite à modernidade, manifestado nas vestimentas, nos comportamentos e nas práticas culturais que o “mau comportamento” imprimiria à ordem da sociedade católica (Gomes, 2015).

A Igreja do final do século XIX ainda não havia firmado seus preceitos no progresso e no conhecimento científico. Essa visão é confirmada por Cardoso (2016), quando lembra que os ideais liberais, cientificistas e racionalistas eram combatidos pela Igreja. Enquanto isso, um grupo de intelectuais disseminava a ideia de progresso no positivismo de Comte, em busca de recuperar atrasos marcados pela escravidão e ensino jesuítico. Conhecimentos em torno da ciência e da economia e leis morais elevariam o grau civilizatório dos trabalhadores e da nação. Nesse sentido, Fortaleza precisava ganhar esse nível civilizatório para acompanhar os ares de modernidade (Cardoso, 2016).

A nova aliança estabelecida entre Igreja e Estado, que possibilitou o progresso da instituição católica, foi possível devido à ligação que a religião mantinha com a moral. Essa proximidade configurava a base da identidade nacional católica, conforme explica Ribeiro (2009):

A estratégia de aproximação da igreja com os elementos mais característicos da modernidade – o progresso, a ciência e as transformações da vida material – construiu-se com base em um discurso que sacralizou o progresso e o seu projeto para a humanidade. Sacralização esta possibilitada pela argumentação de ordem moral que foi associada ao Progresso. Através do olhar dos intelectuais brasileiros a efetivação histórica do Progresso tornou-se um imperativo de moral (...) (Ribeiro, 2009, p. 184).

Durante o governo de Vargas, a Igreja, cujos valores pautavam-se na moralidade, conseguia criar vínculos com o Estado. Para Ribeiro (2009), se o progresso alinhava-se à moral, então seria a oportunidade da Igreja se associar também a esse progresso. Todavia, não seria tarefa fácil. Então, usando a lógica de que a Igreja prega o bem cristão e o progresso está ligado à moral, foram equiparados o bem e o progresso, sendo essa lógica disseminada no campo católico laico. Em seguida, foram necessários alguns planos de conciliação de discurso do progresso e da fé pelos intelectuais católicos.

Os discursos dos intelectuais católicos, nas primeiras décadas do século XX, eram resultados da aproximação entre conhecimento científico e fé. A lógica da associação foi vastamente usada, mostrando a necessidade da religião na vida dos cristãos; ao passo que era reconhecida a necessidade do conhecimento científico, que servia como auxílio na resolução dos problemas materiais da humanidade. Porém, todo o discurso da ciência desembocava na necessidade da religião para o homem (Ribeiro, 2009).

Essa premissa, segundo a qual a moral orientava os discursos do progresso e do conhecimento científico, conflui com o discurso religioso publicado no jornal *O Nordeste* (1945, p. 3 e 7):

Todos a postos! Cerremos fileira ao lado da igreja! Debalde nos valeremos para operar a regeneração das lamas e o levamento moral das classes operárias de todos os métodos científicos que o progresso da economia social nos propõe, como infalível panaceia das dolorosas enfermidades morais e físicas que afligem o mundo moderno, se não seguirmos as diretivas da Igreja. Só ela, à medida que a luta recrudescer nos arraias inimigos do comunismo que metralha furiosamente toda a hora o baluarte inexpugnável da religião, redobra de esforços difundidos mais largamente no mundo desvaído o espírito de justiça e caridade. Saiba os operários cearenses ouvir a palavra e seguir os ensinamentos da igreja para que amanhã saiba responder perante a prepotência do mal (O Nordeste, 26 set. 1945, p. 3-7).²²

O texto, que tem como título “Semana Social,” faz um chamamento aos operários católicos para ficar a postos diante do perigo que ronda as almas cristãs. Evoca, como arma de poder, a palavra de Cristo, capaz de proteger o pobre operário da ameaça comunista. Mostra como a Igreja se reorganiza através de preceitos baseado nos métodos científicos e no progresso da economia social; porém, atenta para a ineficiência da ciência e do progresso se o operário não seguir a Igreja em sua vida espiritual, e valendo-se da premissa de que nada adiantam a experimentação dos novos métodos e o enfrentamento de uma nova cruzada se os

²² Trecho da matéria com autoria apenas nomeada pela inicial “E”, que trata da importância da Semana Social para o operário.

ensinamentos da Igreja não prepararem os operários para se organizar coletivamente contra uma batalha travada pelos emissários moscovitas (Pinto, 2012).

Ainda na verificação da fonte, é possível perceber, na notícia, pontos que evidenciam elementos pertinentes que sustentam a premissa desta pesquisa. Um dos pontos é a confirmação da aproximação entre progresso e conhecimento científico, promovida pela Igreja, a partir da qual a ciência é capaz de resolver as dores morais e físicas. Outro ponto é a preocupação da Igreja em buscar apoio e compromisso dos trabalhadores na batalha comunista, convocando a categoria que trabalha, na maior parte, por meio das associações circulistas, organizados em batalhões da fé (Ribeiro, 2009).

Observando o impresso que trata da Semana Social, são verificáveis os propósitos que apontam a natureza política e religiosa do evento como eixos basilares para a consolidação e propagação dos firmamentos doutrinários cristãos. A Semana Social (SS) era um evento que acontecia em diversos estados brasileiros, como norteadora e fortalecedora das práticas católicas. Em Fortaleza, o evento foi iniciado no ano de 1945, logo após a Semana Social que acontecia no estado de Belo Horizonte, sendo este evento amplamente divulgado pelo *O Nordeste* (1945).

Para termos a dimensão pedagógica e doutrinária do evento, recorremos à sua origem. As Semanas Sociais são movimentos desencadeados pela encíclica *Rerum Novarum*, criada por dois leigos católicos com o objetivo de divulgar o pensamento social cristão e contribuir para o debate social. Inicialmente, as SS's tiveram dificuldades de traçar o caráter do evento, devido às críticas que recebiam por se colocarem entre a submissão da Igreja, o comportamento herético e o modernismo social. A primeira sessão aconteceu no ano de 1904, em Lyon, na França. Com algumas inconstâncias, a Semana Social se destaca como referência cristã social e alcança outras regiões da Europa e no mundo (*Semaines Sociales de France*, 2023).

A primeira Semana Social de Fortaleza se concretizou em setembro de 1945, na semana do dia 23 ao dia 30, com uma planejada agenda, abrangendo várias temáticas sociais e dos estudos literários e religiosos. É possível acompanhar o planejamento da agenda nas publicações desse impresso que se inicia em agosto. Por meio do jornal *O Nordeste*, verificamos as categorias associativas, beneficentes, educacionais e religiosas que aderiram ao movimento católico.

O movimento ganhou a adesão de categorias literárias como: a Associação Cultural franco-brasileira (*O Nordeste*, 19 set. 1945, p. 8), “constituída pelo que Fortaleza possui de

mais seletos no domínio das letras”, que preparou solenidade para o evento; o Centro Artístico Cearense²³, que compareceu à solenidade de adesão, apresentando declamações e números de arte, preenchendo o salão com o movimento sócio-religioso (O Nordeste, 20 set. 1945, p. 5). O Instituto do Ceará (O Nordeste, 17 set. 1945, p. 8) e a Faculdade de Direito (O Nordeste, 19 set. 1945, p. 8) também aderiram, além da “instituição sociocultural, educacional, beneficente e filantrópica de Fortaleza – a Fênix Caixeiral” (Silva, 2008, p. 9).

Discorreremos brevemente sobre a relação que a Faculdade de Direito mantinha com a intelectualidade católica, verificada através dos inúmeros registros do jornal sobre a adesão e a influência que esta exercia junto aos trabalhadores de Fortaleza. Em meados da década de 1940, reconhecida como um campo de fértil debate político e social, a causa trabalhista era uma área que acolhia as diferentes tendências políticas e de pensamento no enfrentamento das forças policiais e no protesto contra o cerceamento da liberdade de expressão. Segundo Raimundo Girão (1960), a Faculdade de História compreende um período importante de formação intelectual. O autor refere-se a ela como “manancial de sabedoria e jurisprudência” da juventude (Girão, 1960, p. 382). Foi o primeiro curso de Ensino Superior da capital cearense, fundado em 1903.

O Instituto do Ceará tem uma sessão, registrada em ata no dia 20 de setembro de 1946, relatando os motivos da adesão à Semana Social. A sessão aberta por Pompeu Sobrinho foi iniciada com a palavra de Raimundo Girão, que explicou os motivos da Semana:

Realizando um trabalho interessante sobre a questão social, focalizando aspectos palpantes da história social do Brasil, desde os idos coloniais até o presente, gyu kv ressaltando a influência da Igreja na formação moral do nosso povo. Estabeleceu, em seguida, um confronto entre o movimento social do Brasil e o de outras nações, onde a questão social apresenta aspectos inteiramente diferentes na apreciação do problema brasileiro, e fez sentir as divergências de ordem histórica, moral e econômica que colocam o operário brasileiro no lado oposto aos ideais extremados (Revista do Instituto do Ceará, 1946, p. 302).

Após a fala de Raimundo Girão, o D. Antonio Almeida Lustosa, arcebispo Metropolitano do Ceará, pronunciou-se, agradecendo a adesão do Instituto à Semana Social, e tocou em questões sociais “em que destacou a situação de miséria das nossas populações suburbanas de Fortaleza e dos municípios vizinhos, aludindo as notas estatísticas levantadas

²³ O centro Artístico Cearense funcionou como órgão associativo, econômico e instrutivo, possuía variadas funções, entre criações de escolas, fornecer material escolar aos alunos, o Centro Artístico cuida da formação de uma Biblioteca aberta ao público, tendo em catálogo, em 1918, cerca de 250 títulos, além dos jornais e revistas recebidos de outros estados.

pelos sócios da Ação Católica no município de Maranguape” (Revista do Instituto do Ceará, 1946, p. 303).

Observamos que a Igreja, por meio da Ação Católica, ganhou adesão de grupos específicos, entre os intelectuais ou aqueles a eles relacionados. Convém, então, fazer um apanhado das modulações da Igreja com o Estado. Assim, verificamos a formação e a aproximação desses intelectuais no campo católico, em meio às disputas institucionais por espaços de poder e hegemonia (Pécault, 1990).

Abordamos, sinteticamente, a adaptação da Igreja ao progresso científico no espaço global. Observando a política brasileira e como se deu o governo de Vargas no tocante à Igreja, podemos considerar que as alianças firmadas tinham relações mutualistas, o que se explica, na dimensão do governo, pela construção da sua imagem com base na cristandade. Segundo Márcio Alves (1979), a devoção de Vargas à Nossa Senhora e a dominação da fé pelas massas católicas é um exemplo dessa construção cristã. Para elucidar esse pensamento, Alcir Lenharo aborda as imbricações das aproximações entre Igreja e Estado:

A própria configuração do corporativismo fascista bebe nas águas do catolicismo, cuja doutrina do Corpo Místico de Cristo o antecede e o alimenta. A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava (Lenharo, 1986, p. 18).

Em contrapartida, a Igreja reforçava as alianças com o Estado, ao passo que algumas questões eram atendidas por leis. A reaproximação da Igreja perpassava um momento de reorganização que envolvia a crise do liberalismo e a ascensão do socialismo e do protestantismo. O clero é uma prova de como a Instituição Católica se adaptou ao Estado, pois, na sua unidade, havia uma cisão formada entre aqueles que formavam o clero liberal e o clero tradicional romano (Pinto, 2012). Todavia, o clero do Ceará estava mais voltado aos preceitos da romanização (Pinheiro, 1994).

A forma de transformação do pensamento que divergia entre a fé e o nacionalismo foi colocando a religião católica no epicentro da identidade nacional. Assim, comungavam os discursos e os planos de canalizar os intelectuais para a militância católica, a fim de preparar os trabalhadores na sua base de apoio para a luta, principalmente contra o comunismo (Parga, 2012). Esse movimento veio a acontecer a partir de 1910, onde vários motivos incidiram para a ascensão da intelectualidade católica. Dentre eles, podemos citar, conforme Rafaela Parga

(2012): a associação do Círculo Católico de Fortaleza, criada em 1913, por D. Manuel; o propósito da recristianização, provocado por uma lacuna intelectual laicizada entre os anos 1850 e 1890 e, por último, a criação da revista *A Ordem*, que politizava o campo intelectual católico, “agregando intelectuais que se consideravam o único segmento da sociedade capaz de oferecer respostas aos problemas nacionais e imprimir novos rumos ao País” (Rodrigues, 2005, p. 16).

Prosseguindo com o campo intelectual, analisamos como os trabalhadores do Círculo Operário de São José se relacionavam com os intelectuais católicos e os intelectuais leigos, com vistas a compreender qual o campo intelligentsia de atuação desses sujeitos. Por intelectual católico, referimo-nos ao grupo clerical ou àqueles que estivessem ligados diretamente a ele, que fazem parte da hierarquia católica e podem estabelecer intersecção com os intelectuais leigos, quando estes atuam como componentes diretos da Igreja. O intelectual leigo formava uma categoria ainda mais heterogênea que a primeira, dadas as características importantes de suas estratégias de mobilização e aquelas plausíveis e aclamadas para o discurso católico em todas as áreas (Ribeiro, 2009).

Já os trabalhadores ligados aos movimentos católicos confluíam nos dois campos da intelectualidade, pois suas atividades permitiam que circulassem e atuassem concomitantemente no campo religioso e no campo leigo. Portanto, mais importante do que analisar os tipos de intelectualidade manifestadas na Semana Social de Fortaleza, é observar os trabalhadores não apenas no universo das letras, mas das suas práticas, estratégias e sociabilidades construídas a partir das suas personalidades e construções particulares das identidades. O elemento catalisador do evento analisado, o trabalhador, é representado na sua máxima pelos associados do Círculo Operário, por se tratar de uma representatividade de peso na organização da SS, no engajamento das massas no evento e no comparecimento às ações da agenda, avultando os espaços e, assim, produzindo ecos positivos.

A Semana Social de Fortaleza era anunciada em destaque no *O Nordeste*. A organização do evento ocupava a página com a estrutura organizativa das comissões promotoras. A matéria traz a proposta da SS e como estavam dispostas as comissões que organizaram o evento. O professor da Faculdade de Direito do Ceará, Dr. Lincoln Mourão Matos, falou da importância da Semana para proporcionar ao trabalhador, na ordem social, as soluções fecundas e, na ordem moral, as satisfações buscadas em vão nas místicas comunistas, reconhecendo, contudo, as preocupações de ordem material do povo (O Nordeste, 1 ago. 1945).

O discurso localizado se articulava bem com o contexto global. Os intensos debates faziam parte de uma estratégia que, apesar de bem direcionada a um público heterogêneo, tinha, como destinatário, o trabalhador, nos quais temáticas variadas eram abordadas a partir da concepção religiosa. Este campo do sagrado criava significados com base nos valores e crenças que os sujeitos construíaam pelas práticas envolvendo eventos de letramento (Almeida, 2021).

Podemos dizer que os grupos religiosos que promoveram o evento da semana Social de Fortaleza eram envolvidos pela intelectualidade católica. Entre os grupos ligados à Arquidiocese, foi possível verificar, no jornal, a participação da União dos Moços Católicos - UMC; das Sociedades Vicentinas - SV; da Juventude Operária Católica - JOC; da Liga Feminina Católica - LFC e das comissões de honra, “constituídas todas elas de sacerdotes e de elementos das instituições católicas que se dedicavam aos estudo da questão social” (O Nordeste, 1 ago. 1945).

Entre as comissões, podemos destacar a *Comissão de Honra*, formada por: Francisco Menezes Pimentel, representante do governo; D. Antonio Lustosa, arcebispo metropolitano de Fortaleza; general Onofre Gomes de Lima, comandante da 10ª região militar; desembargador Faustino de Albuquerque, presidente do Tribunal de Apelação e Eleitoral; M. A. Andrade Furtado, secretário do Interior e Justiça; Cel. Dracon Barreto, presidente do Departamento Administrativo; Raimundo Alencar Araripe, prefeito de Fortaleza; Adonias Lima, presidente do Conselho Regional do Trabalho; major Humberto Sales de Moura Ferreira, presidente da União Católica dos Militares (UCM); Valdemar Alcantara, presidente do Centro Médico Cearense (CMC“2); e o representante dos Círculos Operários do Ceará (COC), o sr. Carolino de Aquino (O Nordeste, 1 ago. 1945, p. 5).

Outras comissões são destacadas pela natureza do objeto: Comissão Patrocinadora, formada pelos integrantes do clero; Comissão Executiva, formada por organizadores dos âmbitos religiosos e leigos; Comissão Espiritual, formada por integrantes de movimentos religiosos e composta, em sua maioria, por mulheres; Comissão de Propaganda, composta pelas subcomissões de imprensa com a representação do jornal *O Nordeste* e da *Rádio-difusão* – PRE 9, responsáveis pela cobertura local e nacional da SS e por outras 10 subcomissões. As subcomissões abrangiam as de ensino masculino, ensino feminino, associações beneficentes, comissão de propaganda dos sindicatos, dos livros, comissão de propaganda nos estabelecimentos industriais, de programas artísticos, de ornamentação e segurança, de finanças e de propaganda nos Ensinos Superiores (O Nordeste, 1 ago. 1945, p. 6).

Outro destaque trazido pelo jornal *O Nordeste* foi a programação da Semana Social. O período do dia 23 ao dia 30 de setembro foi preenchido com atividades religiosas e culturais iniciadas pela manhã, aos domingos, com missas, hinos e coral. As conferências foram ministradas pelos seguintes intelectuais, que abordaram os seguintes temas: o teólogo Rubens Gondim Lossio, com o título *O conceito Cristão do Trabalho*; o filósofo Roberto de Carvalho Rocha, com o tema *A doutrina social da Igreja e a responsabilidade dos católicos* (*O Nordeste*, 22 set. 1945).

Nesse contexto do evento, situamos o conceito de práticas letradas como usos sociais da leitura e da escrita, ou seja, as maneiras pelas quais as pessoas se envolvem com a escrita e a leitura em suas vidas cotidianas. Essas práticas são fundamentais para a construção de sociedades onde o letramento é valorizado e cultivado (Cardoso, 2016). Para compreender o conceito de práticas letradas, é útil examinar suas várias manifestações e propósitos. As manifestações das práticas letradas são evidenciadas nos discursos do clero e dos intelectuais leigos durante o Evento. O envolvimento dos intelectuais católicos se deu desde a elaboração da programação até a realização das palestras. A Semana Social voltada para trabalhadores teve a organização e os discursos conduzidos, em sua maioria, por intelectuais. Contudo, embora a participação dos trabalhadores nas palestras seja reduzida a títulos e temas das palestras, entendemos que a participação de representantes da classe operária e de intelectuais revelam-se importante instrumento de análise. Isso porque traduz a complexidade e a multiplicidade de interpretação que podem emergir durante o processo de leitura e as possíveis interações dos indivíduos com os textos escritos em seu cotidiano.

Podemos dimensionar o teor do discurso da classe pelos posicionamentos registrados em entrevistas dadas ao jornal na Semana Social. Durante a Semana, jornalistas procuraram os operários das fábricas para verificar as impressões dos operários sobre o evento. Com isso, o jornal tinha a ideia da representação do evento para a classe. A página trabalhista do jornal *O Nordeste* entrevistou vários operários da Ceará Industrial e da Industrial de calçados acerca do evento promovido pelo secretariado econômico da Ação Católica na Semana.

Um dos entrevistados era o senhor José Cosme do nascimento, identificado pelo jornal como operário experiente, “de certa idade”. A Página Trabalhista perguntou ao senhor José se “a Igreja estava cumprindo com o seu dever, realizando a Semana Social”. Em resposta, o operário respondeu que “a ação da Igreja é digna de todo o louvor, pois só Ela com o auxílio do Estado pode dar maior amparo à sua classe”. Disse ao jornal que “como beneficiado pelos postos de assistência da Arquidiocese fará de tudo para evitar que seus companheiros de

trabalho sejam vítimas das falazes promessas do comunismo ateu” (O Nordeste, 28 set. 1945, p. 4).

Percebemos, na fala do operário, como é atribuído à Igreja e ao Estado o papel de proteção da classe. Seu pronunciamento revela uma perspectiva de amparo quanto à responsabilidade dessas duas instituições nas questões trabalhistas. Sugerimos que a atenção do governo Vargas, voltada para a legitimação dos direitos, tenha gerado, no trabalhador, o sentimento de “louvor” como significado de gratidão. Em seguida, o sr. José faz menção aos postos de assistência da Igreja. Esse último pronunciamento revela a forte atuação da Igreja no meio operário, com o desenvolvimento de atividades nas esferas da vida social, incluindo a educação, a saúde e o bem-estar. Além disso, a Igreja prestou assistência aos necessitados, como moradia e cuidado aos doentes (Oliveira, 2016).

Selecionamos outra entrevista, do senhor Diógenes de Souza Encarnação. O jornal descreve o entrevistado como “Operário de cor bronze” e “satisfeito”. Ao ser questionado pela *Página Trabalhista* sobre o que pensa da Semana, o operário respondeu que espera “bons frutos da Semana Social, pois o que ele está ganhando atualmente não dá bem para passar, mas é melhor sofrer com Deus do que sofrer com o malfadado comunismo, que tudo promete, mas nada dá” (O Nordeste, 28 set. 1945, p. 4).

Percebemos algumas das tensões políticas e religiosas expressas na fala do senhor Diógenes. Ao dizer que atualmente não dá para passar como o que ganha, refere-se à crescente crise econômica enfrentada pelo governo Vargas, ocasionando a carestia dos produtos alimentícios e do custo de vida na capital. Contudo, o trabalhador acredita que a situação poderia ser pior caso o comunismo avançasse e tomasse o cenário político. O receio do operário demonstra que a forte corrente corporativista comungada pelo Estado e pela Igreja projetou, em parte dos trabalhadores, o medo do comunismo. Por fim, ao mencionar a expressão “bons frutos”, ele sugere o valor e o potencial no evento da Semana Social. Este tipo de evento, na visão do entrevistado, traduz-se como importante campo organizado para abordar questões sociais ou trabalhistas e buscar soluções ou compromissos.

A programação teve sequência com estudos pelos COF e com sessões nomeadas de lições. A semana seguiu com programações que se alternavam em missas, conferências, lições, declamações, coral e hinos. As conferências eram também ministradas por trabalhadores representantes dos movimentos católicos. Os temas combinavam estudos da doutrina católica, circulista e ideológica, que, por mais que tratassem de aspectos trabalhistas, traziam, na essência, o enfretamento do comunismo. Como exemplo, citamos um tema da

Semana, *O Direito de Propriedade*, palestrado pelo operário Newton Gurjão Pessoa (*O Nordeste*, 22 set. 1945, p. 10).

O evento contou com a participação de 33 comissões dos círculos operários, das 47 existentes no estado do Ceará, que se fizeram presentes para tratar de objetivos comuns à referida associação. Durante as comemorações da Semana, houve, no dia 29 de setembro, uma Assembleia Geral dos Círculos Operários, com pautas que tratavam da melhoria do círculo e de uma nova eleição da FCCOO:

fundação de um sindicato rural, segundo o decreto lei de março de 1945 e a instituição de cooperativas agrícolas mistas e de consumo, visando facilitar a manutenção dos operários do nosso Estado, em razão destas, e proporcionando-lhes maior amparo das leis trabalhistas em razão daqueles (*O Nordeste*, 22 set. 1945, p. 5)

A programação da Semana Social foi publicada no *O Nordeste*, jornal responsável pela cobertura do evento, cuja tarefa era registrar a dimensão alcançada pelo evento movimentado pelas categorias intelectuais, mas ampliado pelas massas trabalhistas. De acordo com *O Nordeste*, o encerramento da Semana, na Praça Figueira de Melo, foi assistido por uma multidão, calculada em mais de 15 mil pessoas (*O Nordeste*, 2 out. 1945).

Ampliar o evento para as massas trabalhistas possibilita a inserção do trabalhador em eventos religiosos e demonstra a heterogeneidade social da Semana. Nesse sentido, o evento funcionava como incentivador das associações voltadas para a classe operária e promovia o debate e a discussão. Esses debates, por vezes acalorados, são essenciais para o progresso intelectual e social, pois desafiam concepções arraigadas e estimulam o pensamento inovador.

Esse escoamento evidencia como a religião se acomoda em outros campos sociais, sem, necessariamente, ter a consciência de tal sobreposição. Pois, por mais que o Círculo Operário não estivesse presente em atividades formais, ele permeava campos familiares, profissionais e atividades de lazer.

4. TRABALHISMO CRISTÃO: ENTRE A MATERIALIZAÇÃO E A SUBJETIVIDADE DA FÉ

Querer juntar o dogma católico com o materialismo histórico, ainda quando este se interprete tão somente no sentido de uma prática de governo, é um erro doutrinário fundamental (O Nordeste, 6 jan. 1946, p. 6).

Propomos o debate em torno do trabalhismo cristão e de governo, partindo das publicações do impresso *O Nordeste*. Zelamos por observar o trabalhismo promovido pela Igreja, em consonância com a doutrina varguista marcada pelos “benefícios sociais” e por estratégias simbólicas (Gomes, 2005). Em vista disso, concebemos o referido conceito como uma complexa teia política de combinadas ações trabalhistas e sociais, desenvolvidas mediante a aliança Igreja e Estado. Essa coalizão foi expressa na Encíclica *Divini Redemptoris*²⁴, do Papa Pio XI. A referida Encíclica também abordava questões que primavam pela Justiça social e democracia (Alves, 2002).

No primeiro momento, pontuamos algumas ações da Igreja ancoradas nos documentos eclesiais para compreender a posição dessa Instituição junto ao trabalhador. Dessa forma, verificamos como as principais encíclicas, emitidas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ganharam relevância e participação da classe trabalhista. Priorizamos essa via de análise para verificarmos como a orientação dos pontífices do período influenciaram para que uma forte organização católica no território cearense fosse estruturada.

A partir da nossa primeira via de análise, verificamos como a organização da Igreja, representada pelas entidades católicas - Ação Católica e Juntas, Círculo Operário e representante máximo da arquidiocese - desempenharam importante papel na difusão do trabalhismo cristão. Em outro momento, buscamos relacionar esse projeto cristão com o trabalhismo do governo.

4.1 “Apostasia das massas”: a doutrina social e o movimento católico como táticas de recrutamento da classe operária

Elucidamos o excerto do título a fim de apresentar, brevemente, a conjuntura da Igreja durante a primeira metade do século XX. Para esse propósito, utilizamos a secularização, empregada aqui como o declínio da religião, para explicar o alheamento católico pelas classes

²⁴ Do pontificado de Pio XI, de 1937, o documento consolidou as razões do anticomunismo católico.

sociais. Para Antonio Flávio Pierucci (1998), “a secularização [...] nos remete à luta da modernidade cultural contra a religião, tendo como manifestação empírica no mundo moderno o declínio da religião como potência *in temporalibus* seu *disestablishment*” (Pierucci, 1998, p. 23). De acordo com o autor, a secularização é um conceito que reflete na influência e importância da religião na sociedade, cultura e instituições. Isso ocorreu à medida que as sociedades se tornaram mais modernas e orientadas por uma razão.

Como consequência de racionalização, a manifestação da modernidade afeta a sociedade nos aspectos sociais e culturais e foi responsável pelo avanço da ciência e pela relação desse avanço com a vida em sociedade (Pierucci, 1998). Conforme Jorge Botelho Moniz, os subprocessos da modernidade atuaram como elementos “transformadores da totalidade da estrutura social, não podem decorrer sem consequências para as tradições e instituições religiosas” (Moniz, 2017, p. 49).

A racionalização e a modernidade são dois conceitos chaves para entender as transformações do século XX. Esses conceitos, muitas vezes entrelaçados, tiveram impactos profundos para a sociedade, a cultura, a política e a economia. As duas correntes, dominantes no pensamento e na evolução sociocultural, tiveram influência na forma como as religiões foram compreendidas, praticadas e organizadas.

Essas transformações representaram um impacto no monopólio da Igreja, que estava perdendo parte do seu poder e influência social. A sociedade parecia distinguir mais claramente entre as esferas religiosas e seculares da vida. A modernidade também trouxe novos sentimentos religiosos e espirituais, que podem ser considerados como parte de uma corrente espiritualista que surgia e atuou frente ao tradicionalismo da Igreja Católica (Silva, 2012).

Diante do avanço de todas essas correntes, a Igreja buscou formas de recuperar seu poder e espaço. A Era Vargas representou uma oportunidade para a Igreja Católica restaurar parte de sua influência e poder no Brasil. Nesse sentido, houve uma aproximação notável entre Vargas e a Igreja, principalmente no Estado Novo.

A lei da sindicalização funcionou como eixo central da legislação trabalhista e teve, como ponto principal, a unicidade sindical. Com ela, a organização operária passou a ser tutelada pelo Estado, com forte amparo da Igreja (Gomes, 2005). Tendo em vista esse amparo, a religião católica estava disposta a superar o ceticismo e lançar mão de ferramentas capazes de arrebatar os jovens e, principalmente, o operário para a cristianização. Portanto,

a *apostasia das massas* tratava-se de uma forte inquietação, manifestada pelo impresso católico, à qual o jornal chama de fenômeno:

Quem não vê que estamos assistindo a esse doloroso acontecimento, cada vez mais grave, principalmente nos centros industriais?
Mesmo em Fortaleza já se encontram, em grande número, operários que não frequentam a Igreja, não assistem à missa dominical, não cumprem o preceito pascal, não ouvem a palavra do sacerdote, nem tão pouco sentem com a Igreja. O fenômeno é muito mais sério do que se pensa e se apresenta sob aspectos impressionantes, justamente porque não se compreende que da Igreja, ela que é a providência dos pobres [...] (O Nordeste, 25 fev. 1944, p. 4).

A data da matéria revela um período de crescente preocupação com o declínio da religião católica, ainda que a arquidiocese de Fortaleza representasse um importante centro disseminador da religião. As razões prováveis para a preocupação estão ligadas a fatores de grande instabilidade política, acentuada pela II Grande Guerra. Retomando o papel disseminador dessa pastoral, o arcebispado metropolitano de Fortaleza já vinha combatendo as correntes ideológicas e os novos costumes que ameaçavam a moral e o catolicismo.

A matéria também fala das causas que provocaram o distanciamento da religião, mostrando que a fé se torna relativa por sua condição materializada na pobreza. Quanto a isso, é inculcada no trabalhador apenas a exploração do trabalho. Desse modo, em vez de atenuar o sofrimento suprimindo as necessidades, lutando contra as injustiças sociais e os abusos dos grandes, a Igreja conservava o discurso de resignação.

A matéria adverte sobre a necessidade da ação que se concretize na caridade. Vestida sob uma nova versão, a Igreja propõe que a justiça social seja materializada para que o *desencantamento* da fé se desfça. Assim, afirmava-se que as obras desenvolvidas a partir das ramificações católicas organizadas, representadas pelas juntas da Ação Católica e o Círculo Operário, fossem capazes de atenuar a crise que atingia principalmente os desfavorecidos. É nessa “ampla sedução política e social” que a Igreja se lança ao recrutamento dos trabalhadores (Alves, 2002, p. 64).

Nesse contexto, a Igreja se reformula, criando estratégias de fortalecimento da comunidade leiga para que pudessem atuar como células do catolicismo com foco nas massas. Para isso, era preciso se pautar em princípios que norteassem o projeto da neocristandade. Em outros termos, a Igreja passa a seguir encíclicas papais com diretrizes sociais. Em vista disso, procuramos nos limitar a dois documentos norteadores: a *Encíclica Rerum Novarum* (RN), do Papa Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI. Sendo aquela a primeira

manifestação documental de caráter social voltada ao trabalhador. Já a encíclica do Papa Pio XI, promulgada no aniversário de 40 anos da Encíclica RN, esclarece alguns tratados desta. O seu contexto histórico foi marcado pela crise do capitalismo liberal e pelo comunismo da Rússia, constituindo os marcadores dessa Encíclica (Camacho, 1995).

As encíclicas, enquanto princípios norteadores, são tratadas, na matéria de *O Nordeste*, como Doutrina. Verificando a relevância que o referido impresso atribui à Doutrina Social, remetemos aos estudos de Ildefonso Camacho (1995) sobre o referido termo. Para Camacho,

São inegáveis em todo esse tempo as importantes contribuições da Doutrina Social da Igreja aos problemas da sociedade Moderna. [...] Mas ao longo de todo esse primeiro período [antes do Concílio do Vaticano] existe um certo Lastro: sua existência em abandonar o lugar central que a sociedade antiga atribui à igreja em direção de toda a vida social. Isso se traduz em uma atitude polêmica e defensiva da igreja perante a sociedade Moderna e os grandes sistemas sociais que nela vão tomando corpo (Camacho, 1995, p. 22-23).

Portanto, a Doutrina Social ganhou forma a partir da *Rerum Novarum*, compondo um conjunto de “ensinamentos éticos globais”, que se integram como um sistema. Segundo Ildefonso Camacho, “ela surge historicamente em resposta aos problemas típicos da incipiente sociedade industrial: concretamente, o conflito entre o capital e trabalho” (Camacho, 1995, p. 26).

A industrialização provocou mudanças na vida da sociedade, incluindo urbanização acelerada, crescimento da indústria, novas formas de organização do trabalho e desigualdades socioeconômicas cada vez mais pronunciadas. Essa doutrina buscou oferecer orientações morais e éticas para lidar com os problemas decorrentes das mudanças sociais, motivacionais e tecnológicas, especialmente as relações entre os trabalhadores e os empregadores. Em vista disso, a Doutrina passa a atuar como mediadora de conflitos entre as classes.

Para analisar a Doutrina Social, retomamos o principal instrumento pontífice da Igreja, a Encíclica *Rerum Novarum*. Dirigida para a classe operária, ela marca uma nova forma de pensamento cristão. Sobre esse Documento, alguns trechos apontam para a preocupação em combater a luta de classes, desencadeada durante fases de intensificação da indústria. Notadamente, encontramos partes que tratam do papel da Igreja, a qual deveria elevar o olhar ao propor o estreitamento de laços entre patrões e operários, que deveriam até mesmo unir-se em uma suposta amizade genuína (LEÃO XIII - ENCÍCLICA RERUM NOVARUM, 1891).

O documento norteador da Igreja, *Rerum Novarum*, era apresentado pelo jornal *O Nordeste* como princípio de sustentação para a causa social que ampara o trabalhador.

Tratava-se da coluna específica sobre os ensinamentos da Encíclica, intitulada *Pensando com o Papa – As lições da encíclica*. A coluna apresentava caráter econômico e, em sua inauguração, abordou o problema do salário dos operários.

Uma vez livremente aceite o salário por uma e outra parte, assim se raciocina, o patrão cumpre todos os seus compromissos desde que o pague e não é obrigado a mais nada. Em tal hipótese, a justiça só seria lesada, se ele se recusasse a saldar a dívida ou o operário a concluir todo o seu trabalho, e a satisfazer as suas condições; e neste último caso, com exclusão de qualquer outro, é que o poder público teria que intervir para fazer valer o direito de qual quer deles (O Nordeste, 17 abr. 1944).

Trechos como o acima, sobre os direitos salariais dos trabalhadores, ocupavam o lugar central na Encíclica e dividiam opiniões entre grupos sociais. Para os católicos sociais²⁵, o salário do trabalhador, para ser justo, deveria ser suficiente para o sustento da família e, para além das necessidades do trabalhador, a renda do salário poderia legitimar a aquisição de propriedade. Já os católicos conservadores viam nessa possibilidade de obtenção de bem privado um atentado ao direito de propriedade. As questões salariais voltam a ser destaque na Encíclica *Quadragesimo Anno*, mostrando-se mais preocupada com a moral e com a realidade econômica. Trazia, em seu bojo, o olhar que ponderava um equilíbrio entre um salário que fosse justo ao operário, mas não tão elevado a ponto de ocasionar o risco à empresa (Camacho, 1995).

A questão salarial do trabalhador abordada pelas encíclicas parecia ser uma preocupação desde que não comprometesse a economia empresarial. Dessa forma, percebemos que a Igreja poderia estar mais identificada com as classes dominantes ou burguesas, em vez de realmente proteger e apoiar os interesses das classes trabalhadoras.

Embora a questão salarial trazida pelas Encíclicas tratasse do discurso moderno, voltado para a justiça social do operário, não condizia com a realidade enfrentada pela cidade de Fortaleza no início de 1940. Os problemas sociais, urbanos e econômicos do período dificultavam a aplicação do princípio do salário justo. O trabalhador assalariado de Fortaleza vivia em condições difíceis, onde o salário não alcançava o alto valor dos gêneros alimentícios e dos aluguéis de casas no período (Bruno; Farias, 2011).

Ligado à moral, o jornal interpreta a questão do salário, sintetizando o ensinamento da Encíclica nos pontos seguintes:

²⁵ Os católicos sociais eram um grupo de pensadores e ativistas que surgiram no final do século XIX e início do século XX, como uma resposta aos desafios sociais e acadêmicos resultantes da industrialização e urbanização aceleradas. Esses indivíduos eram membros da Igreja Católica que buscavam aplicar os princípios morais e éticos da fé católica para abordar as injustiças e desigualdades sociais da época.

1º. O salário não é apenas um problema de ordem econômica e sim de ordem moral;
2º. Sendo o salário um problema de ordem moral, não pode ser resolvido apenas por leis econômicas e sim por leis de equidade;

[...]

5º. Violar as leis do direito natural no tocante ao salário do trabalhador é perpetrar uma violência contra a qual a justiça protesta (O Nordeste, 17 abr. 1944).

Convém frisar que a postura assumida pelo jornal católico era conservadora e anticomunista. Pautava os valores preconizados pela moral, inseridos na ética cristã. Isto posto, os pontos trazidos acima estão arraigados em questões morais, reguladoras de comportamentos sociais. Constatamos a importância de uma conduta ligada à moral na interpretação dos princípios traduzidos nos termos “violar as leis do direito natural” e “operário sóbrio e honesto”. Logo, na matéria, é possível perceber, pela opinião do impresso, que a moral exerce princípio norteador da equidade.

Explicando melhor, o salário é, pois, para a Igreja não somente um problema econômico, mas também e fundamentalmente uma questão moral, de justiça e de equidade. Tem de atender a certas condições que não sejam simplesmente as da oferta e da procura. Não pode estar sujeito às mudanças políticas (O Nordeste, 17 abr. 1944).

No que concerne à Igreja, procuramos brevemente entender como a moral estava inserida no contexto moderno, embora houvesse dissidências internas em correntes filosóficas do catolicismo²⁶. Após verificar como o jornal elucida a moral trazida pelo princípio doutrinal, procuramos compreender a ressignificação do termo em meio às propostas de transformações sociais católicas. A tentativa da Igreja em recuperar o poder em vista de fatores como a laicidade do Estado, a disseminação dos ideais comunistas na classe operária e os avanços que aliavam a ciência ao capitalismo insuflavam a reestruturação da ordem cristã com as questões morais, cedendo espaço ao catolicismo social (Silva, 2009).

Isso posto, verificamos que, “embora [a Igreja] clamasse por uma ordem social mais justa e por um equilíbrio entre o trabalho e o capital, sua Doutrina Social continuava a conter elementos conservadores” (Mainwaring, 2004, p. 43). Com isso, eram preservados os

²⁶ Foram, sobretudo, os tomistas que, no auge da crise modernista, demonstraram se decepcionados pelo fato de não verem a doutrina religiosa de Bergson coincidir com a teologia racional deles. Mas, o que foi julgado à luz desse dogma, de uma certa maneira, como vimos, foi muito mais o que Merleau-Ponty chamou de “bergsonismo retrospectivo ou exterior” que o “bergsonismo da audácia” (Bergson, 1991, p. 202), estigmatizando assim muito mais as ilusões e os erros cometidos pelos intelectuais católicos e alguns filósofos, em sua leitura da obra de 1932, e resultando numa interpretação da teoria bergsoniana que desconhece sua profunda singularidade.

marcadores de conduta e de regras na sociedade, mesmo quando o tratamento dado ao salário e à equidade era anunciado como uma questão social.

Além da *Rerum Novarum*, o jornal *O Nordeste* abordava temáticas sobre a questão social trazendo os ensinamentos da *Quadragésimo Ano*,

que desenvolveu ainda mais a proteção da Igreja às classes trabalhadoras, num formal desmentido áqueles que dizem que só do socialismo podem as classes humildes esperar defesa e amparo contra os burgueses exploradores (O Nordeste, 17 abr. 1944).

Nesse sentido, o jornal tenta desvincular o projeto do socialismo das causas trabalhistas, relacionando as questões sociais e econômicas que envolviam a referida classe a uma preocupação e proteção da Igreja. O impresso conclui afirmando que o intuito da corrente socialista era, na verdade, “asfixiar” a personalidade humana.

Durante o papado de Pio X, o discurso em torno de direitos e justiça, tratados na *Rerum Novarum*, passou a ser tratado como uma questão de caridade. O intuito era evitar a animosidade entre as classes. Outra preocupação de Pio X era que o movimento da Ação Católica, pautado nas irmandades caritativas de iniciativa leiga, viesse a se tornar uma onda de ativismo sem controle interno (Duffy, 1998). Assim, em 1905, o Papa publica a encíclica *II Ferno Propósito*, que estabelecia os princípios da Ação Católica. Nela, estabelecia-se o “vínculo da concórdia e da caridade”. A encíclica enfatizava a necessidade de os leigos se envolverem ativamente em atividades apostólicas e sociais, contribuindo para difundir os valores cristãos. Visava, sobretudo, que à “ação dessa vigilância maternal os católicos submetam-se como filhos dóceis e afetuosos” (ENCÍCLICA II FERNO PROPÓSITO).

A Encíclica orientava os fiéis sob princípios hierárquicos de orientação e apoio da autoridade da Igreja. Assim, estruturava a Ação Católica e organizava em diferentes níveis de associação e coordenação, incentivando os católicos na criação de associações e grupos de leigos que poderiam se envolver em atividades religiosas, apostólicas e sociais.

A Ação Católica Brasileira, influenciada por diretrizes do Vaticano, buscou atuar na sociedade de forma a evangelizar e formar cristãos mais comprometidos com as realidades do mundo. Para isso, ao longo do tempo, ela se dividiu em duas vertentes: a Ação Católica Geral e a Ação Católica Especializada.

A Ação Católica Geral foi pensada para ter uma abrangência ampla e direcionada a todos os fiéis leigos, independentemente de sua idade, profissão ou condição social. A ideia era inserir todos os católicos na missão de evangelizar e transformar a sociedade de acordo

com os princípios cristãos. Esse segmento abarcava diversos grupos e movimentos leigos que não tinham uma especificidade muito delimitada.

A Ação Católica Especializada, por sua vez, centrava-se em grupos específicos de pessoas, de acordo com sua realidade profissional, social ou etária, com a ideia de atuar de forma mais incisiva e direcionada, respondendo aos desafios particulares de cada segmento da sociedade. A Doutrina Social se fez presente nas colunas do *O Nordeste*. O seu ensinamento acenava para a mudança na estrutura organizacional da Igreja. Nessa lógica, a Igreja Católica tentou efetivar a Doutrina através de dois importantes elementos: a Ação Católica e o Círculo Operário. Segundo Mainwaring, esses movimentos “incorporaram uma preocupação com a doutrina social da igreja” (Mainwaring, 2004, p. 142).

Ressaltamos a atuação da Ação Católica nesse contexto de ressignificação da Igreja. Nesse sentido, a autora Nágila Maia de Moraes Galvão elucida o papel dessa associação: “A Ação Católica tinha o objetivo de inserir a Igreja dentro do cenário político social e econômico do mundo moderno” (Galvão, 2020, p. 183). Desse modo, a Ação Católica surgiu como resposta da Igreja às transformações da sociedade e aos desafios do mundo moderno, buscando promover a participação ativa dos fiéis na evangelização, na promoção humana e na transformação social.

O trabalhismo de Vargas ascendia à atuação da Igreja, por meio da Ação Católica, observada nas associações cristãs dos diversos segmentos (mulheres, rapazes, trabalhadores). Assim, a Igreja e o Estado fortaleciam vínculos que se fundiam em objetivos ligados à classe operária. A ligação entre as duas instituições citadas operava no imaginário social do trabalhador, alimentando os anseios trabalhistas na profecia da fé e na construção de uma hegemonia nacional (Sousa, 2002).

A Igreja reestrutura sua doutrina nas brechas encontradas entre o capitalismo e o comunismo, pois passa a atuar nas questões sociais, buscando um equilíbrio que criasse uma linha tênue entre as duas correntes que ameaçavam a desordem política e social (Camacho, 1995). Manter a sociedade afastada do liberalismo e do comunismo era sua principal missão. Verificamos isso nas pautas do jornal, que trazia a matéria: *A Igreja em face do capitalismo*. O título permitiu o debate que instigava o leitor por ilustrar o posicionamento da Igreja frente à ameaça:

A luz da doutrina expedida nas Encíclica sobre a questão Social, analisa o autor os males do industrialismo contemporâneo e as suas consequências funestas para a civilização cristã. Fez o confronto entre o Capitalismo e o comunismo, propondo os remédios indicados pela doutrina de luz do Evangelho (*O Nordeste*, 10 nov. 1937, p. 4).

Percebemos a crítica feita pela Igreja quando se coloca como “remédio” dos males, capaz de aliviar as dores causadas pelos conflitos entre as classes. Assim, embora a Igreja reproduzisse um discurso que, muitas vezes, parecia se alinhar ao pensamento comunista, voltado ao trabalhador e às condições desiguais da sociedade, esta instituição não queria sua imagem associada à esquerda (Oliveira, 2016).

A entrevista com o Papa Pio XI²⁷, intitulada *O papa, intranquilo*, expressava o “alerta vermelho”. Na conversa, Valdemar Falcão foi prevenido dos perigos oferecidos pelo comunismo, quando o ministro afirmava que, no Brasil, a ameaça vermelha havia desaparecido. Nesse momento, o papa canaliza todo o seu ensinamento para as diversas correntes políticas de inclinação comunista, como movimentos de caráter “subterrâneo, mascarado e de solapamento”. O ministro conclui citando o jornalista Lord Beaverbrook, sobre a representação papal, ao expressar que “os ditadores podem-se vangloriar do poder; todavia nada poderão contra o Papa, porque ele representa a força da religião. Se pudéssemos restabelecer essa força no mundo, resolveríamos o problema da humanidade” (O Nordeste, 13 set. 1938).

O alerta do Papa mostrava que apesar de uma ligeira similitude entre a prática cristã e o movimento da esquerda, não é intenção da Doutrina Social se assemelhar às práticas comunistas, visto que “é nessas noções exclusivamente religiosas que se fundamenta a grande separação entre as doutrinas sociais da Igreja e todas as doutrinas sociais materiais”²⁸ (O Nordeste, 9 mar. 1945, p. 4). Dessa forma, a superação da Igreja diante das demais doutrinas se propõe como:

[...] movimento social cristão [...] mais preocupado com as consequências sociais da revolução industrial. Mas o faz com uma mentalidade paternalista demais. Entre as suas iniciativas mais relevantes, é preciso citar a organização de associação em favor dos trabalhadores, com o objetivo de suavizar em parte os efeitos perniciosos do princípio de livre mercado. (CAMACHO, 1995, p. 49).

Assim, numa perspectiva que combinava traços de subjetividade e de materialização se concretizava o paternalismo católico e, que mesmo englobando as mais diversas associações dirigidas pela Ação Católica, o trabalhador parecia ser o seu principal foco. É oportuno trazer um paralelo entre os movimentos cristãos para compreender o importante

²⁷ O papa, intranquilo. (O Nordeste, 13 set. 1938, p. 1-4)

papel do circulismo e das associações na formação do associativismo católico. O Círculo Operário Católico não foi gerado pela elite da Ação Católica Brasileira, mas coparticipava das ações voltadas à prática cristã e mantinha os preceitos regulados na justiça social e na moral, assemelhando-se aos propósitos das demais associações católicas.

Quanto à composição dos círculos operários, apesar de ser regida por estatuto, apresentar claras finalidades e atividades e estar ligada à ação dos assistentes eclesiásticos, não era uma organização de direito canônico, como as associações que compunham as juntas arquidiocesanas da A.C. As páginas do *O Nordeste*, diariamente, mostravam a composição das associações leigas. A divisão desses grupos em Juntas era prevista pelo estatuto da ACB, correspondentes ao gênero e idade.

Segundo Barreto (1997), havia contradições na composição dos círculos, a exemplo do estatuto que não dependia da aprovação formal da autoridade eclesiástica, mas exigia a atuação de um assistente nomeado pela autoridade arquidiocesana para o funcionamento das atividades (D.O.E. 1940). Outras questões colocadas por Barreto (1997) revelam a posição secundária do Círculo Operário durante a primeira década de sua existência. Essa posição diz respeito à origem do circulismo, por revelar a formação de uma classe não elitizada, que difere da origem das associações das Juntas da Ação Católica.

Diante da hierarquização das associações católicas, o padre Leopoldo Brentano dá início ao reconhecimento do C.O frente à Ação Católica. Antes da reformulação do Manual do Círculo Operário, em 1939, a referida associação proletária era limitada a um movimento de causa temporal, de natureza econômica, mas ainda não social (Souza, 2009).

Ainda sobre a formação social do Círculo Operário, segundo Scott Mainwaring, o movimento teve lideranças da classe média desde o início. Em vista disso, tentava conciliar os interesses da classe operária com os princípios da Igreja, sem questionar de forma contundente a estrutura socioeconômica que gerava as desigualdades. Nessa mesma perspectiva, Barreto discorreu sobre a luta de Brentano para incluir a questão social ao Círculo, alegando que, sem a dimensão econômica-social, a Ação Católica perderia o contato com a realidade social (Barreto, 1997).

Situamos a composição jurídica dos Círculos Operários e da Ação Católica para compreender o lugar ocupado por essas entidades nas páginas do jornal *O Nordeste*. Dessa maneira, verificamos a relevância das associações católicas no Ceará, em especial o Círculo Operário, procurando perceber a atenção direcionada à questão trabalhista dentro do contexto

católico. Observamos como as associações e círculos se relacionavam com os direitos, bem-estar ou questões dos trabalhadores.

A partir de 1942, diante do associativismo católico, as formações das entidades católicas leigas aumentaram e ganharam uma certa autonomia. A crescente onda de associações pode ser entendida como forma de combate à doutrina comunista e a outras doutrinas religiosas que avançavam, como a espírita. Mesmo que os interesses do arcebispo em confederar as associações transcendam o campo religioso e social, limitaremos nessa seção nossa observação ao caráter organizacional descrito por ele.

No Ceará, o bispo já expressava alguns ideais reformistas dentro da Igreja, que “compartilhava da preocupação dos moderadores conservadores com o trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz, mas suas posições sociais eram mais progressistas” (Mainwaring, 2004, p. 57). Segundo Furtado (1986), Dom Antonio Lustosa ficou conhecido pelos seus ensinamentos práticos voltados para causas sociais.

Em meio ao processo modernizador da Igreja, o arcebispo buscou assimilar as contradições políticas globais existentes durante a II Guerra; incentivou a expansão das associações católicas; promoveu reuniões, encontros e movimentos grandiosos com esmero²⁹. Foi também prático ao cuidar de questões organizacionais, tais como a confederação de todas as entidades para desburocratizar o regimento e a simplificação de núcleos para que o objetivo cristão, de promover o exercício da ação que compete ao catolicismo social, fosse alcançado:.

D. Antonio Lustosa examinou a questão social, procurando aproximar as atividades da Ação Católica com a classe operária. Em nota, falou da fundação do núcleo jocista como elemento de apoio à catequese nas fábricas. Por fim, referiu-se à organização do secretariado Econômico e Social, órgão oficial da ACB, instalado no Rio de Janeiro, para facilitar a assistência econômica e social ao operariado em colaboração com os CO's. De acordo com o jornal, o depoimento do arcebispo tratava-se de uma medida de cuidado em razão do pronunciamento do Papa Pio XI, alertando que o divórcio entre Igreja e classes operárias era o maior escândalo do século XX. Todas essas ações serviram como tentativa de evitar que os trabalhadores se afastassem da Igreja (O Nordeste, 19 nov. 1943).

²⁹ Entre os movimentos organizados pelo arcebispo, podemos citar os Círculos Operários de Fortaleza, com a participação do circulismo do interior. As associações circulistas do interior estavam interligadas com as ações do arcebispo e das associações da capital pela confederação. As associações da A.C de Fortaleza eram formadas pela: A Liga Feminina Católica, Homens da Ação Católica, União dos Moços Católicos, Juventude Feminina Católica e as associações que não estão dentro das Juntas, mas que eram confederadas. Além das associações com maiores imponentes: Mariana e as dissidências dessa.

De forma geral, a imprensa católica, em comunhão com o arcebispo, lança-se numa campanha anti-laicista e se empenha em organizações de base geral e especializadas. De acordo com o jornal, verificamos que, a partir de 1942, começa a organização de associações especializadas. Movimentos hierárquicos, como o Círculo Operário e a Juventude Operária Católica, reforçavam o envolvimento político da Igreja (Mainwaring, 2004).

Não identificamos a data da criação da Juventude Operária Católica³⁰ em Fortaleza, mas, esmiuçando as páginas do jornal *O Nordeste*, encontramos, dentro do recorte temporal da pesquisa, uma notícia que revela a tímida atuação desse movimento dentro da página destinada à Juventude Feminina Católica. Desse modo, foi a partir de 1946 que a JOC começou a ganhar espaço e concretizar seu projeto prático. O padre Rafael Gysel assumiu o cargo de assistente eclesiástico da associação. *O Nordeste*, nesse ano, reserva coluna própria da Juventude Operária, intitulada *Entre nós jocistas*. As matérias tratavam dos objetivos da associação e das ações desempenhadas (O Nordeste, 11 out. 1946, p. 4).

A Igreja se encontrava fortemente armada, recorrendo à militância disseminadora da ação pastoral, não só no meio operário adulto, mas sobretudo nas alas mais jovens. Na página da Juventude Feminina Católica, observamos o título *Setores especializados*, onde se divulgavam as paróquias que atuavam nesse período, abraçando a formação e atuação da referida associação e criando uma formação de base operária como agente necessário para a proposta de recristianização.

As associações especializadas se encarregavam de operar em núcleos precisos e estabeleciam intrínseca relação entre si. A exemplo disso, temos a parceria estabelecida entre os COF e a JOC. Segundo Jovelina Santos, a parceria e a colaboração mútua entre essas duas entidades católicas fortaleceram o *programa social católico no meio operário*. Além disso, contribuíram com orientações aos circulistas do campo (Santos, 2007, p. 163).

4.2 “Todos aos sindicatos e ninguém fora dos círculos”: territórios e convergências entre o trabalhismo cristão e o oficial

O campo de debate em torno do corporativismo efetivado no Estado Novo é vasto. Referimo-nos ao sindicalismo corporativo, que entendemos como um projeto político-social,

³⁰ A Juventude Operária Católica tinha métodos próprios de operar. Com sua atuação baseada na ação, era pautada no modelo VER, JULGAR e AGIR, baseado nos mesmos princípios da Bélgica. No Brasil, a JOC surgiu em 1935.

cuja base era composta pela participação do povo, organizado em associações profissionais. Essa representação operária era formada por um sindicato e sujeita ao controle estatal, atendendo aos princípios da unicidade e da tutela, como observou Ângela de castro Gomes (2005). Embora a historiografia que trata dos trabalhadores e da política trabalhista muitas vezes receba uma análise simplista, nem sempre a incorporação desse modelo na dimensão sindical foi prontamente aceita pelo movimento operário (Fortes, 2007). Estudos sobre o corporativismo costumam levar a posicionamentos diversos. Como exemplo disso, temos a CLT, concebida por alguns autores³¹ como cópia literal da *Carta Del Lavoro* (Hall, 2002). Outro exemplo disso é a questão que rege a *conciliação*, contida no referido documento italiano: não é possível restringir a Junta de Conciliação da Justiça do Trabalho àquele princípio de que trata a Carta³² (Souza, 2011).

Em parte desse tópico, pretendemos tomar o sindicalismo do governo Vargas por vertentes que superem a concepção de controle operário. Intentamos também verificar algumas formas de trabalhismo, dirigido pelo governo e pelas igrejas locais, ocorridas no Ceará estadonovista. Evitamos nos restringir, contudo, à concepção de harmonia ou de um período de minguada luta operária por direitos. A esse respeito, Alexandre Fortes (1999) considera que:

A contradição da estrutura sindical corporativa desde então tem sido o fato de que ela só serve como fonte de legitimidade para o poder com vitalidade associativa, enquanto tem se mostrado impossível que a desenvolva sem se tornar a catalisadora de conflito que a doutrina corporativista pretendeu negar (Fortes, 1999, p. 40-41).

Alexandre Fortes chama atenção para movimentos operários que reagiram contra o sistema sindical, a exemplo das greves operárias ocorridas em 1934 e 1935, contribuindo para a consolidação do projeto Estado Novo. Nesse mesmo debate, Ângela Carneiro Araújo (2002) tece contribuições sobre as fortes reações dos trabalhadores, à ocasião da burla, por parte dos empregadores, dos direitos garantidos em leis. Junto à negação dos direitos, a inoperância do Ministério do Trabalho contribuía para a tensão pré-estadonovista. Para contornar essas questões, o governo Vargas agiu meticulosamente, cuidando das massas para “harmonizar” as relações no tripé Estado–patronato–operário.

³¹ Michael Hall. *Corporativismo e fascismo*. 2002

³² O trabalho de *A conciliação e a justiça do trabalho nos anos de 1930*, Samuel Fernando de Souza. aprofunda a discussão sobre a aproximação da Carta Del Lavoro e a CLT. O tema Junta Conciliadora é tratado no capítulo 2.

Entendemos que a estrutura sindical acentuou seu caráter assistencialista a partir de 1943. Em encontros com os trabalhadores, Vargas lançava as diversas políticas de apoio à causa. Seus discursos reforçavam a necessidade da sindicalização de todos os profissionais (Costa, 1999). Ao passo que o Estado cuidava da classe trabalhadora com benesses políticas, econômicas e sociais por meio de canais legais, a Igreja promovia suas ações com razões fundamentadas nas mesmas benesses do Estado, incluindo a assistência espiritual.

A efetivação do governo trabalhista do período foi possível em função da aliança estabelecida com a Igreja Católica, uma vez que a “presença da religião não contradiz a plenificação do Estado” (Marx apud Oliveira, 2020, p. 35). Nesse sentido, o Círculo Operário de Fortaleza assume um papel de destaque na articulação entre o governo trabalhista e a Igreja Católica. A dimensão circulista se estendia não só na promoção da fé católica, mas também na formação política, civil e social dos trabalhadores (Silva, 2009). Verificamos o amplo valor dado a essa associação na publicação do *O Nordeste*, ao relacionar o papel do sindicalismo e do circulismo:

Ninguém pode mais ignorar que, ao lado do movimento sindicalista oficial, existe no Brasil outro movimento que cresce paralelamente e também amparado pela lei – é o circulismo. Enquanto o sindicato é uma associação de pessoas que exercem a mesma profissão e tem por finalidade precípua a defesa dos direitos dos operários, em face da legislação trabalhista, o Círculo Operário é uma associação de pessoas de diferentes profissões, tendo por fim tornar realidade o pensamento das Encíclicas papais, isto é, o reconhecimento da eminente dignidade da pessoa do operário, procurando elevar-lhe o nível moral, intelectual e social, sem descuidar também carinhosa assistência econômica pelas diversas formas de beneficência material. O sindicato é, portanto, um órgão de defesa, o Círculo é antes, um agente de educação [...] (O Nordeste, 16 set. 1943, p. 2).

O jornal compara o sindicalismo de governo ao movimento circulista como duas máximas representações da categoria operária. Podemos fazer um paralelo dos dois movimentos citados na fonte em que ambos ocupam as dimensões simbólica (circulismo) e material (sindicalismo). Nesse sentido, as duas vias se comportam como elementos essenciais para o trabalhador. Contudo, a fonte eleva a natureza do Círculo Operário, alcançando o nível que abarca todas as necessidades humanas, que vai desde a espiritual até a material. O circulismo oferecendo, portanto, amparo integral.

O movimento circulista assumiu uma posição de destaque durante o Estado Novo, a partir do trabalho de caráter religioso, civil, cultural, social e político que vinha realizando junto à classe trabalhadora. Agia como a própria intervenção da Igreja, ganhando o reconhecimento não só dos trabalhadores. As dimensões atribuídas aos círculos operários

tinham como intuito fortalecer o catolicismo e o trabalhismo (Silva, 2009). Este último se mostrava como política intersetorial dos dois órgãos expoentes relacionados na matéria, o circulismo e o sindicato.

Embora cada uma dessas entidades apresentasse, em suas origens, características políticas próprias e princípios filosóficos distintos, ambas convergiam quando se tratava da defesa da luta dos trabalhadores. O ideal da *harmonia entre as classes* e o projeto de *justiça social*, que antes atendia às respectivas questões políticas e religiosas, foi incorporado a um trabalhismo comum, isso porque tanto a Igreja quanto o Estado comungavam das mesmas propostas. Dessa forma, “a lógica material, traduzida nos benefícios auferidos aos trabalhadores [...], e a lógica simbólica, pressupondo a ideia de reciprocidade baseada na troca de apoio político entre o operariado”, são políticas não só do projeto do Estado, mas de um catolicismo que se lança às bases sociais (Alves, 2002, p. 29).

As lógicas citadas acima são tratadas por Ângela de castro Gomes na obra *A invenção do trabalhismo*. Segundo a autora, as duas dimensões estão intimamente relacionadas, pois, ao passo que os interesses individuais eram atendidos, na perspectiva material, efetivava-se, na coletividade, a lógica simbólica. As dimensões transitavam em via dupla, configurando uma espécie de troca de doações e recebimentos. As relações estabelecidas transpassavam o aspecto político, ocupando esferas religiosas, dado seu caráter moral. Nesse sentido, a Igreja pegava carona na lógica do Estado. Diante da *lógica bilateral*, Vargas materializava a doação e, em contrapartida, recebia dos trabalhadores a *solidariedade*. Este último aspecto convergia como preceito da Igreja e do Governo.

O recorte do trabalhismo, do qual tratamos, parte de seleções de fontes do jornal *O Nordeste* referentes às ações do catolicismo e da política local. A assistência prestada aos trabalhadores no Ceará era retratada nas variadas áreas. Priorizamos, em parte, verificar a ação circulista, a fim de analisar o trabalhismo realizado pela Igreja. Para o secretário do Círculo, o Sr. Carolino de Aquino, “a larga soma de benefícios prestados pelos Círculos Operários, com a criação de Villas Operárias, hospitais, oficinas, ambulatórios, cooperativas e tantos outros fatores atesta a vitalidade dessas instituições” (*O Nordeste*, 4 fev. 1944, p. 4).

Segundo o Sr. Carolino de Aquino, o projeto circulista envolvia atividades que se materializavam em benesses nas áreas da educação, saúde, trabalho e assistência social e moral. O amparo prestado pela Igreja, tendo à frente o Círculo Operário, abrangia um amplo leque assistencial. As realizações prestadas pelo movimento davam-lhe maior visibilidade e destacavam o quão significativo este era para o bem-estar, segurança e saúde do circulista.

Dessa forma, o projeto em questão cuidava das dimensões humanas. Esse era outro ponto de convergência entre o Estado e Igreja. O leque de apoio assistencial que visava beneficiar as famílias associadas permitia que novos cristãos se engajassem ao movimento. A propaganda das realizações do Círculo pelo representante operário ganhava espaço cada vez maior na imprensa católica. Os campos de atuações circulistas, segundo Janaina Timm Souza, eram organizados em departamentos assistenciais:

O movimento circulista se estrutura através de algumas atividades, divididas em quatro departamentos e trinta e quatro seções, sendo esses: ensino e educação – composta por onze agências: jardim de infância, escola primária, elementar, de aprendizes, de artes e ofícios, cursos noturnos de alfabetização, formação social e moral, juventude operária, imprensa e propaganda, além de curso noturno de aperfeiçoamento; cooperativismo – possuía três seções, cooperativa de produção, cooperativa de consumo e cooperativa de crédito; beneficência e defesa – constituída de onze agências: vila operária, assistência moral jurídica, tribunal de arbitragem, pecúlios, bonificação, dividendos, agências de colocação e informações, seguros sociais, abono familiar, caixa de caridade, organização profissional; e saúde – formada por nove seções, sendo: hospital, sanatórios, centro farmacêutico, creche, desporto, colônia de férias, praia para banho, atendimento dentário e parteira (Souza; Silva, 2009, p. 3-4).

Ana Cristina Lima, ao abordar essa questão da assistência prestada pelo CO, sugere que a ação coletiva do movimento era vista como um “espaço de obstinação” para a legitimação de melhorias (Lima, 2009). Sendo assim, o circulismo se mostra capaz de propiciar aos trabalhadores as ferramentas necessárias para a luta e enfrentamento dos problemas, fortalecendo a classe diante das incertezas da vida cotidiana, dentro e fora do ambiente de trabalho. Dentre as seções apresentadas por Lima, identificamos grande parte das atividades prestadas pelo Movimento com o Círculo Operário de Fortaleza. Entre elas, destacamos a cooperativa de consumo, as escolas primárias, os cursos noturnos, o ensino de ofícios, principalmente para mulheres jovens e senhoras, entre outras.

Todos esses “benefícios substanciais” propostos ao trabalhador não se concretizavam apenas no terreno religioso, mas, sobretudo, na esfera de governo. De acordo com Ângela de Castro Gomes (2005), toda a trajetória política iniciada na década de 1930, sob a proposta de pacto social, desencadeou os rumos do trabalhismo no Estado Novo, fundamentado na justiça social, no nacionalismo e no sindicato corporativista. Para a autora, no período inicial da década de 1940, o projeto trabalhista foi combinado à lógica material, pautada nos benefícios trabalhistas obtidos pela legislação social, e à lógica simbólica, que, por meio dos discursos que elevavam tanto a autoimagem presidencial quanto a do trabalhador, esta classe era levada a pensar em reciprocidade como consequência da generosidade (Gomes, 2005). É, portanto, a

lógica simbólica que dá sentido aos fluxos materiais, estabelecendo um ciclo de benefício, obediência e reciprocidade entre o trabalhador e o Estado.

Conforme Leila de Menezes Stein (2008), a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio representou, para o movimento circulista, um ponto de aproximação entre as classes. Segundo Stein, embora os CO's não fossem órgãos sindicais cristãos oficializados, o Estado sabia como estreitar as relações entre esse Ministério e os círculos operários, como uma espécie de assessoria (Stein, 2008). Nessa mesma linha, Jovelina Santos (2007) contribui no que se refere à relação estabelecida entre o MTIC e o Círculo Operário, onde o movimento cristão atuava com parceria no controle e poder estatal. Dessa forma, com o projeto de harmonia, “exauri[a] a possibilidade dos trabalhadores se organizarem autonomamente” (Santos, 2007, p. 36).

A parceria se efetivava ainda mais quando, pelo decreto-lei n. 7.164 de 12 de maio de 1941, Vargas concedeu, aos Círculos Operários, a prerrogativa de órgãos técnicos e consultivos do Ministério do Trabalho. Em seu pronunciamento, quando em audiência com os delegados do 3º Congresso Nacional dos Círculos Operários, expressou: “considero os círculos operários pela forma religiosa e educativa com que estão organizados um movimento construtivo e um trabalho de colaboração com o governo” (O Nordeste, 16 set. 1943). A intencionalidade do presidente ao aproximar o Círculo com o Ministério do Trabalho se pautava no alinhamento entre governo e igreja, na tentativa de promover o bem-estar social, material e moral nas classes trabalhistas.

Os discursos presidenciais tratavam de “estruturar solidamente os princípios básicos da nacionalidade”. Em 1936, a fala de Vargas já mostrava a preparação para as bases do trabalhismo que aliaría o Estado e a Igreja. Logo, o funcionamento da estrutura gelutista

“só seria possível, mediante uma articulação completa estreita de esforços, solidarizando vontades e consciências, reforçando os vínculos Família – Religião – Estado, empenhando todos os valores morais num movimento profundo e convergente de disciplina e de educação” (O Nordeste, 15 abr. 1939).

Esse discurso do presidente foi matéria do *O Nordeste*, em coluna intitulada *Em defesa da família*. Nela, percebemos a intenção presidencial em estreitar os laços com a população numa tríade, que podemos entender como duas frentes de aproximação das massas. A Igreja atuava como formadora moral e disciplinadora, enquanto o Estado convergia com esses valores, incorporando a educação. Contudo, é preciso considerar a atuação pedagógica circulista no âmbito educacional. Assim, completava-se o eixo articulador, formando o elo de

fortalecimento da política trabalhista em segundo momento desse governo.

No ano de 1939, embora não seja considerado um período de aproximação aos trabalhadores, para autores do período, de acordo com as matérias do *O Nordeste*, os trabalhadores se mostravam atentos no primeiro período, demonstrando organização da classe. As matérias intituladas: *Reivindicações operárias*, *O conceito de férias*, *Amparados na lei*, *Direitos e deveres* e *Sindicalismo* são mostras de como os trabalhadores estavam em alerta na luta por direitos. Visto que, embora as matérias não fossem escritas diretamente por trabalhadores, estavam, muitas vezes, representadas por jornalistas circelistas (*O Nordeste*, 1939).

A matéria *Uma organização fabril modelar*, da *Secção Operária*, trazia a estrutura fabril da *Cotonifício Oton Bezerra de Melo*, localizada em Pernambuco. O jornal apresentava a fábrica como representação modelar dos salários que “atingem fabulosa cifra”, atendendo a uma assistência social que envolvia “refeições ao preço nominal[...]”; “vila operária com mais de 300 casas”, “semestralmente, uma roupa a cada operário”; grupo escolar com alfabetização aos operários no período noturno, ensino primário, ensino noturno frequentado por crianças; salões de dança e cinema para a “recreação” dos operários; banda de música; assistência médica e dentária “gratuitas” e, por fim, a assistência espiritual com celebrações de missas aos domingos nas fábricas e “com educação religiosa aos filhos dos operários” (*O Nordeste*, 15 abr. 1939).

O jornal apresentava a fábrica como exemplo de estrutura assistencial ao operário. Os múltiplos departamentos dessa unidade fabril representavam as transformações ocorridas entre 1930 e 1940. São verificados, assim, outros modelos fabris com similar estrutura assistencialista. Os direitos trabalhistas e o assistencialismo fundiam-se, remodelando o cotidiano fabril. Contudo, a assistência descrita na fonte não era garantia para efetivação dos direitos no cotidiano das fábricas, de modo que reivindicações na Justiça do Trabalho não eram silenciadas diante do leque assistencial.

A política trabalhista desenvolvida pelo complexo fabril cotonifício revela as dimensões assistenciais muito bem articuladas entre o Estado, o empregador e a Igreja. As diversas bases sociais pensadas por aquela estrutura procuravam aproximar o operário do seu local de trabalho, provocando uma relação de harmonia entre as classes (Andrade, 1990). Do mesmo modo, as vilas operárias atravessavam questões políticas e sociais que alinhavam o poder público e a força da cultura religiosa. Essas obras estão carregadas de interesses que

imbricam questões religiosas, o que os trabalhadores “atribuíam à concepção da Igreja Católica de que existiam espaços respeitáveis de vivência e moradia” (Oliveira, 2016, p. 402).

A construção das vilas operárias, no Ceará, teve início em 1920, como consequência da expansão da produção fabril. A partir de 1930, cresce o número de vilas na capital e no interior, regidas por políticas de Estado que legalizam as normas de habitações destinadas aos operários (Oliveira, 2016). De acordo com Margarida Andrade, em seus estudos de habitações populares em Fortaleza, o grupo empresarial têxtil São José foi uma das primeiras vilas fundadas na década de 1920. Com sua obra iniciada em 1928, a vila chega na década seguinte com a construção de 80 casas alugadas e com perspectiva para mais 70. A vila São José cresceu expressivamente na década de 1940, chegando a 247 casas ao final desse período (Andrade, 2016). As casas se localizavam nos fundos dos galpões da fábrica. Além da vila, a fábrica oferecia escola para os filhos dos operários (Godim Viana, 2014).

No auge da produção têxtil cearense, em 1945, a postura de D. Antonio Lustosa causa admiração e “espanto”. Em visita aos operários da fábrica São José, o arcebispo demorou-se horas, “percorrendo as salas de trabalho, palestrando com os operários, numa intimidade tão própria do seu amor aos pobres que espantaria qualquer comunista, desses que dizem que a Igreja só olha para a burguesia” (O Nordeste, 06 nov. 1945).

A aproximação do arcebispo aos operários em ambiente fabril é explicada por uma multiplicidade de questões políticas. De início, lembramos que o período da publicação marca o momento tenso para o catolicismo motivado por questões globais que colocaram o fim no regime nazista. Enquanto isso, no Brasil, com a reabertura política, a legalidade do comunismo representou uma grande ameaça à ala católica. Outra questão que ultrapassa os limites políticos é o contato que o líder religioso estabelecia com os operários católicos. A visita do arcebispo gerava sentimentos de fraternidade e reiteração da prática católica. Assim, a fé habitava as fronteiras da liturgia e do trabalho.

A essa altura, final do Estado Novo, D. Antonio já era conhecido como “arcebispo dos operários”. Sua palavra “comprimia o operariado, sedento da palavra de Deus pela voz do príncipe da Igreja no Ceará” (O Nordeste, 06 nov. 1945). Após as palavras de D. Antonio aos operários da fábrica de São José, o sacerdote recebeu palavras de agradecimento dos diretores, em nome dos quais estava Dr. José Leite Maranhão, médico que dava assistência aos operários, revelando a satisfação da visita “pelo muito que tem feito em favor da instrução religiosa dos seus servidores” (O Nordeste, 06 nov. 1945).

Observamos como D. Antonio ficou reconhecido diante dos operários. A consagração popular que levou aos títulos descritos foi resultado das atividades realizadas com as massas nas visitas às fábricas e como se dirigia à referida classe. As palavras e os gestos do representante religioso pareciam incitar no trabalhador o sentimento de coletividade, motivado pela identificação com a causa social. Nesse encontro no chão de fábrica, é possível reconhecer os elementos que constituem a política trabalhista. O médico que agradecia ao sacerdote diante dos operários figurava o entrelaçamento das alianças políticas reconhecidas como: Igreja, Estado e patronato. A assistência médica estava ligada ao Ministério do trabalho, Indústria e Comércio, e sua função abarcava questões para além do trabalho operário. Esse Ministério regulava as questões patronais e fornecia serviços destinados ao trabalhador, como assistência médica (Chagas, 2020).

Para Marylu Viana Oliveira, “a grande ação política „cristã” ocorria no contato direto entre os clérigos e a população de cada cidade [...]” (Oliveira, 2016, p. 374). Esse contato direto do arcebispo com a população mais carente e com os operários aumentou nos últimos anos do governo Vargas. É percebido, através das matérias do *O Nordeste*, que a dedicação de D. Antonio Lustosa à classe trabalhadora e aos pobres ocupa:

[Uma] importância conferida simbolicamente ao sacerdote [que o] tornava uma figura de grande autoridade nos municípios, tendo sob sua alçada o poder de atuação pública que excedia questões puramente religiosas, muitas vezes servindo como mediador dos conflitos sociais (Oliveira, 2016, p. 374).

A empresa têxtil São José apresentava uma dinâmica no cotidiano fabril que perpassava os universos do trabalhismo, interligando Estado, empregador e Igreja. Isso revela que, além de políticas voltadas para vilas operárias e educação dos operários, as fábricas funcionavam como lugar de assistência que articulava a ação religiosa com a do governo federal e estadual. Ainda sobre a assistência espiritual, educativa e social que a Igreja oferecia à classe operária, foi fundada, em Fortaleza, o Instituto Beneficente São José. Sobre essa instituição, o jornal *O Nordeste* explica seu objetivo e funcionamento na matéria intitulada *Utilidade e Beneficência*, do dia 17 de abril de 1944:

[Se tratava de] uma casa de educação feminina, de alta e patriótica finalidade. Esta iniciativa do exmo. Sr. Arcebispo, D. Antonio Lustosa, destina-se a amparar as moças pobres, domésticas e operárias, proporcionando-lhes os conhecimentos necessários a vida e habilitando-as a ganharem honestamente o pão. Para consecução deste objetivo, o Instituto manterá, além das aulas de ensino primário, um Curso Profissional de trabalhos domésticos que constará da

aprendizagem de costura, corte, prenda, lavagem de roupa, engomado, arte culinária, confeitaria e pastelaria.

Especializadas nestes serviços indispensáveis a existência, nos dias difíceis que correm, receberão as alunas, alfim, um diploma, que atestará sua competência.

[...]

As aprendizes e operárias trabalham e estudam sob a direção das Filhas do Coração Imaculado de Maria, religiosas devotadíssimas ao mister de encaminhar para a religião, a Família e a Pátria as gerações novas.

O estabelecimento desvelar-se por incutir o amor ao Brasil comemorando festivamente as grandes datas cívicas.

[...]

O pastor da Igreja Metropolitana faz jús á gratidão dos nossos lares, por lhes proporcionar favor tão meritório e oportuno.

As classes necessitadas, sobretudo, obterão conhecimentos capazes de lhes facultar mais amplos recursos com que possam adquirir os meios de subsistência. (O Nordeste, 17 abr. 1944, p. 3)

O Instituto é regido pelo estatuto, disponível no Diário Oficial do Estado (DOE), onde os artigos e as alíneas descrevem as regulamentações trazidas acima na matéria. O artigo primeiro traz a data da fundação, dia 7 de abril de 1943 (Diário Oficial do Estado, 21 abr. 1944). O nome do Instituto, conforme descrito no estatuto, faz referência ao padroeiro das operárias. Configura-se, assim, o campo do trabalhismo destinado às mulheres sob as “bênçãos” da Igreja e do Estado.

O intuito educativo do órgão revela um período de ascendência da neocristandade. Esse novo modelo cristão foi resultado das reformas internas da Igreja, preocupada em atrair a participação da sociedade. As novas práticas se diferenciavam das práticas pastorais anteriores por realizar trabalhos no âmbito da educação (Mainwaring, 2004). As atitudes das pastorais eram mais vigorosas nesse período de Vargas, revelando práticas assistenciais específicas para cada subgrupo.

O direcionamento do Instituto à mulher denota várias questões ligadas à moralidade e ao papel da dona de casa nesse período. Era comum a Igreja destinar tempo e recursos a cursos para senhoras que visavam ajudar na economia doméstica. A matéria chama a atenção para a importância de ter um ofício nos *dias difíceis que correm*. O que pode ser entendido pelo alto custo de vida e pela crise provocada pela Guerra, dessa forma as mulheres podiam complementar a renda familiar. Nesse sentido, as páginas do *O Nordeste* tinham espaço dedicado à dona de casa, com ensinamentos pautados pela moral, orientando posturas e orçamentos para o lar, resultando numa administração doméstica. Era o matriarcado doméstico agindo na sociedade patriarcal.

De acordo com Michelle Perrot, as questões que tangem a mulher e a economia doméstica se tornaram mais comuns durante o século XX. Para a autora, isso é explicado

pelo advento da eletricidade, quando a empresa doméstica ganhou espaço e a mulher se tornou uma “engenheira” no comando de atividades, envolvendo a cozinha e outras artes (Perrot, 2017). Para Marylu Viana Oliveira,

A Igreja Católica pautava de forma bem nítida o papel central do trabalho destinado ao homem, que deveria cumprir com sua missão de provedor do lar, contudo, em razão da crise e da carestia vivida naqueles anos, a Igreja acionava a mulher e sua força extra na complementação da renda doméstica (Oliveira, 2016, p. 410).

Conforme Oliveira (2016), a Igreja tinha função essencial no controle e na emancipação da mulher, porém era preciso ativar esse poder para contornar posições econômicas, ocasionadas por crises originadas na década de 1940. Essa força da mulher era diluída por discursos clericais que reforçavam o papel de cada sexo e reafirmavam o poder da figura masculina.

Outro fator importante, tratado na matéria, é a questão de o espaço servir como ponto de acolhimento para as datas festivas, consideradas cívicas. As entidades católicas passaram a conquistar dimensões simbólicas, ocupadas pelo chefe de estado, em comemorações onde a figura carismática do presidente permitia compartilhar seu espaço com sacerdotes numa estreita associação: “Assim, em variados momentos, Vargas aparece ao lado de representantes da Igreja Católica, enquanto estes também estavam presentes em comemorações oficiais do Estado brasileiro” (Chagas, 2020, p. 55). A Igreja firmava a sua posição junto ao Estado nos diversos campos da sociedade, inclusive no político.

Essa associação Igreja e Estado repercutia em obras do governo de todas as esferas. As vilas de Fortaleza foram resultado não só de um discurso populista, mas de reivindicações das massas, especialmente da classe operária. Essa percepção se fez com algumas matérias encontradas no *O Nordeste*, contendo apelos da classe por medidas sociais. Ao longo do período estadonovista, podemos encontrar obras sociais que atendiam a setores da educação, formativos, sociais, habitacionais, de saúde e de outros departamentos, como o de amparo e o sanitário (*O Nordeste*, 1939-1945). Contudo, não pretendemos listar ou nos aprofundar em um tipo assistencial. O que propomos é analisar como o Estado e a Igreja se alinhavam e se completavam nas diversas ações práticas do trabalhismo.

Diante do exposto, selecionamos uma realização com maior destaque para o trabalhismo do governo local. Analisamos a atuação do interventor Menezes Pimentel na esfera dos direitos trabalhistas, com a criação do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC), fundado em 10 de novembro de 1938. O IPEC foi pensado em substituição à

Associação dos Funcionários Públicos do Ceará e tinha por objetivo dar assistência aos servidores do Estado e do Município no que diz respeito à previdência e a saúde (Almanaque do Ceará, 1942). O custeio do IPEC era obtido por três fontes, conforme decreto estadual nº 390/38:

A primeira se refere às contribuições dos beneficiários, com alíquota de 3% a 7% sobre as remunerações mensais, denominada taxa de assistência social. A segunda se trata va das contribuições das entidades empregadoras, com alíquota máxima de 15% da dotação do pessoal inscrito no IPEC. E a taxa de assistência social, com percentual de 3% sobre: a) os valores arrecadados nas vendas de mercadorias, na indústria e nas profissões do Estado; e b) os valores arrecadados das profissões e do predial urbano nos municípios. As bases de cálculo se encontravam regulamentadas nos arts. 11 e 14-21 (Braga *et al*, 2020, p. 125).

Narlon Gutierre Nogueira, em estudos que contribuíram para a Secretaria de Política de Previdência Social, diz que a noção de *paternalismo*, conforme alguns autores, deve ser relativizada. Isso porque, muitas vezes, as políticas sociais referentes a questões previdenciárias são vistas como formas de cooptar ou controlar um grupo social ou desarticular um grupo organizado de trabalho. Dessa forma, descortinamos o processo de luta que provocou a consolidação dos direitos da crasse trabalhista. Passamos a encarar o paternalismo não como doação ou entrega de leis trabalhistas, mas como resultado das pressões exercidas, consideradas todas as formas de resistência e reivindicação por parte dessa classe (Nogueira, 2012). Nogueira pondera duas visões complementares ou associativas entre si, citando Amélia Cohn:

É exatamente esse duplo caráter da previdência social - elemento de resposta a reivindicações pré-existentes e ao mesmo tempo mecanismo de controle - que permite entender a natureza diferenciada do processo de criação e sobretudo atuação dos diferentes institutos durante todo o decorrer de sua história (Cohn apud Nogueira, 2012, p. 39).

A proposta de observar a previdência local se insere na política de retorno de uma luta por condições após tempo de serviço. O autor aponta que, ao passo que a previdência atende a uma conquista, ela pode ser instrumento de controle social. Isso pode ser verificado nas atividades assistenciais que atuam em diferentes locais com autonomia.

Elucidamos algumas questões previdenciárias em nível federal e apresentamos, de forma breve, a criação e o documento que regula a previdência no Ceará, a fim de esclarecer o funcionamento desse regime social. Nesse sentido, procuramos mostrar as relações existentes

entre o Estado e a sociedade, principalmente seu público beneficiado, com o propósito de revelar a larga abrangência da política trabalhista.

Após esboçar a formulação e criação que estrutura o plano de previdência, entendemos esse órgão como resultado de anseios e pressões sociais. Podemos pensar que o IPEC seja fruto de uma coalizão de planejamento da política trabalhista local, como também um direito adquirido pelos servidores públicos estaduais e municipais. Entretanto, não podemos desconsiderar os possíveis arranjos firmados entre os empregadores e o interventor Pimentel.

Podemos observar como o IPEC materializava a política assistencialista por meio de duas realizações: uma no setor habitacional, outra na área da saúde. O duplo projeto de âmbito estadual compunha uma teia de benefícios sociais. Trata-se da Vila, que recebeu o nome do interventor local, e do sanatório, que fornecia um amplo amparo de saúde. O empreendimento inaugurado consistia em uma espécie de complexo, por compreender diferentes ramos que beneficiariam servidores públicos em geral. À frente da presidência do Instituto estava Plácido Castelo, que recebia homenagens por realizar “obra social de longo alcance” (O Nordeste, 3 jun. 1941).

A inauguração do complexo Vila-sanatório contou com a presença do monsenhor Otávio de Castro, vigário geral de Fortaleza. Como líder espiritual, representava o arcebispo metropolitano daquela região na época, D. Manoel da Silva Gomes (O Nordeste, 3 jun. 1941). Em breve adendo, esclarecemos sobre a administração da arquidiocese de Fortaleza. Sempre que se fazia necessário, o vigário Otávio de Castro representava Dom Manoel, que, logo após seu regresso da Bahia, anunciou a sua renúncia à função eclesiástica, em 6 de junho de 1941 (O Nordeste, 7 jun. 1941).

Era comum que as inaugurações de realizações políticas contassem com a benção do sacerdote. As práticas religiosas em projetos de governo simbolizavam o bom funcionamento e a paz do ambiente. A representação da Igreja pelo vigário, por sua vez, demonstrava a aliança com as forças do governo. Esses eventos expressam influência da Igreja em ritos de cerimônia política, confirmando a estreita ligação mantida entre os sacerdotes e as *altas autoridades civis e militares* locais.

A matéria que trata da publicação das obras adquiridas pelo Instituto de Previdência do Ceará ganhou duas páginas no *O Nordeste*. Com título em destaque - *Em defesa dos seus associados* - a publicação recebe um subtítulo que define em poucas palavras o significado da obra: *O Instituto de Previdência do Estado do Ceará adquiriu o sanatório de Messejana – O notável empreendimento e suas vantagens moral e econômica – As novas instalações foram*

inauguradas à 26 de maio último – Discurso de dr. Plácido Castelo (O Nordeste, 3 jun. 1941).

A publicação trata dos empreendimentos na área da legislação social que vinham sendo executados em nível federal. O título da matéria dá destaque somente ao sanatório, porém, em seu desenvolvimento, as realizações são especificadas em seus respectivos ramos. Plácido Castelo, fundador e presidente do IPEC, projetava havia algum tempo a realização do sanatório. As parcerias políticas entre governo estadual, municipal e Instituto de previdência custearam a construção da Vila.

Diante disso, analisaremos, primeiro, o processo de construção da Vila. O empreendimento habitacional consistia na construção de casas para os associados e disponibilizava, aos interessados, a sua forma de aquisição. A “Vila Menezes Pimentel” oferecia 14 casas, situadas no bairro da Aldeota, na avenida Rui Barbosa. As casas estavam categorizadas em três diferentes dimensões: 2 casas grandes; 6 casas medianas e 6 casas menores. Para a aquisição da habitação, o IPEC emprestava dinheiro com baixos juros e parcelamento do pagamento, amortizando a dívida total. A matéria também trata de uma futura construção de 51 casas para venda aos associados, situadas no mesmo bairro (O Nordeste, 3 jun. 1941).

O discurso acerca das construções das casas misturava simbolismos quando se referia aos imóveis como “valor inestimável”, transformando a materialidade do valor financiado e a ser pago pelo trabalhador em habitação cujo valor econômico parecia ser pequeno diante do destaque que ganhou a construção pelo jornal. Pronunciamentos assim faziam parte de um plano de governo que, assim como na esfera federal, via no governo estadual uma réplica intencional do discurso trabalhista.

Nesse sentido, os discursos das habitações soavam como pura doação dos direitos, secundarizando o custo real do imóvel, sem questionar o processo de cidadania e de luta da classe (Konrad, 2003). Isto pode ser explicado pela ideia de formação de uma identidade coletiva, onde prática discursiva se reveste de uma fala que nega as desigualdades e enfatiza somente as tradições solidárias, materializadas em obras sociais previstas em legislação (Gomes, 2005).

O jornal defende as políticas sociais desenvolvidas no Ceará. Ressaltando as obras e as ações feitas pelo IPEC, o jornal aponta que, com quase 3 anos de fundação, o Instituto desenvolveu importantes ações práticas e desempenhou firme influência nos direitos

previdenciários dos servidores desse estado. O pronunciamento de Plácido Castelo ³³ sobre o sanatório revelava um discurso permeado por questões sociais que eram assistidas pela previdência do Ceará, indicando que “talvez seja esse o primeiro Instituto de Previdência do Brasil que dará uma assistência racional e pronta aos seus assegurados afastados do serviço” (O Nordeste, 3 jun. 1941).

Discorrendo sobre a importância do sanatório, o sr. Plácido Castelo mostra os casos de doença que mais afetavam o Ceará e explica como o IPEC atuou nessas moléstias. Reunimos alguns trechos do discurso, a fim de verificar o contexto político e a importância do sanatório para esse estado:

Compreendeu ele [o IPEC] que um funcionário, muitas vezes com parcos vencimentos e em consequência, com uma falta quase absoluta de recursos precisos, não poderia tratar-se nem clínica nem moralmente.

[...]

Estes os motivos por que consideramos essa aquisição do Instituto de Previdência como empreendimento do atual governo que, de certo, ficará gravado no livro de ouro do nosso sempre crescente progresso (O Nordeste, 3 jun. 1941).

Todavia, antes de inserir seu discurso no campo social, é preciso perceber que as questões políticas estão atreladas a um projeto trabalhista de governo. Observamos, em nota, que Plácido Castelo seguiu carreira política, sendo o próximo prefeito de Fortaleza. Dessa forma, é necessário considerar as intenções embutidas no seu pronunciamento, quando evoca uma realização durante a sua direção no Instituto. A ênfase dada aos projetos realizados pelo Instituto de Previdência do Ceará inaugurava mais uma vertente trabalhista de um órgão, cujo papel social tinha por natureza promover a assistência aos idosos e doentes.

Podemos adequar a assistência médica prestada pelo Instituto de Previdência à *lógica bilateral*. De acordo com essa lógica, é possível perceber que a ideia do doar e receber funciona como um ciclo que se fecha com o retribuir da classe que trabalha (Gomes, 2005). A doação de serviços prestados ao povo é recebida em forma de bem-estar e proteção. Dessa forma, o círculo se comunga no eterno ato de retribuição pelos feitos prestados. Assim, é criado um vínculo sagrado, nas relações políticas de governo, entre o chefe de Estado e o

³³ Plácido Aderaldo Castelo, formado pela Faculdade de Direito do Ceará, exerceu carreira jornalística em alguns jornais, incluindo *O Nordeste*. Atuou na docência na faculdade de Ciências Econômicas da UFC e catedrático de História Administrativa do Ceará e do Brasil, na Escola de Administração Pública. Foi deputado constituinte em 1935, elegeu-se deputado estadual pelos mandatos de 1951 (suplência), 1955, 1959 (suplência) e 1963. Foi prefeito de Fortaleza em 1945. Elegeu-se governador do estado do Ceará entre 1966 e 1970. Quando deputado realizou diversas obras ligadas saúde, planejamento e obras. Disponível em: <https://centrodememoria.sefaz.ce.gov.br/secretarios/placido-aderaldo-castelo/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

trabalhador, ao mesmo tempo que, em escala local, é comum que o governo crie laços paternos capazes de perdurar no imaginário popular.

A ação, tratada como inaugural e fundamental por esse estado, faz parte do discurso que habitava no plano nacional e se irradiava por diferentes esferas de poder, visto que a legislação nacional foi incorporando, em seu bojo, garantias sociais voltadas para grupos específicos de trabalhadores, compreendendo os casos de invalidez, aposentadoria e doença. Essas questões passaram a ser tratadas como justiça social, recebendo a atenção do governo (Gomes, 2005).

A análise dos empreendimentos, vila e sanatório, evidencia que estes representavam o pacto coletivo, destinado à “pessoa coletiva”. De acordo com Ângela de Castro Gomes, esse pacto coletivo é explicado como “obrigação que se estrutura não apenas em função de uma lógica material de interesses individuais, mas em termos de uma lógica coletiva eminentemente simbólica” (Gomes, 2005, p. 228). Dessa forma, embora alinhado com o governo federal, o Ceará dava passos sólidos e abria seu trabalhismo próprio, mantendo as alianças com as esferas de governo.

Buscamos mostrar o trabalhismo em suas várias vertentes, seja em atividades pastorais, verificadas aqui na forma de visitas, cursos, oficinas; seja nas ações políticas de governo com realizações na área da previdência, da habitação e saúde. Diante dessas facetas, tal movimento se insere “por meio da força do trabalho e do cotidiano dos trabalhadores” (Oliveira, 2016, p. 61). No Ceará, os trabalhadores, ao receber assistência, principalmente por parte da Igreja, retribuía o carisma e a *obrigação moral*, firmando o pacto de recebimento. Dessa forma, a Igreja fortalecia esse pacto por meio do discurso social, e os trabalhistas pareciam aproveitar o afrouxamento da postura conservadora dessa instituição religiosa.

4.3 (Des)continuidades política e religiosa ao fim do Estado Novo: o trabalhismo em questão

Em 1945, o governo de Vargas atingiu o esgotamento político, motivado, entre vários fatores, pela contraditória posição do Brasil em meio à Guerra, manifestando, externamente, apoio ao regime democrático, enquanto, internamente, mantinha governança autoritária. Por essa razão, o presidente inicia o plano de regulamentação do processo democrático, procurando estabelecer novos arranjos políticos para permanecer no poder (Capelato, 2019).

O enfraquecimento do regime resultou em greves em várias cidades do Brasil, muitas delas organizadas de forma autônoma por comissões de fábrica, fora das estruturas sindicais tradicionais. Também surgiram movimentos contra a alta de preços. A política trabalhista de Vargas gerou intranquilidade junto à classe dominante. Em vista disso, a crescente oposição liberal, diante da aproximação do presidente às massas, viu, na fragilidade econômica da escalada dos preços que atingia a classe trabalhadora, espaço de combate político contra o regime (Corsi, 2013). O último ano do regime é marcado por mobilizações político-partidárias e de sucessão presidencial, que responderiam ao seu desempenho de governo, sobretudo na questão trabalhista. O clima era favorável à candidatura de Vargas por via do *queremismo* (Gomes; D'Araújo, 1987). O movimento em questão atuou como porta-voz do governo, ecoando o êxito do trabalhismo (Macedo, 2012).

A questão política era complexa, pois já não eram mais previsíveis os resultados de outrora (Barbalho, 2021). Como disse Fernando Limongi, “as eleições de 1945, contudo, marcaram uma ruptura fundamental na história política do país. “A queda do Estado Novo” marca o início de nossa primeira experiência democrática (Limongi, 2015, p. 373). O processo dessa ruptura provocou pontos de tensão entre os governos locais, os impressos e, sobretudo, a Igreja.

Procuramos acompanhar a configuração política que se formou diante da Constituinte que previa eleições democráticas para o ano de 1945. Paralelamente, traçamos as questões partidárias que se sucederam no âmbito nacional e cearense. Dessa forma, foi possível compreender o trabalhismo após a saída de Getúlio Vargas sob a ótica do Estado e da Igreja, analisando como essa corrente política e social evoluiu e interagiu nesses dois contextos

No plano nacional, após anunciada a Lei Eleitoral, surgiram, inicialmente, dois partidos. A formação dos partidos criou um clima de expectativa para as eleições do senado, da câmara e da presidência. O primeiro partido era a União Democrática Nacional (UDN), formada pela oposição ao governo. O segundo era o Partido Social Democrático (PSD), formado pelas interventorias do presidente, reconhecidas por práticas clientelistas e trabalhistas, cujo propósito era fazer a transição do governo. Em seguida, foi criado o Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB). Os dois últimos partidos carregavam marcas do getulismo, diferentemente da UDN (Gomes; D'Araújo, 1987). É importante notar que “até 1945, o país não apresentara um *partido moderno* ou de massas, mas existiam *partidos notáveis*, restritos às elites e líderes partidários” (Machado Neto, 2010, p. 23).

Diante do quadro partidário acima, faz-se importante reconhecer que a formação dos partidos não surgiu a partir das necessidades das classes, mas ainda se orientava pela composição de elites, muito próximo à elite agrária de outrora. É relevante observar que, até o ano de 1945, o país não tinha experimentado a presença de um partido moderno ou de alcance popular, mas parecia tratar de interesses de favorecimento próprio, formando correntes getulistas e antigetulistas.

Enquanto isso, no Ceará, a reativação do Tribunal Regional Eleitoral, em Fortaleza, em junho de 1945, indicava o restabelecimento das instituições democráticas e a retomada do processo eleitoral na cidade. A formação dos partidos e dos discursos de diferentes esferas tomaram o cenário político do período. No geral, a formação dos partidos políticos no Ceará seguiu a mesma tendência do restante do país.

O grupo que estava no poder desse estado, representado pelo PSD, tinha apoio do interventor, bem como dos líderes políticos locais e seus aliados. O PSD tinha como líder o interventor Menezes Pimentel. No início da formação dos partidos, essa corrente estava mais fortalecida, já que havia herdado a estrutura política estabelecida durante o período do Estado Novo. Não demorou muito para que essa estrutura desmoronasse, devido à demissão de prefeitos e delegados municipais pelo novo interventor, Beni Carvalho. Dessa forma, o cenário político local ficava mais fragilizado, contribuindo para o fortalecimento da oposição, representada pela UDN (Ribeiro, 1981).

O jornal *O Nordeste* anunciou o novo interventor do estado, o sucessor de Pimentel, Sr. Beni Carvalho, que, em 31 de outubro, assumiu a interventoria do Ceará e prometeu fazer uma administração de consagração geral do Estado, evitando arranjos políticos. A demissão de prefeitos e delegados municipais pelo interventor representou um rompimento na estrutura política existente, impactando negativamente na direção da coesão e do poder da situação. Isso abriu espaço para que a oposição, especialmente a UDN, pudesse ganhar força e influência. Nesse sentido, no que diz respeito à política assistencialista, instalou-se, com a redemocratização, um ambiente propício para discussões sobre políticas trabalhistas e direitos dos trabalhadores, o que se deu já nos discursos feitos à época. A intenção partidária pode ser vista na campanha política da oposição, representada pela UDN. Esse partido, formado por aqueles que se opunham ao regime do Estado Novo, promoveu um discurso que incluía o planejamento emergencial. Nota-se que, embora não fossem concretizadas as propostas de campanha, importava ver a política assistencial presente no discurso para as massas (Ribeiro, 1981).

No Ceará, as questões ideológicas estavam imbricadas na conjuntura da Grande Guerra. O jornal *O Nordeste* anunciava a organização de uma parada, pelos trabalhadores, em comemoração à derrota da Alemanha Nazista em 5 de maio. Com as manchetes “todo mundo vibra em entusiasmo” e os “sinos repicarão em Fortaleza”, foi feito o grande anúncio da rendição da Alemanha, quando todos os sinos das igrejas de Fortaleza “repicaram” (*O Nordeste*, 07 mai. 1945). A Igreja se lançava contra a investida comunista em Fortaleza, intensificando, assim, o combate desses ideais pela Igreja.

Os avanços comunistas em Fortaleza ocorreram no formato de reuniões e de propagandas distribuídas em panfletos, que, segundo *O Nordeste*, eram feitos por crianças. Essas reuniões provocavam tensão e longos debates nas páginas do referido impresso. Nesse sentido, ao cruzar os estudos de Lima Neto (2005) com o jornal, é possível verificar as ações que se concretizavam, no meio católico e no operário, e perceber que, de imediato, era feita a contraofensiva a esses avanços. Para Lima Neto, além do impresso católico partir “para o confronto declarado com os comunistas”, o mesmo jornal apresentava contradições aos leitores:

Ao publicar as matérias sobre a “reunião secreta” dos fascistas cearenses, além de procurar mostrar a visão dos seguidores de Mussolini e Franco, no que diz respeito à classe trabalhadora, OD (O Democrata) provocava a reflexão em torno da participação da Igreja e do jornal (*O Nordeste*) junto aos operários. O impresso comunista revelou a posição contraditória assumida pelos católicos, bem como as ligações dos fascistas com o projeto político e teológico da igreja (Lima Neto, 2005, p. 118).

A contradição de que trata a denúncia refere-se ao fato de que jornalistas do *O Nordeste* haviam participado de reunião integralista, ao mesmo tempo que mostravam uma posição alinhada ao trabalhador e suas causas trabalhistas. Contudo, a denúncia parte do entendimento de que apenas os comunistas tinham interesse pelos operários, o que pode ser questionável, já que o jornal católico apresentava vasta publicação de causa operária.

Para Lima Neto (2016), o jornal conservador “buscava fazer aproximação com a classe trabalhadora para neutralizar as atividades dos comunistas em sindicatos, associações e outras entidades de classe” (Lima Neto, 2016, p. 155). Segundo *O Nordeste*, essa aproximação era um dos “pontos de contacto entre o comunismo e a Doutrina Social da Igreja católica” (*O Nordeste*, 15 jun. 1945, p. 4). O jornal justifica essa aproximação porque ambos enfatizam a importância da justiça social, da solidariedade, da proteção dos direitos dos trabalhadores e da distribuição equitativa dos recursos.

Contudo, os discursos de estratégia política dos líderes comunistas, evocando os católicos, incomodavam a Igreja. Essa evocação se fazia em forma de “compromisso ou cumplicidade secretas”. Essa forma de fazer política, de acordo com o jornal, contradizia os princípios católicos. Os chamados compromissos secretos eram as reuniões ou acordos que podiam ser estabelecidos no sentido de construir estratégias de atuação política e formas de disseminação de ideias comunistas. O jornal fazia referência ao discurso de Luiz Carlos Prestes, que ganhou notoriedade nas suas propostas de candidatura a senador pelo PCB, em 1945.

Prestes utilizava, como estratégia, o termo “a política da mão estendida” (O Nordeste, 15 jun. 1945). De acordo com o jornal, o termo era utilizado em apoio aos católicos, trabalhadores e camponeses. Com essa abordagem, Prestes visava construir alianças que pudessem fortalecer a influência política do partido e permitir a promoção de suas ideias dentro do sistema democrático, o que simbolizava a disposição do candidato e do PCB em buscar entendimento e cooperação com outras forças políticas, mesmo que tivessem diferenças ideológicas, como ocorreu com a ala conservadora católica.

Alguns partidos priorizavam as classes sociais menos favorecidas. Embora a formação do partido udenista remetesse às elites, aos militares e não recebesse o apoio do proletariado, representado pela corrente do queremismo, é preciso entender que o discurso fazia parte do plano de campanha, a saber, dar continuidade àquela política que recebeu apoio das massas.

Nessa perspectiva, citamos o discurso do brigadeiro Eduardo Gomes, na praça Fernandes Vieira, em Fortaleza. O candidato à presidência da UDN, que estava acompanhado pelo presidente do partido no Ceará, o Dr. Fernandes Távora, abordou os “problemas regionais, sobretudo da seca” (O Nordeste, 12 nov. 1945). Portanto, as coligações e legendas construíram as propostas que, embora não nascessem de uma situação específica das massas, poderiam se ancorar em problemas do cenário político e social.

Diante disso, observamos o processo de formação dos partidos em Fortaleza como uma busca por políticas que atendessem às necessidades das classes sociais menos favorecidas. O discurso do brigadeiro Eduardo Gomes pode ter sido um exemplo desses esforços. Nesse ponto, elucidamos nosso interesse de pesquisa em entender como ficou o trabalho durante a campanha da redemocratização e com a saída do Vargas do poder. Nesse contexto, percebemos um ponto de política assistencial no discurso do candidato à presidência.

Embora tenha se confirmado o discurso de campanha às massas, *O Nordeste*, diante da matéria do comício de Eduardo Gomes, não cobriu nenhuma expressividade popular, no que diz respeito ao quantitativo ou à reação daqueles que assistiam, além de não ter abordado, em maior cobertura, as pautas do pronunciamento. Nesse sentido, *O Nordeste* manteve, em relação aos partidos PSD e UDN, uma certa neutralidade, mas, apesar de essa lógica ter sido mantida pelo arcebispo, o impresso deixou escapar alguma inclinação política ao final das eleições.

Em um primeiro momento, diante das formações partidárias como a UDN e o PSD, *O Nordeste* se colocou numa postura neutra. Chegado o resultado das eleições, todavia, o jornal declarou apoio ao fim do regime autoritário e comemorou a chegada do novo sistema político. Essa posição, embora não declare a inclinação partidária do jornal, deixava escapar que a democracia representava a vitória do povo.

De acordo com Limongi (2015), o número do eleitorado no Ceará ultrapassa a margem legal, chegando a 110,2% do seu potencial. Essas discrepâncias entre o potencial de eleitores e o número absoluto levantam a problemática da fraude eleitoral. Apesar da configuração eleitoral expressa pelo aumento dos votantes urbanos e pelo formato do voto secreto, ainda era comum o controle político sobre os eleitores.

A Igreja também fazia eleitores, e para ela, o voto não poderia ser dado para legendas de candidatos “inimigos”. Nesse sentido, havia uma clara orientação para católicos e trabalhadores para que observassem atentamente se, dentro da legenda, não havia representantes comunistas, alertando para “a consequência” do “sistema de representação proporcional” (*O Nordeste*, 17 ago. 1945). De acordo com esse sistema, a distribuição de assentos parlamentares baseava-se na proporção de votos obtidos pelos partidos políticos. Assim, os votos eram contados, e os assentos no parlamento, distribuídos, de acordo com a porcentagem de votos que cada partido recebeu.

Diante dos arranjos políticos que iam se formando em Fortaleza, a Igreja, representada pelo arcebispo, resolveu expor, em entrevista ao jornal *O Nordeste*, sua posição em relação aos candidatos. O intuito era desfazer a “exploração injustificável” sobre sua preferência ao candidato Eduardo Gomes. Em entrevista, D. Antônio declarou que “cada eleitor votará em quem julgar bem” (*O Nordeste*, 6 set. 1945).

Enquanto o líder religioso expunha sua posição de neutralidade diante dos candidatos à presidência, os chefes políticos locais declaravam apoio àqueles que correspondiam aos seus

interesses particulares. Menezes Pimentel declarou seu apoio ao candidato do presidente, Eurico Dutra, durante a convenção do PSD no Ceará. (O Nordeste, 13 nov. 1945).

Vargas, em 14 outubro de 1945, na ocasião de um almoço na Escola Técnica, discursou aconselhando “aos trabalhadores em geral, às classes e mesmo aos funcionários”, que votassem no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse encontro, apresentou algumas vantagens aos trabalhadores:

1º defender os trabalhadores das tentativas de absorção por parte de elementos extremistas; 2º evitar que os operários constituam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais, depois de eleitos pelos trabalhadores, saíssem dos compromissos para com eles assumidos; 3º que os trabalhadores devam ir às urnas, votar nos representantes tirados do seu seio, intérpretes das suas aspirações e 4º, que esses representantes farão valer suas opiniões para uma organização constitucional em bases verdadeiramente democráticas (O Nordeste, 15 out. 1945).

De acordo com Marylu Oliveira, a formação dos partidos do pós-1945 não emergiu de um apoio popular. De modo semelhante, rara foi a adesão dos trabalhadores a alguns partidos, como o PTB (Oliveira, 2016). No Ceará, a criação tardia do PTB não gerou grandes expectativas na classe trabalhista. Segundo Maria Sângela de Sousa Santos, embora, em nível nacional, o Partido Trabalhista Brasileiro tenha feito alianças sindicais, em âmbito local, as alianças se estabeleceram com outros segmentos sociais, tais como profissionais liberais e, inclusive, elites rurais (Sousa Santos, 2012).

O Partido parecia avançar e se consolidar mais entre homens de poder do que entre operários. Esse raciocínio é reforçado por Maria Celina Soares d’Araújo, afirmando que o PTB, em plano nacional:

Não foi a rigor um mecanismo de representação dos trabalhadores. Foi invadido por “políticos profissionais” e “proveitadores” e “nunca funcionou dentro dos objetivos para os quais foi criado”. Funcionou para servir de tamborete para alguns políticos [...]. Na realidade era uma colcha de retalhos, porque os operários não tinham assumido politicamente a sua vida (D’Araújo, 1996, p. 22-23).

Conforme a autora, o PTB, em vez de servir como um veículo genuíno para expressar os interesses e as preocupações dos trabalhadores, acabou funcionando para atender aos interesses pessoais de “políticos profissionais”. Esse desvio fez com que o partido não conseguisse operar dentro dos princípios que estavam originalmente estabelecidos quando foi fundado.

Verificamos, no jornal católico, a ausência de manifestações em adesão a candidatos e massivas participações em movimentos políticos, principalmente pela classe trabalhadora. Desse modo, não encontramos publicações de movimentação trabalhista em adesão às causas ou partidos presidenciais, considerando o “queremismo” e a transição no apoio entre o PSD e o PTB. Com isso, não se trata de desconsiderar as manifestações acerca das correntes políticas dos trabalhadores nesse ano eleitoral. Entendemos que *O Nordeste*, um jornal conservador e católico, mantivesse suas preferências partidárias, porém esboçava abertamente apenas a política anticomunista.

Em contrapartida, os movimentos religiosos tomavam as páginas do jornal. Os movimentos católicos ganharam autonomia e, neles, grupos ligados à hierarquia da Ação Católica assistiam aos trabalhadores com orientações e engajamentos em causas sociais. As ações se distribuía em setores hierárquicos, destacando-se a Associação Mariana, o Círculo Operário, a Juventude Feminina Católica e a acentuada atuação do Arcebispo.

As associações descritas acima protagonizaram congressos, que conseguiam reunir uma grande massa de católicos para tratar de temas de orientação anticomunista. Vários foram os tipos de movimento que se somaram a esse combate. Um exemplo a ser destacado aqui é a mostra anticomunista organizada pela associação Mariana, contendo objetos, documentos e cartas do movimento comunista. A exposição aconteceu em novembro, no “Departamento de Educação”, em Fortaleza, e contou com a ajuda da Juventude Católica. Oficialmente, 10 mil pessoas visitaram a exposição, com registros de presença de jovens comunistas (O Nordeste, 20 nov. 1945).

As ações promovidas pelo arcebispado eram amplamente divulgadas pela imprensa. A ideia era mostrar que a Igreja materializava as propostas sociais comunistas. A comparação entre o catolicismo e o comunismo encabeçava os títulos das matérias. Eram muitos os artifícios usados para combater a “doutrina vermelha” e, sempre que membros do PCB usavam argumentos que colocavam o catolicismo em xeque, este reagia validando as práticas de assistência e “beneficência” às massas, como mostra a publicação *As benemerências comunistas*:

Os corifeus do comunismo em nossa terra, atordoados com a belíssima campanha que o exmo. Sr. Arcebispo está realizando nos bairros pobres da cidade, espalhando Postos de assistência onde se distribuem remédios, alimentos, cuidados com a saúde e enfermagem, vieram a público dizer que isso somente se fazia por já ter sido iniciado pelos seguidores de Carlos Prestes.

A história é muito diferente, o que sucedeu é que, alarmado com a situação de abandono em que se encontrava a população pobre dos subúrbios em face de

estatísticas mandadas levantar para a realização da Semana da Ação Social, D. Antonio Lustosa resolveu levar até os lugares mais atingidos pela miséria, o socorro de que estavam necessitando, repetindo, mais uma vez, e de modo mais eficiente, a ação benfazeja do catolicismo.

Fossem os pobres esperar pelos “comitês” comunistas e ficariam no mesmo abandono em que vinham vivendo. Agora é o ponto de perguntar, onde estão os postos de assistência dos “comitês” de Prestes? (O Nordeste, 13 ago. 1945).

Verificamos a tentativa da Igreja de validar as obras de assistência frente à política comunista. O jornal destaca a ação beneficente e direta de Lustosa, enfatizando sua crença de que a ajuda através do catolicismo estava tendo um impacto positivo nas regiões afetadas pela pobreza. A matéria consegue atrelar a ação de D. Lustosa como prática de apoio às massas, na tentativa de desvalidar os discursos comunistas sobre a causa operária. Publicações que mostravam as realizações da Igreja eram estampadas nas colunas do jornal. Assim, o impresso procurava mostrar para a população que a pastoral estava preocupada em materializar o discurso religioso pautado na questão social, diferenciando-se, conforme o jornal, da assistência oferecida pelos comitês.

Para Rodrigo Patto Sá Motta, “as culturas políticas resultam da imbricação entre práticas e representações, e o olhar sensível a apenas uma das esferas é empobrecedor” (Motta, 2014, p. 34). Seguindo essa linha, a representação religiosa transcende símbolos, mitos e ritos. Ela combina sentimentos e tradições com que um grupo social passa a identificar-se e, mais que isso, ela mantém conexão com o mundo real. Assim, ao dialogar com o mundo social, a Igreja estabelece relação de interdependência entre a representação e as práticas. É em vista dessa frutífera relação que, no plano assistencialista, a Igreja se consolida como força política, possibilitando a disputa de trabalhadores propensos a se sensibilizar pelos movimentos da direita, papel ocupado, de forma generalizante, pela esquerda (Motta, 2014).

Em outro aspecto, nessas representações da Igreja, consideramos o fator medo e ódio ao avanço comunista, reforçando traços conservadores e autoritários no processo de redemocratização. Esses sentimentos, que se alimentavam da fé, podem ser concebidos como *preconceitos*, por configurarem um grupo que se contrapõe aos valores e ideias opostas. O combate da Igreja a setores ligados ao comunismo e a adeptos acabava dificultando a ação disseminadora do catolicismo popular, que se deu momentos depois (Farias, 2004).

Partindo das concepções tratadas, traçamos o panorama das ações no âmbito da educação e da formação, compostas por escolas populares fundadas e mantidas pela Arquidiocese de Fortaleza. O jornal listava as escolas construídas sob responsabilidade da

Igreja. Entre as 15 escolas apresentadas, citamos aquelas que têm relação com o ensino para adultos e trabalhadores. A escola Medalha Milagrosa, fundada em 1943, funcionava em turno noturno para adultos. Além dela, destacam-se o salão de costura, do Instituto São José, fundado em 1942, e a Escola São Francisco, que funcionava no turno da noite, fundada em 1943 (O Nordeste, 22 ago. 1945).

A aliança entre o Estado e a Igreja também era evidente no campo da educação. Por meio do acordo estabelecido entre a Igreja e o governo de Getúlio Vargas, a primeira conseguiu manter o controle sobre o sistema educacional e preservar sua posição como uma instituição religiosa privilegiada na sociedade. Esse acordo permitiu que a Igreja continuasse exercendo influência sobre o currículo e a administração das escolas, além de garantir seu status especial dentro da estrutura social (Mainwaring, 2004).

Ainda no âmbito das realizações para a educação, uma nota foi lançada, na coluna *O que há no Ceará*, acerca do trabalhismo realizado na zona rural. Nela, são destacadas as unidades de ensino concluídas até 1945, totalizando “180 escolas primárias, dois grupos escolares e uma escola normal rural” (O Nordeste, 23 ago. 1945).

De acordo com Marylu Oliveira, ao longo dos anos 1940, 1950 e 1960, observou-se, em várias e repetidas matérias, a reiteração dessa oposição entre a esfera cristã e o comunismo, presente em outros momentos ao longo do capítulo. Outras formas de relação com o universo político ocorriam bem mais tradicionalmente, a exemplo da solicitação de ajuda financeira para empreendimentos da Igreja e do beneficiamento de instituições católicas por verbas estaduais e federais, em especial para a manutenção de escolas religiosas (Oliveira, 2014).

Outro aspecto que precisa ser evidenciado é que, muito embora essa política do campo tenha se disseminado a partir de 1950 e 1960 (Oliveira, 2014), essa prática no Ceará foi notada em 1945. Esse ano marca o período de ascendência às práticas políticas rurais no Nordeste. Foram debatida as diretrizes para a atuação da Igreja nas áreas rurais, incluindo a disseminação de sua doutrina através da imprensa, incluindo educação ampla desde a alfabetização até a formação social, com atuação dos Círculos Operários (Porphirio, 2019). Entendemos que as políticas destinadas aos trabalhadores do campo demandam atenção específica da historiografia. Dimensionamos o quantitativo de obras realizadas no meio rural nesse período como forma de perceber as ações desenvolvidas Igreja.

Já as obras desenvolvidas no setor da assistência à saúde são atribuídas às realizações do arcebispado. Até o mês de agosto, foram inaugurados 10 prédios destinados à saúde. O

Padre Aluísio Ferreira Lima recebeu o cargo de inspetor dos postos por D. Lustosa. Cada unidade tinha como diretor técnico representantes das irmandades. Os postos estavam situados nos bairros: Tauape, Bairro Vermelho, Mucuripe, Matadouro Modelo, Porangabussu, Jacarecanga, Piedade, Santa Luzia, São Gerado e Arraial Moura Brasil (*O Nordeste*, 20 ago. 1945).

Ainda na dimensão católica, as visitas de D. Antonio Lustosa aos operários nas fábricas se mantiveram da segunda metade do ano de 1945 até o final de dezembro. Mantendo a regularidade da ação pastoral, o arcebispo prosseguia apresentando o trabalhismo aos operários. As visitas ocorriam semanal ou quinzenalmente, fazendo parte das visitas o cerimonial que incluía o discurso, feito pelo arcebispo, em apoio ao operário e com apelo ao anticomunismo, ou, outras vezes, as falas de um empregador e de um trabalhador eram ouvidas. No encerramento, era comum a distribuição de “santinhos” e a confraternização semelhante a um café da manhã (*O Nordeste*, 19 dez. 1945).

As disputas eleitorais não interferiram nas obras sacerdotais. Verificamos um fluxo de intensa atividade religiosa em Fortaleza. A polarização entre Igreja e comunismo estava mais delineada do que as próprias políticas partidárias. Não era possível presumir, pelas páginas do *O Nordeste*, como se revelariam as escolhas democráticas. Em vista disso, o resultado das eleições poderia funcionar como termômetro da política trabalhista, já que tanto Getúlio Vargas quanto o interventor local, Pimentel, declararam seu apoio político a candidatos para as eleições que viriam.

O dia da votação foi, segundo *O Nordeste*, tranquilo e “com comparecimento bem avultado em todas as secções” de eleitores. O sufrágio foi anunciado como “uma prova prática de democracia. Numa confraternização surpreendente, todas as classes sociais se confundiam perante as mesas receptoras de votos [...] desde os granfinos aos operários [...]” (*O Nordeste*, 3 dez. 1945). Numa postura favorável ao fim do regime autoritário, o jornal parecia vibrar com o ato democrático. Após as eleições do dia 2 de dezembro, o jornal católico fazia diariamente a cobertura do apurado das urnas (*O Nordeste*, 3 dez. 1945).

A publicação dos resultados da apuração em Fortaleza veio em 13 de dezembro de 1945. Para a presidência, “os votos recebidos pelos 3 candidatos à presidência da República, entrando os votos de Caucaia, que apurados na terceira Zona desta capital” apresentaram maioria para o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, com 21.352 votos; o candidato General Dutra, PSD, com 8.929 votos, bem próximo do candidato Yedo Fuíza, do PCB, com 8.813 votos. A matéria ressalta o resultado do candidato com maioria dos votos pelo partido UDN,

pois nem com a somatória dos votos dos outros dois candidatos se igualaria a votação. Para o senado, os mais votados foram Plínio Pompeu, com 17.508 votos, e Olavo Oliveira, com 15.721. Na Câmara Federal, a votação foi acirrada. Os votos por legenda dos partidos deram maioria para a UDN, com 12.462 votos, seguidos do PSD e PCB, apresentando respectivamente 9.202 e 9.184 votos cada partido (O Nordeste, 13 dez. 1945).

Posto isso, se, no âmbito nacional, a vitória do candidato presidencial era esperada, no Ceará não se podia dizer o mesmo. O resultado que deu maioria para o candidato da UDN, em urnas cearenses, podia ser explicado por via de estruturas partidárias, com organização de núcleo estadual e municipal, mas também não descartamos a preferência do eleitor por um candidato que representasse a mudança no sistema político, já que a vitória do brigadeiro configuraria uma quebra nessa estrutura que se formou no Estado Novo (Gomes; D^o Araújo, 1987).

Dessa forma, na tentativa de compreender a derrota de Eurico Dutra, em esfera local, é preciso considerar as variantes de um sistema eleitoral com vícios de uma velha política. Ainda assim, não se descarta a possibilidade de interrogar-se acerca do trabalhismo oficial de Vargas. Se a alcunha do Brigadeiro como político dos granfinos era concretizada na visão dos trabalhadores, como pode ser explicado o caso do Ceará dar maioria para o udenista Eduardo Gomes (Macedo, 2008)?

Nessa lógica encaminhamo-nos para outra questão. O trabalhismo cristão dividia espaço com outras políticas de aproximação com a classe trabalhadora. O combate da Igreja, em todos os formatos, não inibiu o povo de manifestar o voto. Diante desse resultado, entendemos o clima de expectativas que habitava a população. Não temos a intenção de minimizar a política trabalhista de Vargas, mas é preciso considerar o poder de decisão das massas votantes e o novo formato de eleição que se constituiu nesse ano.

Outro fator que interessa é o perfil político ríspido do interventor Pimentel, dificultando o projeto carismático de aproximação aos trabalhadores. Sobre a política de 1945, Josênio Parente (2007) descreve esse cenário ao citar Haroldo Mota, referindo-se ao governo pimentelista:

O sertão ficou o tempo todo convulsionado pelas mortes de natureza política e favorecidas pela índole forte do governador: pessoa criteriosa, honesta, preparada, mas indiscutivelmente de temperamento exaltado e que transmitia para seus subordinados a exasperação do dia-a-dia (MOTA apud PARENTE, 2007, p. 388-389).

De alguma forma, a exclusão das massas, a carestia dos gêneros alimentícios, dos alugueis e das passagens, o uso da força policial e o silêncio às greves ampliaram o clima de tensão. As massas se apropriavam dos benefícios do regime, contudo não perderem de vista o poder de reivindicar com parcimônia a inclusão social e política (ARAÚJO, 2007). Essa situação, que perdurou durante todo o Estado Novo, pode ter influenciado os resultados das urnas não só para o candidato à presidência, mas também, com expressa votação, para os candidatos ao senado e ao governo federal.

Por fim, procuramos perceber, paralelamente à composição política ao fim do regime, a política assistencial da Igreja e seu vasto mecanismo de recristianização do trabalhador e das massas. Porém, como explicita bem o título, não definimos se a transição do Estado Novo à democracia é um projeto de continuidade ou ruptura política. Remetemos aos estudos defendidos por Limongi (2015) e Parente (2000) para um maior entendimento dessa questão.

Para Limongi (2015), a continuidade não faz sentido diante da perda do controle político de Vargas, que levou à queda do regime autoritário. Embora o queremismo de Vargas tenha se mostrado um forte movimento, que poderia soar como continuidade, é preciso considerar as rupturas que se deram durante o percurso. Sobre essas rupturas, é preciso considerar as mudanças provocadas pelas demissões em massa dos prefeitos, delegados municipais e do interventor que interferia na política trabalhista, além de reconhecer a força política comunista que dividia o cenário. É preciso considerar, também, a ruptura local, ocorrida depois das eleições estaduais e federais, onde candidatos de oposição foram eleitos em alguns estados.

Por outro lado, Josênio Parente (2000) defende que a permanência é aceita pelo fato de que as relações e a estrutura que se constituíram em 1945 mantiveram fortes traços característicos da Primeira República. Dessa forma, o controle dos votos e as fraudes ainda eram presentes. Talvez para que tivéssemos uma nova visão dos indícios de continuidades e rupturas, fosse necessário observar ações práticas das mudanças sociais e políticas ocorridas nas classes diversas, a começar pelos trabalhadores. Entender a assimilação e reinvenção que os trabalhadores faziam frente à lógica autoritária é reconhecer que houve luta e não conformismo (Ferreira, 2000). A importância de compreender como os trabalhadores reagiam diante de um sistema complexo de governo, marcado pelo autoritarismo, envolve também entender como se percebiam nessa lógica de regime.

Ao longo do ano de 1945, as ações assistencialistas no Ceará denotam o trabalhismo realizado pelo Estado e a Igreja. Durante esse período, a continuidade, percebida através das

ações assistencialistas, ficou mais a cargo da Igreja, que travou uma luta com metodologias e políticas próprias, muitas vezes de forma paralela, a partir do poder que o Estado lhe reservava.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato solitário de folhear páginas e páginas do jornal dito católico e conservador em busca de vestígios de resistência da classe trabalhadora não foi tarefa fácil. Lancei essa busca após me deparar com matéria de suposta reivindicação operária. Nessa jornada, eu me dispus a elucidar as hipóteses lançadas no início da pesquisa. Entre elas, estava lá a principal brecha que encabeçou a caminhada: um debate sobre a página operária do jornal *O Nordeste*. Será possível verificar um movimento contestatório do trabalhador nesses canais impressos reservados a eles?

Diante disso, enveredei inicialmente pelo campo das representações. Nessa veia temática obtive surpresas ao descortinar uma vasta fonte, proporcionando o avanço da pesquisa nas causas trabalhistas, mas, por outro lado, as representações em movimentos operários eram minguadas nesse jornal. Fazendo o contrabalanço e com contribuições de alguns conceitos históricos, foi possível, principalmente, entender que a voz que dava espaço aos trabalhadores nas colunas e páginas nem sempre era expressas por eles. E, mais que isso, poderia ser que a voz nem chegasse a grande parte desses trabalhadores. Isso pode ser percebido pela quase nula participação operária nas colunas ditas operárias.

A fertilidade da fonte, mencionada acima como surpresa obtida, possibilitou que uma parte da escrita criasse certa autonomia. Visto que as questões trabalhistas foram analisadas no formato individual, em que o trabalhador recorria à Junta Conciliadora para rever direitos negados, compreender esse processo e conhecer mais esse campo bibliográfico motivou a busca por mais elementos que condensassem a fonte principal que é *O Nordeste*. Essas fontes judiciais, que foram investigadas em órgão da Justiça de Fortaleza, contribuíram para elucidar a força do trabalhador diante do não reconhecimento pelo empregador frente à nova legislação. Dessa forma, a conservação local das lutas judiciais desperta para novas possibilidades de pesquisa nessa temática ainda pouco explorada no período do nosso recorte.

Para entender a posição ocupada pelo jornal, analisamos com minúcia os seus aspectos materiais. Assim, podemos compreender como as transformações tecnológicas e a crise, motivada especialmente pela Guerra, influenciaram na dinâmica política e econômica do impresso. Assim, entendemos que, se as mudanças editoriais da *Coluna Operária* ajudaram a explicar questões globais, a geopolítica e o plano de nacional de desenvolvimento de Vargas interferiram na constância da coluna e no conteúdo político e religioso. Outros fatores foram

considerados, como as matérias operárias de outros impressos que ameaçavam a hegemonia de assinaturas dessa imprensa.

O contexto nacional e local foi tecido a partir da fonte. A pesquisa revisitou o Estado Novo em pequenos recortes de programas sociais e políticos nas duas fases do governo. Assim, algumas formas de expressões características desse governo, como o *mito político*, serviram de processo análogo para compreender a construção simbólica política do local. Esse movimento acompanhado pelo jornal não deixou claro se havia de fato uma construção simbólica por parte dos trabalhadores ou do editorial do impresso.

Outros cenários políticos-religiosos locais, embora mencionados de forma superficial, contribuíram para entender o quão forte se tornou o Círculo Operário de Fortaleza e do Ceará. Na verdade, o movimento operário-religioso percorreu toda a pesquisa. Em alguns momentos de forma protagonizada e, em outros, de forma mais secundária, mas sempre reafirmando o seu poder participativo e autônomo diante dos movimentos da Igreja e das ações sociais que envolviam a classe trabalhadora e a família.

As matérias de orientação circulista ou assinadas por algum membro dessa associação puderam trazer uma maior aproximação das expressões políticas da classe que se representava. Pode também revelar maior clareza diante dos movimentos realizados por esses trabalhadores, esclarecendo e trazendo significados às falas diante da conjuntura política nacional. Sintetizando, podemos perceber que o apoio circulista recebido pela Igreja e pelo Estado permitia uma reciprocidade dessa associação nas realizações políticas, desde que houvesse um engajamento católico nessas ações de governo.

A trama que permitiu observar as tímidas participações dos trabalhadores nessa imprensa estava relacionada com a política trabalhista. O jornal em sua estrutura é permeado de mostras de ações da Igreja como instituição que assume o papel principal de assistir às massas em todos os departamentos sociais. As benesses realizadas pela religião católica foram recontadas desde a origem de sua Doutrina Social. A partir de várias pesquisas que serviram como aporte, podemos reconstruir o movimento da Igreja, utilizando novas fontes que possibilitaram acompanhar as expectativas e angústias clericais de Fortaleza.

A aliança entre Igreja e Estado observamo-la nas ações assistenciais. Com o mútuo apoio dessas instituições às massas e aos trabalhadores, no plano nacional, as realizações políticas-religiosas em esfera local estamparam as páginas do *O Nordeste* em parcerias variadas. Ora era possível ver as instituições Igreja-Estado em plena comunhão, ora a instituição católica parecia assumir o comando desse papel protetor. Em razão disso, a análise

da conjuntura nacional e do cenário político local no final de 1945 acabou colocando em xeque o trabalhismo de governo. O fim do Estado Novo não abalou os editoriais do *O Nordeste*. Ainda no fim dele, algumas manifestações em formato de greve começavam a aparecer nas colunas.

Em síntese, a Igreja não tinha preferência por candidato, ela precisava de alianças para concretizar o trabalhismo cristão dela. Afinal, o Estado Novo era sem dúvida o campo ideal para a disseminação das atividades pastorais. O carisma do líder religioso da arquidiocese, D. Antonio Lustosa, possibilitou que as realizações clericais ecoassem nas fábricas e nos diversos meios midiáticos, consolidando no imaginário operário o projeto do catolicismo popular.

Além da atuação do arcebispo, a Igreja disseminou o projeto de neocristandade por meio uma organizada estrutura hierárquica, formada por associações da Ação Católica que atuavam em setores direcionados e com ações específicas. As organizações religiosas em maior ou menor grau tiveram um papel importante no meio operário nesse período. Entre essas associações destacamos a Juventude Feminina Católica, a Juventude Operária Católica e, especialmente, o Círculo Operário de Fortaleza. O Estado Novo funcionou como fértil incubadora de alguns movimentos religiosos, ganhando expressão no final da década de 1940.

Por fim, podemos dizer que revisitamos o Estado Novo por novas fontes. E apesar das lutas dos trabalhadores não serem evidenciadas em documentos católicos conservadores, compreendemos que o jornal, ainda assim, podia representar a ala conservadora da classe trabalhadora. Todavia, havia uma representação, mesmo que não fosse homogênea, já que era parte dessa categoria. Pois, não ser operário da esquerda não diminui o valor da classe nem tampouco cessa a luta por direitos.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

Anuário Estatístico Brasileiro (AEB) (1938-1945)
Inventário de reclamações trabalhistas: fundo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (1938 – 1994)
O Nordeste (1937-1945)
O Unitário (1938)
Diário Oficial do Estado (21 abr. 1944)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Luciano. O design gráfico da infografia noticiosa na comunicação da marca editorial-jornalística. Dissertação (Mestrado em Design e Expressão Gráfica) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 171. 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007, 256p.

ALMEIDA, Elvina Perpétua Ramos. **Letramentos em escritas de fé [manuscrito]:** as cartas dos devotos do Bom Jesus da Lapa. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 222. 2021.

ALVES, J. M. Entre as trincheiras da oposição: o trabalhismo varguista (1943-1945). 2002. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2002.

ALVES, M. M. **A Igreja e a política no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDRADE, M. **Onde moram os operários? Vilas operárias em Fortaleza: 1920–1945.** 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, 2002.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade:** Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007.

BARATA ZICMAN, R. História através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. Projeto história : revista do programa de estudos pós-graduados de história, [s. L.], v. 4, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BARBALHO, Alexandre. Deputados estaduais em tempos de competição eleitoral: trajetórias e recursos. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 57, n. 2, p. 151-163, mai./ago. 2021.

BARRETO, A. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os círculos operários. **Anos 90**, v. 5, n. 7, p. 127–147, 1997. DOI: 10.22456/1983-201X.6188. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6188>. Acesso em: 4 set. 2023.

BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Icaro. Padrões e mutualismo operário em Cachoeira na passagem entre os séculos XIX e XX: o caso das sociedades beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de maio. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 148. 2011.

BRAGA, Célia; SANTOS, Greyciane Passos dos; ARAÚJO, Laura Rochelle Pinheiro; CASTRO, Maria Ivanilza Fernandes de. Regime Próprio de Previdência Social: evolução normativa no Brasil e no Ceará. **Conhecer**, v. 10, n. 25, p. 112-142, 2020.

BRASIL. Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Coleção de Leis do Brasil, v. 2, p. 260, 1932.

BRASIL. Decreto nº 24.784, de 14 de julho de 1934. Aprova novo regulamento do Conselho Nacional do Trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, suplemento, p. 38, 14 jul. 1934.

CAMACHO, I. **Doutrina social da Igreja**. Abordagem histórica. Tradução de J. A. Ceschim. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

CAMPANA, Priscia. O mito da consolidação das leis trabalhistas como reprodução da *Carta Del Lavoro*. **Revista Jurídica – CCJ/FURB**, v. 12, n. 223, p. 44-62, jan./jun. 2008.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARDOSO, G. D. **Práticas letradas e a construção do mito civilizador: “luzes”, seca e abolicionismo em Fortaleza (1873-1904)**. Fortaleza: UECE/Museu do Ceará/SECULT, 2016.

CARVALHO, Francisco Gilmar Cavalcante de. Imprensa no Ceará - situação atual. In: MELLO, José Marques de; GALVÃO, Waldimas Nogueira (orgs.). **Jornalismo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes/USP, 1984. p. 67-80.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAGAS, R. V. B. C. **A Igreja Católica e o Estado Novo: memórias, direitos trabalhistas e pacto colaborativo (1937-1945)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2020.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e transformação do jornalismo*. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2023.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CORSI, F. L. Inflação e crescimento econômico: uma análise da política de Vargas ao final do Estado Novo. **História Econômica & História de Empresas**, v. 16, n. 2, p. 343-377, 2013.

COSTA, H. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, A. et al (org.). **Na luta por direitos** – leituras recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder: O PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DE FLEUR, M.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DUFFY, E. **Santos e pecadores: história dos papas**. São Paulo: Cosac & Naify, 1998. 328 p.

FARIA CRUZ, H. *No Averso das Comemorações: Memória, Historiografia e o Bicentenário da Imprensa*. História & Perspectivas. Uberlândia: 2008.

FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da Ordem: Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930 – 1945)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

FARIAS, D. D. Intolerância política: a luta católica contra o comunismo na cidade de São Paulo após a Segunda Guerra Mundial. **Fronteiras**, v. 8, n. 15, p. 59-71, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13490>. Acesso em: 4 set. 2023.

FEBVRE, Lucien. **Exame de Consciência de uma História e de um Historiador: Combates pela história**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1985.

FELÍCIO, G. C. V.; LUZ, C. E. O arranjo espacial e a história urbana de Cornélio Procópio – PR no decorrer do século XX: uma análise do local ao global. In: ARAÚJO, E. A.; SANTOS JÚNIOR, J. J. G. **História urbana e global: novas tendências e abordagens**. Fortaleza: EdUECE, 2018.

FORTES, A. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus: Revista de História**, Juíz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20165>. Acesso em: 4 set. 2023.

FORTES, Alexandre. Revendo a legalização dos sindicatos: Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). Em: FORTES, Alexandre (Org.). **Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 19-49, 1999.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, Trabalho e Cidadania no Brasil. **Trajetos. Revista de História UFC**, v. 1, n. 2, p. 25-49, 2002.

FURTADO, A. História da Faculdade de Direito do Ceará - de autoria do Dr. Raimundo Girão. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v.14, 2ª fase, 1986, p. 382-384. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28115>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GALVÃO, N. M. M. A ação da Igreja Católica e a sua presença entre os trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933). In: OLIVEIRA, C. F. (Org.). **História da saúde e das religiões**. Sobral: Sertão Cult, 2020.

GIRÃO, Raimundo. História da Faculdade de Direito do Ceará. Imprensa Universitária da UFC: Fortaleza, 1960.

GODINHO, Paula. A celebração como mecanismo de reiteração de uma cultura resistente: o caso do Couço (1958-1962). **Etnográfica**, Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social, v. 4, n. 1, p. 129-152, mai. 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N1/Vol_iv_N1_129-152.pdf. Acesso em 10 dez. 2022.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil 1917-1937**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

GOMES, A. M. C. **Cidadania e o direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Vargas, 1938

GOMES, A. M. C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: Dulce Pandolfi (Org.). **Repensando o Estado Novo**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999, v. 1, p. 53-72.

GOMES, A. M. C.; D'ARAÚJO, M. C. S. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

GOMES, Maria Adáíza Lima. **“O baluarte do decoro e da moralidade”**: o jornal O Nordeste e a sua atuação no combate aos maus costumes” (1922 – 1927). Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p. 185. 2015. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84454>. Acesso em: 11 ago. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990. LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIMA, Ana Cristina Pereira. Obreiros pacíficos: o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (Fortaleza, 1915 - 1931). 2009. 198f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-ce, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2843>. Acesso em: 19 abr. 2023.

LIMA, Janilson Rodrigues. Em defesa da fé e da família: intelectuais católicos e padrão comportamental em Fortaleza (1936-1941). (Dissertação de Mestrado em História). Fortaleza-CE: Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Mestrado Acadêmico em História, 2013. 148f. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/DISSERTACAO%20-%20EM%20DEFESA%20DA%20F%3%89%20E%20DA%20FAM%3%8DLIA.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

LIMA NETO, Ildelfonso Rodrigues. Escrita subversiva: O Democrata, 1946 – 1947 / Ildelfonso Rodrigues Lima Neto. – Fortaleza, 2006

LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 2, p.371-400, 2015.

LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. Um dia, muitas histórias...Trajetória e concepção do primeiro de maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo. Fortaleza: UFC, p. 111-112. 2006.

JANILSON RODRIGUES LIMA. A Liga Eleitoral Católica e a eleição de 1933 no Ceará: liga suprapartidária ou partido católico?. 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488335650_ARQUIVO_ARTIGO_ANP_UH_ALigaEleitoralCatolicaeaeleicoesde1933noCeara.pdf . Acesso em: 15 jun. 2023.

LIMA, Rafaela Ribeiro de. O CÍRCULO CATÓLICO DE PERNAMBUCO COMO UM DOS RESPONSÁVEIS PELA PROPAGAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL. In: IV Colóquio de História. Unicamp. 2010. Disponível: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.117.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés". São Paulo: Marco Zero, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes Históricas. PINSKY, Carla Bassanegi (org.). São Paulo: Contexto. 2008.

MACEDO, M. R. Recusa do passado, disputa no presente: esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2012.

MACEDO, M. R. Trabalhadores e cidadania no Brasil: o movimento queremista e a democratização de 1945. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2008.

MACHADO NETO, F. E. M. **Poder Executivo e Parlamentares [manuscrito]**: o caso do Ceará. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 304, 2004.

MANTOVANI, Denise Maria. QUEM AGENDA A MÍDIA: Um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010. UnB. Tese. 2014 <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/17179>. Acesso em: 6 jun. 2023.

MEIRELES JUNIOR, Cláudio Alcântara. Entrelaçamento entre autoritarismo e garantia de direitos sociais no governo de Getúlio Vargas (1937 – 1945): a questão social trabalhista no Estado Novo. 2016

MEIRELES JÚNIOR, Cláudio Alcântara. A Justiça do Trabalho no governo de Getúlio Vargas e suas peculiaridades estruturais: análise das reclamações trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza (1941-1946). Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 241. 2021.

MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: Estado, discursos e propagandas. **Hist. Ensino**, v. 3, p. 95-112, abr. 1997.

MONIZ, J. B. As falácias da secularização: análise das cinco críticas-tipo às teorias da secularização. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 36, p. 74-96, 2017.

MOTTA, F. C. P. Os pressupostos básicos de Schein e a fronteira entre a psicanálise e a cultura organizacional. In: Vida psíquica e organização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MOTTA, F. C. P.; FREITAS, M. E. (Org.). Vida psíquica e organização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MOTTA, R. P. S. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NEVES, F. DE C.. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 40, p. 107–129, 2001.

NUNES, F. G. C. A evolução da edição gráfica. **Solettras**, ano 10, n. 19, p. 45-54, São

Gonçalo: UERJ, 2010.

OLIVEIRA, J. H. C. **A justiça do trabalho no Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986.

OLIVEIRA, M. A. D. **Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2016.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **A construção dos direitos: trabalhadores, associações e a Legião Cearense do Trabalho (1931 - 1937)** / Eduardo Oliveira Parente. – 2020. Tese. UFC.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. **Trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe operária brasileira. Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora**. Tradução . Rio de Janeiro: Ufrj/Marco Zero, 1987. . Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Paoli_MCPM_9_771685_TrabalhadoresUrbanosNaFalaDosOutros.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

PARENTE, E. O. **A cidade dos pobres, a cidade dos turbulentos (Fortaleza, 1920-1935)**. In: ARAÚJO, E. A.; SANTOS JÚNIOR, J. J. (Orgs.). **História urbana e global: novas tendências e abordagens**. 1. ed. Fortaleza: EdUECE, p. 259-273, 2018.

PARENTE, E. O. **A construção dos direitos: trabalhadores, associações e a legião cearense do trabalho (1931-1937)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2020.

PARENTE, F. J. C. **O Ceará dos coronéis**. In: SOUZA, S. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 381-408, 2007.

PARGA, Francisca Rafaela. **“Contra a semente da desordem”: imprensa católica e fascismo a (1922-1930)**. (Dissertação de Mestrado em História). Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, 2012. 131f. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7715?mode=full>. Acesso em: 18 dez. 2022.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

PETERSEN, S. R. F. (1997). **Ainda o movimento operário como objeto historiográfico**. Anos 90, v.5, n.8, p. 62–78. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6195>. Acesso em: 04 mai. 2023.

PIERUCCI, A. F. **Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37., [s.p].

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, José Aloísio Martins. “Brasil soviético?! Nunca.”: anticomunismo e Estado autoritário no jornal católico “O Nordeste” (Fortaleza/CE, 1930 – 1945). (Tese de Doutorado em História). Assis-SP: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Programa de Pós-Graduação em História, 2012. 335f. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103154/pinto_jam_dr_assis.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 jun. 2022.

PORPHIRIO, M. F. C. „O Nordeste“ e a questão agrária: discursos de um periódico católico para o campo cearense (1961-1963). **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 1, n. 37, p. 46-69, jan-jun., 2019.

RENGEL, Simone Aparecida. “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS EM CRISTO” Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945). Florianópolis. 2009.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Modernidade no Brasil, Igreja católica, identidade nacional: práticas e estratégias intelectuais: 1889 -1930. (Dissertação de Mestrado em História), Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. 2009. 307f. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7062/1/arquivo3274_1.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

RIBEIRO, F. M. A redemocratização no Ceará de 1945 a 1947. 1981. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1981.

RODRIGUES, C. M. **A ordem**: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

SANTOS, Gilvan Vitor dos. O Círculo Operário Católico em Sergipe: práticas educativas e organização de cultura operária (1936 – 1969). 2011. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão-SE. 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4665>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. “Se todos os mezes houvesse um 19 de março, quem era que falava mais em comunismo”? O circulismo católico como fenômeno associativo no Noroeste do Ceará. *In*: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; MELO, Francisco Dênis (Orgs.). **Correio da Semana**: um jornal centenário (1918- 2018). Sobral, CE: Sertão Cult, 2021, p. 123.

SANTOS, C. X. “Eu vos farei pescadores de homens”: os círculos operários no Rio Grande do Sul. **Historiae**, v. 1, n. 3, p. 91-106, 2011: Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2347>. Acesso em: 20 set. 2023.

SANTOS, Jovelina. Círculos Operários no Ceará: “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915 – 1963). Coleção Mundos do Trabalho. Fortaleza: Nudoc/UFC, 2007.

SILVA, F. T.; NEGRO, A. L. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil militar de 1964**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, J. F. O Círculo Operário como expressão do catolicismo social na promoção do ensino e da cultura no município de Barbalha (1930 a 1964). 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2009.

SILVA, M. S. S. S. A justiça do trabalho e os trabalhadores em Fortaleza (1946-1964). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. A “Phenix Caixeiral” (1891-1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, ano 2008, p. 9. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/2008Indice.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus, 1985.

STEIN, L. M. **Trabalhisto, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)**. São Paulo: Fapesp, 2008.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Actas das sessões realizadas no ano de 1945. **Revista do Instituto do Ceará**, 20 set. 1946, p. 291-308. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1946indice.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, jan./jul. 2011, p. 217-243.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUZA, F. S. A “conciliação” e a Justiça do Trabalho nos anos 1930. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP. 15 p.

SOUZA, Janaína Timm; SILVA, Úrsula Rosa da. O pioneirismo da cidade de Pelotas – Círculo Operário Pelotense. Em: **XVIII CIC/XI ENPOS, I Mostra Científica**, Universidade Federal de Pelotas, 2009. Disponível em: https://www2.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_00320.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOUZA, S. F. Coagidos ou subornados: trabalhadores, sindicatos, Estado e leis do trabalho nos anos 1930. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

SOUZA, Simone de (org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha,

2007.

VARGAS, G. **A nova política do Brasil V**: Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VIANA, F. G. A cidade de Fortaleza e suas raízes industriais: ensaios sobre formação urbana e patrimônio industrial. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura, São Paulo, 2014.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.